



Resinorte

2025

# Relatório & Contas

# Índice

01	Mensagem do Presidente	4
02	A Empresa/Destaque	6
03	Estrutura Organizacional	13
04	Envolvente	18
05	Governo Societário	34
06	Atividade	52
07	Desempenho Financeiro	78
08	Perspetivas para 2026	86
09	Factos Relevantes após o Termo de Exercício	89
10	Considerações Finais	91
11	Proposta de Aplicação de Resultados	93
12	Anexo ao Relatório	94
13	Demonstrações Financeiras	97
14	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	138
15	Certificação Legal de Contas	141

01



*Mensagem  
do Presidente*



# Mensagem do Presidente



Miguel Lisboa

Presidente do  
Conselho  
de Administração

## Estratégia, foco e execução para transformar o setor

O ano de 2025 confirmou que o setor dos resíduos atravessa uma fase de profunda transformação, marcada por desafios regulatórios, financeiros e estruturais que exigem respostas claras, consistentes e orientadas a longo prazo.

Neste contexto, a Resinorte e a EGF afirmaram-se como agentes líderes do setor, assegurando a continuidade de um serviço público essencial e reforçando a sua capacidade de resposta operacional, financeira e institucional. Atuámos com foco, rigor e sentido estratégico, com passos decisivos na modernização e eficiência da operação, criando as condições necessárias para uma evolução sustentável da atividade e para a estabilidade do sistema.

A nossa atuação em 2025 assentou em princípios fundamentais: integração, eficiência, valorização e segurança. Damos passos importantes para cumprir os desafios das exigentes Metas Ambientais que o futuro nos reserva, dando início, de forma segura, determinada e ambiciosa à execução do Plano de Investimentos do triénio 2025-27, onde estão compreendidos, entre outros, o reforço da capacidade operacional, a melhoria das condições de trabalho, de segurança e das infraestruturas e o desenvolvimento de soluções de melhoria contínua e de apoio à tomada de decisão.

No âmbito da nossa missão de valorizar o ambiente, reforçamos a nossa eficácia e eficiência quer na recolha seletiva, quer na recuperação de materiais recicláveis ao nível nas nossas unidades de triagem, mantendo assim um crescimento sustentado nestas atividades.

No contexto da EGF, ao longo do ano, avançámos de forma consistente na integração de processos, equipas e infraestruturas, promovendo maior alinhamento com o Grupo. Esta abordagem permitiu otimizar recursos, reforçar a cooperação interna e responder com maior agilidade aos desafios operacionais, financeiros e regulatórios.



Num contexto marcado pela incerteza dos modelos de financiamento e pela evolução dos mecanismos de retoma, a definição de prioridades tem sido determinante. Enquadrada na política da EGF, a Resinorte adotou uma abordagem baseada no rigor da decisão, na seleção criteriosa dos investimentos, na valorização dos ativos existentes e na adequação das capacidades às necessidades reais dos territórios, garantindo uma gestão responsável e orientada ao médio e longo prazo.

A recolha seletiva e tratamento de biorresíduos e a produção de energia constituem eixos estratégicos essenciais. Complementares à cada vez maior e melhor reciclagem, constituem uma solução determinante para reduzir a deposição em aterro, reforçar a resiliência do sistema e contribuir para a transição energética e climática. Em 2025, continuámos a consolidar estes pilares, inserindo-os numa visão integrada de economia circular e de gestão eficiente dos resíduos.

O futuro do setor constrói-se com visão, decisões responsáveis e capacidade de execução. A Resinorte assume plenamente o seu papel enquanto agente central da economia circular na sua área de concessão e em Portugal, atuando de forma integrada na área do Ambiente, com sentido de serviço público e ambição. É com esta orientação que continuaremos a transformar desafios em oportunidades e a consolidar um setor mais eficiente, resiliente e sustentável.

02



*A Empresa - Destaque*



# A Empresa Destaque

## Perfil da empresa

A RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A, é uma sociedade anónima, constituída em 20 de outubro de 2009 através do Decreto-Lei n.º 235/2009 de 15 de setembro, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei nº 106/2014 de 2 de julho.

Com sede em Codessos, Celorico de Basto, é a sociedade concessionária do Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha, Valorização e Tratamento de Resíduos Urbanos do Norte Central.

Tem como utilizadores 35 municípios, nomeadamente: Alijó, Amarante, Armamar, Baião, Boticas, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Chaves, Cinfães, Fafe, Guimarães, Lamego, Marco de Canaveses, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, Penedono, Peso da Régua, Resende, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Santo Tirso, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Trofa, Valpaços, Vila Nova de Famalicão, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real e Vizela.

## Missão

A RESINORTE tem como missão a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha, Valorização e Tratamento de Resíduos Urbanos do Norte Central, garantindo a valorização de resíduos de um modo sustentável, assegurando práticas ambientais e sociais exemplares e a criação de valor, posicionando a empresa como uma referência ambiental.

## Visão

A RESINORTE tem como missão a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha, Valorização e Tratamento de Resíduos Urbanos do Norte Central, garantindo a valorização de resíduos de um modo sustentável, assegurando práticas ambientais e sociais exemplares e a criação de valor, posicionando a empresa como uma referência ambiental.

## Valores

A RESINORTE revê-se nos valores do Grupo EGF, nomeadamente:

**Ambição** | Ser uma empresa de excelência, que procura mais e melhor, procurando alargar novos horizontes de atuação, com ousadia e confiança nas competências que contribuam para o crescimento da empresa.

**Integridade** | Comportamento coletivo enquanto organização empresarial, promotor dos princípios de honestidade, verdade, lealdade, retidão e justiça, na conduta diária de todos.

**Inovação** | Ser um farol de inovação, atuando na vanguarda tecnológica e de gestão.

**Coesão** | Sentido de compromisso na concretização dos objetivos comuns, com sentido de lealdade



institucional e perseverança coletiva nos desafios da organização.

**Espírito de Grupo** | Consolidação do sentido de pertença e integração, na promoção de consensos e com respeito pelas diferenças.

## Política SHEQ

Em novembro 2023, a Resinorte adotou, uma nova a Política de Segurança, Saúde, Ambiente e Qualidade (SHEQ), alinhada com o compromisso de excelência do Grupo Mota-Engil e com os novos requisitos de sustentabilidade.

Assim, esta nova versão da Política SHEQ, está assente nas principais premissas:

- Proteger as nossas pessoas e a nossa cadeia de abastecimento: Os nossos trabalhadores e nossos parceiros na cadeia de abastecimento são essenciais para nosso sucesso. Alinhar os requisitos SHEQ com a sustentabilidade reforça o nosso compromisso com Zero Acidentes e o bem-estar de todos os trabalhadores, garantindo condições de trabalho seguras e dignas;
- Preservar o nosso Planeta: A sustentabilidade não é uma escolha, é uma obrigação. Ao integrar a sustentabilidade nos nossos requisitos SHEQ, reduzimos ativamente o nosso impacto ambiental, reforçamos os esforços na conservação e promovemos um planeta mais saudável para todos;
- Boa Governança e Práticas Éticas: É essencial defender princípios de governação sólidos. O alinhamento dos requisitos SHEQ com a sustentabilidade sublinha a nossa dedicação à conduta ética, à responsabilização e às operações transparentes.

## Acionistas

A RESINORTE é, desde 28 de julho de 2015, uma empresa de capitais maioritariamente privados, com capital social de 8.000.000 de euros, integralmente realizado, distribuído pela EGF – Empresa Geral de Fomento, S.A., na percentagem de 75,11% e, na parte restante, pela AMVDN – Associação dos Municípios do Vale do Douro Norte e por 22 dos 35 municípios utilizadores do Sistema. A atual estrutura acionista resultou do processo de reprivatização da EGF, enquadrado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março.



## Quadro 1. Acionistas

ACIONISTAS	Número de Ações	Montante	31 de dezembro de 2025
			Percentagem de Participação
AMVDN	423 683	423 683	5%
EGF SA	6 008 940	6 008 940	75%
Município de Amarante	244 470	244 470	3%
Município de Armamar	28 428	28 428	0%
Município de Baião	83 105	83 105	1%
Município de Boticas	67 832	67 832	1%
Município de Cabeceiras de Basto	70 348	70 348	1%
Município de Celorico de Basto	78 972	78 972	1%
Município de Chaves	67 832	67 832	1%
Município de Cinfães	81 448	81 448	1%
Município de Lamego	104 033	104 033	1%
Município de Marco de Canaveses	218 745	218 745	3%
Município de Moimenta da Beira	43 657	43 657	1%
Município de Mondim de Basto	33 073	33 073	0%
Município de Montalegre	67 832	67 832	1%
Município de Penedono	13 202	13 202	0%
Município de Resende	46 423	46 423	1%
Município de Ribeira de Pena	67 832	67 832	1%
Município de São João da Pesqueira	32 251	32 251	0%
Município de Sernancelhe	24 084	24 084	0%
Município de Tabuaço	24 922	24 922	0%
Município de Tarouca	33 224	33 224	0%
Município de Valpaços	67 832	67 832	1%
Município de Vila Pouca de Aguiar	67 832	67 832	1%
	<b>8 000 000</b>	<b>8 000 000</b>	<b>100%</b>

## Sumário executivo e indicadores

Na RESINORTE, dedicamo-nos continuamente à incorporação de práticas sustentáveis em todas as nossas operações. Como integrantes do Grupo Mota-Engil, partilhamos uma visão unificada de sustentabilidade, visando impactar positivamente os nossos *stakeholders* diretos, mas também contribuir para um futuro sustentável à escala global. Para uma análise mais detalhada e completa sobre o nosso compromisso e desempenho em sustentabilidade, recomendamos a consulta do Relatório e Contas Consolidado do Grupo Mota-Engil. Este documento apresenta a informação de sustentabilidade consolidada e centraliza dados adicionais que abrangem as práticas sustentáveis implementadas nas empresas do Grupo.

O ano de 2025 ficou marcado por se iniciar mais um triénio regulatório, mas atípico pelo facto de termos iniciado o ano com uma tarifa transitória, fruto do atraso da aprovação do plano de investimento e consequentemente das Contas Reguladas Previsionais. Esta situação, trouxe um acréscimo de incerteza regulatória pois a empresa só conheceu os proveitos permitidos aprovados para 2025 em dezembro de 2025, gerando complicações ao nível da gestão durante o exercício.



Relativamente ao desempenho operacional, destacou-se:

- No tratamento indiferenciado, foram tratadas nas unidades de Tratamento Mecânico (TM), 133 mil toneladas de resíduos correspondendo a uma diminuição de 13% face às quantidades tratadas em 2024. Estas unidades trabalharam de forma mais condicionada, pela necessidade de as alocar à triagem de materiais provenientes da recolha seletiva, que tem vindo a crescer sustentadamente ao longo dos últimos anos.
- Na Recolha Seletiva, com a consolidação dos processos de gestão, nomeadamente através da implementação do software de gestão da recolha 360Waste, e das alterações/reforço dos circuitos, verificou-se uma vez mais um incremento de 4,1% na recolha seletiva multimaterial (trifluxe), decorrente do aumento da eficácia e eficiência dos circuitos de recolha, minimizando os transbordos e melhorando a qualidade do serviço.
- No tratamento seletivo de recicláveis (triagens), demos continuidade à implementação de medidas operacionais tendo como objetivo a maximização das quantidades tratadas e incremento da taxa de recuperação de materiais. Para isso, muito contribuíram projetos de melhoria contínua alicerçados em metodologias *lean*, no sentido de melhorar a produtividade, incluindo para isso todos os nossos trabalhadores afetos às linhas de triagem.
- Na exploração do Biogás, o ano foi muito atípico pelo facto de termos tido bastantes avarias ao longo do ano e com paragens muito prolongadas contribuindo para um ano abaixo da previsão e do período homólogo.

Relativamente aos serviços transversais, o ano de 2025, foi um ano de consolidação de algumas alterações, introduzidas nos anos anteriores, nomeadamente ao nível do departamento de equipamentos e ativos e da reformulação do SHEQ.

Do ponto de vista económico e financeiro da empresa, o ano de 2025, foi extremamente desafiante ao nível do OPEX, devido à necessidade de implementação de medidas de mitigação de risco regulatório pela incerteza tarifária, no entanto o ano acabou por ser positivo ao nível do resultado da empresa.

Relativamente à execução do plano de investimentos, o ano de 2025 foi o primeiro ano do período regulatório de 2025-2027, contudo como o plano de investimento só foi aprovado na segunda metade do ano de 2025, comprometeu decisivamente a execução do mesmo tendo sido executado apenas 3,6M€ de investimento, e que abaixo se resume pelos mais significativos:

- Equipamentos de substituição das Estações de transferência;
- Equipamentos de substituição de Recolha Seletiva;
- Equipamentos de substituição de TM/TB;
- Aquisições de transportes de transferência de resíduos;

Em seguida são apresentados os principais indicadores da empresa.



## Principais Indicadores

### Quadro 2. Indicadores Financeiros

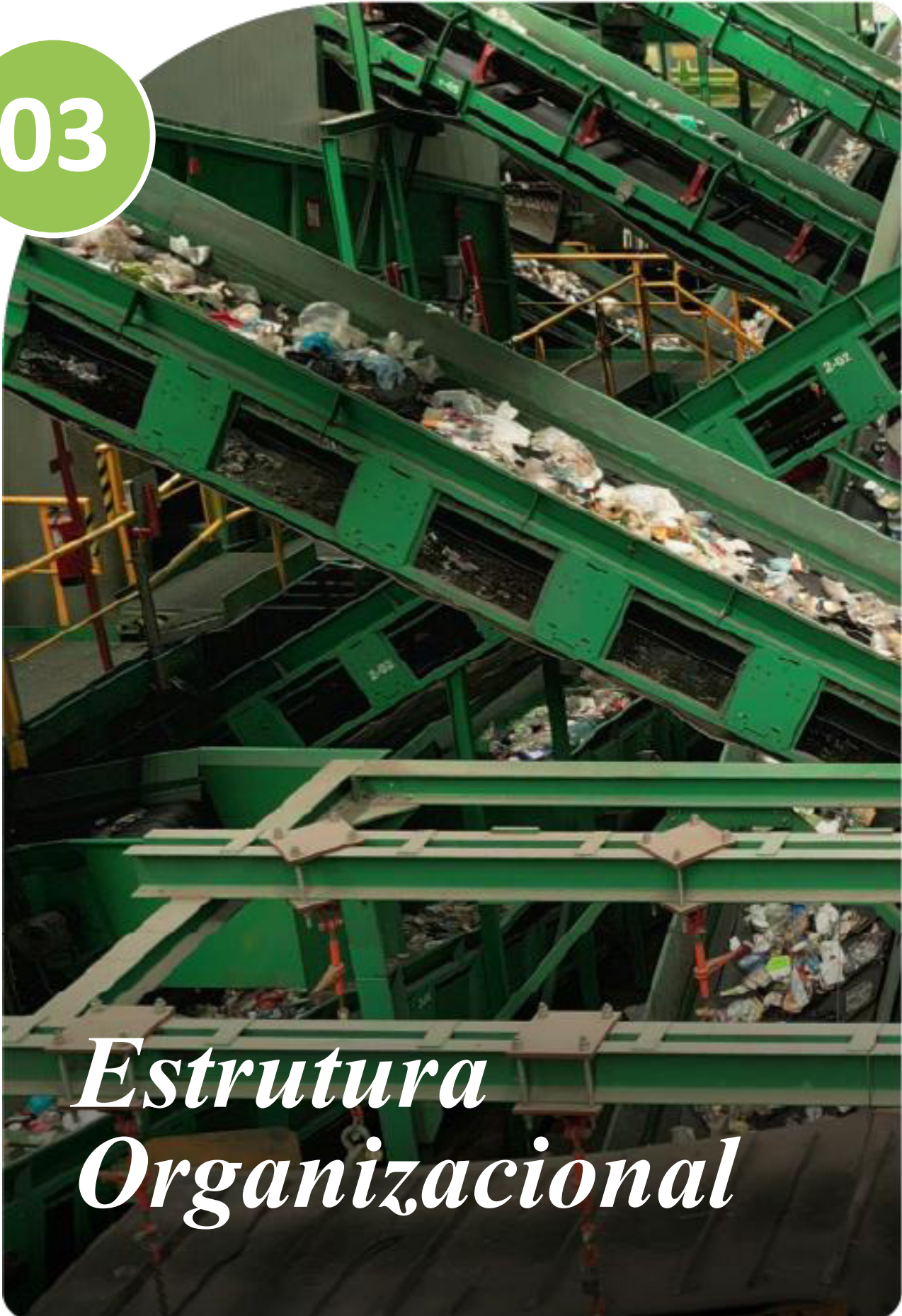
<b>INDICADORES Económico-Financeiros</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Investimento	3 576 532	6 940 055	11 509 584
BAR	51 177 947	54 602 137	50 068 608
Ativo Líquido	115 527 563	106 255 298	104 669 395
Volume de negócios	35 989 607	31 018 601	29 066 433
EBITDA	10 591 775	7 981 636	7 960 329
EBIT	3 693 619	2 539 776	2 931 307
Resultados Financeiros	-1 447 006	-2 491 955	-2 106 316
Resultado Líquido	1 438 764	7 261	605 931
Endividamento Líquido	13 063 211	25 403 683	26 807 137
Endividamento Líquido/EBITDA	1,23	3,18	3,37
Endividamento Líquido/BAR	0,26	0,47	0,54

### Quadro 3. Indicadores Técnicos

<b>INDICADORES de ATIVIDADE</b>		<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Municípios servidos		35	35	35
População servida (1)	hab	905 575	904 254	901 786
RU municipais (Domésticos e Limpeza ruas)	ton	340 270	333 780	326 690
RU outros produtores	ton	235	959	910
R. Seletiva (Volumosos)	ton	9 403	8 671	7 526
R. Seletiva (Tri-fluxo)	ton	57 357	55 088	52 584
R. Seletiva (Outros Fluxos RU)	ton	5 775	4 608	3 628
R. Seletiva (Biorresíduos)	ton	15 594	13 138	9 226
R. Seletiva (RNU)	ton	1 757	9 570	9 056
Recicláveis Vendidos (fração embalagem)	ton	47 333	45 668	44 047
Recicláveis Vendidos (fração não embalagem)	ton	11 155	9 869	8 671
Energia vendida (produção própria)	MWh	14 679	16 302	15 886

(1) Fonte: INE-População média anual residente (nº) por local de residência (NUTS 2013), sexo e grupo etário (por ciclos de vida), publicada em junho do ano seguinte.

03



*Estrutura Organizacional*

# Estrutura Organizacional

## 3. Estrutura organizacional

O organigrama atual da RESINORTE é o seguinte:

Figura 1. Organograma



As direções centralizam e tratam a informação, coordenam e interagem de forma integrada e bidirecional com os responsáveis operacionais de cada uma das unidades de produção, e com os serviços transversais e de suporte. Conjuntamente, implementam as políticas e estratégias definidas pela administração. As principais funções de cada área são as seguintes:

### Administrador-delegado

O Administrador-delegado coordena a elaboração das propostas e a implementação dos planos estratégicos e operacionais aprovados pelo Conselho de Administração. Em articulação com os respetivos Responsáveis de cada área, define as políticas e objetivos específicos e monitoriza a sua implementação. Coordena igualmente a relação com os clientes, em particular com os Municípios, visando manter a melhor relação possível através da identificação e resolução atempada de eventuais dificuldades e das expectativas desses e de todos os restantes stakeholders.

### Administrativa e financeira

A área Administrativa e Financeira é responsável pela gestão regulatória, contabilidade geral e financeira, bem como pela faturação, controlo de crédito e cobranças. Assegura a fiscalidade e o relacionamento com a administração fiscal, desenvolvendo estudos económicos e financeiros e elaborando orçamentos. Esta área executa o controlo de gestão, o reporte e relacionamento económico e financeiro com o grupo, e gere financiamentos, contratos financeiros, aplicação de fundos e tesouraria, incluindo o controlo de garantias próprias e de terceiros. Compete-lhe ainda a gestão documental do património e o aprovisionamento.

### Técnica

A área Técnica assegura a gestão de projetos e os processos de licenciamento, coordenando o reporte operacional externo a entidades oficiais como a APA, ERSAR, IGAMAOT e CCDR. Realiza o processamento e análise de dados técnicos e estatísticos, prestando orientação técnica e estratégica. Esta área coordena também estudos e projetos que suportam a atividade da empresa.

### Produção

A área de Produção gere transversalmente e supervisiona globalmente todos os processos produtivos, incluindo recolha seletiva, transportes de resíduos, tratamento e valorização. Participa, em conjunto com a área técnica e a área de gestão de ativos, na definição de investimentos e na avaliação técnica e económica de propostas. Desenvolve o planeamento e controlo operacional, elabora orçamentos, realiza o reporte e análises de desvios da produção, tanto ao nível interno como do enquadramento regulatório, e coordena as candidaturas a Fundos Comunitários.

### Gestão de Ativos

A área de Gestão de Ativos é responsável pela gestão da Base de Ativos Regulados (BAR). Compete-lhe a elaboração e gestão dos planos de investimento da empresa.

### Manutenção

A área de Manutenção gere a frota de ligeiros e pesados, bem como os equipamentos produtivos e administrativos, fixos e móveis da empresa. Assegura a manutenção industrial, preventiva e corretiva, e é responsável pela manutenção de infraestruturas.

### Gestão de Aterros Sanitários e Biogás

Esta área gere as centrais de valorização energética do biogás, incluindo as redes de captação e condução, e é responsável pela gestão das ETAL. Assegura a gestão e orientação técnica dos aterros sanitários, bem como



a monitorização e manutenção de lixeiras.

### Recolha seletiva e transportes

A área de Recolha Seletiva e Transportes coordena as atividades operacionais desenvolvidas por estes serviços, garantindo o funcionamento, transversalidade e operacionalidade dos processos associados. Gere a logística da recolha seletiva e de transportes de resíduos, incluindo o estabelecimento de novas rotas e circuitos integrados, e a gestão de clientes de recolha seletiva. Presta orientação técnica para o funcionamento eficiente da Recolha Seletiva e Transportes, de acordo com a estratégia, planos e objetivos transversais definidos.

### Unidades de produção

As Unidades de Produção asseguram a gestão corrente da produção nos aterros sanitários, recolha seletiva e triagem, transportes e valorização de resíduos, de acordo com as orientações da Responsável de Produção e das áreas transversais de recolha seletiva e de gestão de aterros sanitários e biogás. Prestam suporte e colaboração com a área técnica nos licenciamentos e processos administrativos da Unidade, promovendo e controlando a Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e a segurança das instalações. Gerem as estações de serviço e combustíveis, os stocks de produtos, materiais e ferramentas da Unidade, e prestam suporte logístico às ações de comunicação e sensibilização.

### Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos gere todos os processos relacionados com os colaboradores, incluindo admissões, contratações e formação. Processa salários, complementos e outros benefícios, e gere os seguros de especialidade – Acidentes de Trabalho, Saúde e Vida. Presta apoio administrativo à ação disciplinar, acompanha e difunde a evolução legislativa da especialidade, e gere o sistema de avaliação de desempenho.

### Aprovisionamentos

A área de Aprovisionamentos é responsável pela aquisição de materiais, equipamentos, serviços e empreitadas, realizando a avaliação e seleção de fornecedores. Gere concursos, consultas, negociação, encomendas e contratação, coordenando geralmente todas as aquisições. Presta ainda apoio à gestão do armazém, em aquisições transversais à empresa.

### Segurança, Saúde, Ambiente e Qualidade (SHEQ)

A área SHEQ gere o Sistema de Gestão Integrado (SGI) dos sistemas de Qualidade, Ambiente e Segurança, realizando auditorias, inspeções e ensaios nestas três vertentes. Gere o serviço de Medicina no Trabalho, identifica e analisa riscos profissionais, e gere acidentes e incidentes. Desenvolve formação e sensibilização para a qualidade, ambiente e segurança, acompanha e difunde a evolução legislativa em geral, e coordena os processos de certificação.

### Comunicação e Sensibilização

A área de Comunicação e Sensibilização realiza a prospeção de clientes para a recolha seletiva, desenhando e implementando ações de sensibilização e formação. Desenha e implementa o Plano de Comunicação e Imagem, desenvolve ação comercial e gere eventos. É igualmente responsável pela gestão de reclamações e sugestões.

## Sistemas de Informação

A área de Sistemas de Informação assegura o planeamento e administração do SI, controlando e mantendo a segurança informática, o licenciamento de aplicações e a gestão de acessos. Gere o processo de proteção de dados pessoais e os sistemas de comunicação de voz e dados. Estuda, implementa e controla aplicações informáticas, administrando aplicações, Intranet, site da empresa e portal do cliente, entre outras. Gere o hardware, o software, stocks relacionados, assistência técnica e formação na área.

04



*Envolvente*

# Envolvente

## Enquadramento macroeconómico

O ano de 2025 deverá ser marcado pela manutenção do crescimento económico na maioria dos países do mundo, com uma ligeira moderação nas economias avançadas e uma recuperação na área do euro. A economia mundial prevê um crescimento de 3,2%, resultante do crescimento de 1,6% das economias avançadas e de 4,2% das economias de mercado emergentes e em desenvolvimento. Na área do euro, o crescimento económico deverá fixar-se nos 1,2% em 2025.

### Quadro 4. Crescimento Económico Mundial

#### Crescimento económico mundial

(taxa de variação real do PIB, em percentagem)	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
<b>Economia Mundial</b>	3,2	3,8	3,6	3,0	-2,7	6,6	3,8	3,5	3,3	3,2
<b>Economias Avançadas</b>	1,8	2,6	2,3	1,9	-3,9	6,0	3,0	1,7	1,8	1,6
EUA	1,8	2,5	3,0	2,6	-2,1	6,2	2,5	2,9	2,8	2,0
Japão	0,8	1,7	0,6	-0,4	-4,2	2,7	1,0	1,2	0,1	1,1
<b>Área do euro</b>	1,8	2,6	1,8	1,6	-6,0	6,4	3,6	0,4	0,9	1,2
Portugal	2,0	3,3	2,9	2,7	-8,2	5,6	7,0	2,6	1,9	1,9
Reino Unido	1,9	2,7	1,4	1,6	-10,3	8,6	4,8	0,4	1,1	1,3
<b>Economias de mercado emergentes e em desenvolvimento</b>	4,3	4,8	4,6	3,8	-1,8	7,0	4,3	4,7	4,3	4,2

Fonte: FMI (World Economic Outlook, outubro de 2025). | Nota: Detalhes sobre os grupos de países e a forma de agregação podem ser obtidos em [www.imf.org](http://www.imf.org).

A taxa de inflação na economia mundial continuou a sua trajetória de descida em 2025, fixando-se nos 4,2%. Este movimento de aproximação aos objetivos de política monetária foi visível em diversos blocos, com as economias avançadas a registarem uma taxa de 2,5%. Na área do euro, a inflação situou-se em 2,1% em média em 2025, em linha com o objetivo de 2% definido pelo Banco Central Europeu.

### Quadro 5. Taxa de Inflação

#### Taxa Inflação

(taxa de variação do índice de preços no consumidor, valores méd)	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
<b>Economia Mundial</b>	2,7	3,3	3,7	3,6	3,3	4,7	8,7	6,7	5,8	4,2
<b>Economias Avançadas</b>	0,7	1,7	2,0	1,4	0,7	3,1	7,3	4,6	2,6	2,5
EUA	1,3	2,1	2,4	1,8	1,3	4,7	8,0	4,1	3,0	2,7
Japão	-0,1	0,5	1,0	0,5	0,0	-0,2	2,5	3,3	2,7	3,3
<b>Área do euro</b>	0,2	1,5	1,8	1,2	0,3	2,6	8,4	5,4	2,4	2,1
Portugal	0,6	1,6	1,2	0,3	-0,1	0,9	8,1	5,3	2,7	2,2
Reino Unido	0,7	2,7	2,5	1,8	0,9	2,6	9,1	7,3	2,5	3,4
<b>Economias de mercado emergentes e em desenvolvimento</b>	4,3	4,5	4,9	5,2	5,3	5,9	9,7	8,2	7,9	5,3

Fonte: FMI (World Economic Outlook, outubro de 2025). Nota: Detalhes sobre os grupos de países e a forma de agregação podem ser obtidos em [www.imf.org](http://www.imf.org).

A taxa de desemprego deverá manter-se globalmente estável na maioria das economias avançadas em 2025, fixando-se nos 4,7%. Na área do euro, a taxa de desemprego deverá manter o valor de 6,4%, o mesmo registado no ano anterior, continuando em níveis historicamente baixos. Em Portugal, prevê-se que esta taxa registre uma ligeira descida para 6,4%, face aos 6,5% de 2024.

## Quadro 6. Taxa de Desemprego

### Taxa de Desemprego

(em percentagem da população ativa)

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
<b>Economias Avançadas</b>	6,3	5,7	5,1	4,8	6,6	5,6	4,5	4,4	4,6	4,7
EUA	4,9	4,4	3,9	3,7	8,1	5,4	3,6	3,6	4,0	4,2
Japão	3,1	2,8	2,4	2,4	2,8	2,8	2,6	2,6	2,6	2,6
<b>Área do euro</b>	10,1	9,1	8,2	7,6	8,0	7,8	6,8	6,6	6,4	6,4
Portugal	11,3	9,2	7,2	6,6	7,1	6,7	6,2	6,6	6,5	6,4
Reino Unido	4,9	4,4	4,1	3,8	4,6	4,6	3,8	4,1	4,3	4,7

Fonte: FMI (World Economic Outlook, outubro de 2025). Nota: Detalhes sobre os grupos de países e a forma de agregação podem ser obtidos em [www.imf.org](http://www.imf.org).

**Neste enquadramento, a economia portuguesa deverá registar um crescimento de 2,0% em 2025, mantendo o ritmo de crescimento de 2024.** Em 2025, a economia portuguesa deverá apresentar um crescimento de 2,0%, sustentado primordialmente pelo dinamismo da procura interna, com o consumo privado a acelerar para 3,4% e o investimento a manter-se sólido nos 3,6%. Este cenário é acompanhado por uma trajetória de desinflação, com o IHPC a recuar para 2,4%, e por um mercado de trabalho resiliente onde a taxa de desemprego desce para 6,4%, fatores que compensam o abrandamento das exportações (1,5%) e o contributo negativo da procura externa líquida.

## Quadro 7. Previsões para a Economia Portuguesa

### Previsões para a Economia Portuguesa

(Taxa de variação, em percentagem)

	2024	2025*
<b>PIB</b>	2,1	2,0
Consumo privado	3,0	3,4
Consumo público	1,5	1,5
Investimento (FBCF)	4,2	3,6
Exportações de bens e serviços	3,1	1,5
Importações de bens e serviços	4,8	4,0
<b>Contributos para o crescimento do PIB (p.p.)</b>		
Procura Interna	2,9	3,2
Procura Externa Líquida	-0,7	-1,2
<b>Evolução dos preços (%)</b>		
Deflator do PIB	4,8	3,6
IHPC (Inflação)	2,7	2,4
<b>Evolução do mercado de trabalho (%)</b>		
Emprego	0,7	1,7
Taxa de desemprego (% pop. ativa)	6,4	6,1
Produtividade aparente do trabalho	1,4	0,3
Remunerações por trabalhador	7,5	5,4
<b>Saldos (% do PIB)</b>		
Capacidade/Necessidade de Financiamento	2,8	3,1
Saldo da balança corrente	1,7	1,1
Saldo da balança de capital	1,0	2,0

Fonte: INE e Ministério das Finanças. Nota: \* Previsões

## Enquadramento do setor

### 1 - Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos 2030 (PERSU 2030) e PAPERSU

Em abril de 2025, foi tornado público o Relatório Final e o Sumário Executivo do Grupo de Trabalho para os Resíduos, “Plano Terra”.

O Plano Terra faz um diagnóstico da situação atual, onde são referidos os seguintes pontos: Portugal produziu 5,3 milhões de toneladas de RU em 2023, 59% desses resíduos foram depositados em aterro, muito acima da meta europeia de 10% até 2035, a taxa de reciclagem é de 32%, aquém da meta de 55% para 2025, apenas 13 dos 35 aterros em Portugal têm mais de 20% de capacidade disponível, as Regiões como Norte, Algarve e LVT podem esgotar a capacidade de aterro já em 2026.

Indica como desafios a necessidade de infraestruturas que neste momento são insuficientes para dar resposta à valorização de resíduos, o investimento de 4,4 mil milhões de euros, o fenómeno “NIMBY” dificulta expansão de aterros e novas unidades de tratamento.

Aponta como estratégia a reengenharia de aterros existentes, criação de novas células e novos aterros, a valorização energética e produção de Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR) como alternativas ao aterro, a criação de incentivos financeiros e legais para facilitar investimentos. Ainda como linhas de atuação prioritárias prolongar a vida útil dos aterros existentes, reforçar a recolha seletiva e valorização de biorresíduos, implementar sistemas PAYT, garantir financiamento adequado (nacional e europeu) e por fim atingir metas ambientais evitando sanções da UE.

### 2 - Relatório Anual de Caracterização dos Serviços de Águas e Resíduos (RASARP 2024) e Relatório Anual de Resíduos Urbanos (RARU 2025)

Em fevereiro de 2025, a ERSAR publicou o relatório anual de caracterização dos serviços de águas e resíduos em Portugal (RASARP 2024), que sintetizou a informação mais relevante referente à caracterização e evolução do setor, referenciada a 31 de dezembro de 2023, incluindo a avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores, o benchmarking do desempenho das entidades gestoras, a monitorização legal e contratual e o enquadramento económico-financeiro do setor, nomeadamente, a informação mais relevante sobre o setor nas várias vertentes da atividade regulatória relativa ao ano de 2023.

No segundo semestre do 2025, foi publicado o Relatório Anual de Resíduos Urbanos (RARU 2024) pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), onde foi caracterizada a gestão de resíduos urbanos pelos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) referente ao ano de 2024, e retratou o desempenho alcançado em termos nacionais e por cada um dos 23 SGRU existentes em Portugal Continental, relativamente à preparação para reutilização e reciclagem, e à deposição em Aterro.

Este relatório refere também as alterações estratégicas do setor preconizadas no PERSU 2030, dando enfoque à substituição do modelo baseado na recolha indiferenciada e o tratamento em instalações de TMB por outra solução que privilegie a recolha seletiva, mediante infraestruturas capazes de tratar resíduos recolhidos seletivamente. Pela primeira vez é apresentado no RARU a monitorização das taxas de captura de biorresíduos de cada um dos municípios.

### 3 - Planos de Investimentos e Contas Reguladas previsionais

De acordo com o Despacho n.º 185/2025, de 06 de janeiro, que estabelece o calendário e procedimentos a observar na apreciação do plano de investimentos e contas reguladas previsionais do período regulatório de

2025-2027, as empresas EGF deverão apresentar o seu Plano de Investimentos até ao dia 31 de janeiro de 2025 e simultaneamente submeter as Contas Reguladas Previsionais (CRP), e que num calendário regular seriam apresentadas até 30 de abril.

Dada a complexidade dos referidos documentos, agravado pelo período de fecho de contas da empresa relativo ao exercício de 2024, foi solicitada a prorrogação do prazo para o dia 17 de fevereiro de 2025.

No ano de 2024, em 13 de dezembro de 2024, a ERSAR definiu uma tarifa transitória para o ano de 2025, que por força da revisão dos valores de contrapartida da venda dos recicláveis no âmbito do SIGRE, permitiu a manutenção do valor da tarifa de 2024.

Na mesma data, a ERSAR definiu a taxa de remuneração de ativos (TRA) para o período regulatório 2025-2027.

A empresa apresentou uma reclamação administrativa quanto às duas decisões regulatórias: na decisão relativa à tarifa de 2025, a empresa contestou os ajustes extraordinário dos juros de mora, das refaturações, das indemnizações de sinistros e dos subsídios à exploração. Na decisão da TRA, a empresa contestou a definição da TRA para o período regulatório 2025-2027 e não apenas para o ano de 2025, os critérios para a fixação do beta do setor e a possibilidade de incorporar na TRA um incentivo ao investimento.

Ambas as reclamações aguardam a decisão do Regulador.

#### 4 - Taxa de Gestão de Resíduos (TGR)

Em dezembro de 2025, foi publicado o Despacho n.º 15554-A/2025 que fixa, para os anos de 2026 a 2030, o valor da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) a aplicar aos Municípios, com o objetivo de estimular o cumprimento dos objetivos nacionais em matéria de gestão de resíduos, melhorar o desempenho do setor e garantir uma transição justa para soluções mais sustentáveis “importa reconhecer que Portugal enfrenta ainda uma elevada taxa de deposição em aterro (54 %) e insuficiência de capacidade instalada para valorização material e energética, exigindo um esforço coordenado de investimento e planeamento”. Neste contexto, a Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), criada pelo Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, e atualmente regulada pelo Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR), aprovado pelo anexo i ao Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, constitui um instrumento económico essencial para desincentivar a deposição em aterro e promover a hierarquia de resíduos, em alinhamento com as políticas europeias e nacionais.

#### 5 – Regulamento da qualidade de serviço

Em março de 2025, foi elaborado e publicado pela primeira vez o Relatório Anual da Qualidade do Serviço Prestado ao Utilizador Final – referente ao ano de 2024. Esta obrigação decorre da publicação em abril de 2024 do Regulamento n.º 446/2024 que aprovou o Regulamento da Qualidade do Serviço Prestado ao Utilizador Final nos Setores das Águas e Resíduos, com o intuito de promover uma maior qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras aos utilizadores finais, assim como uma harmonização regulatória dos níveis mínimos da qualidade, aplicáveis a todas as entidades gestoras.

#### 6 – Sistema de Depósito e Reembolso (SDR)

Em 27 de janeiro de 2025, o SDR Portugal (SDR) notificou os municípios/entidades gestoras de sistemas municipais e multimunicipais de gestão de resíduos urbanos (SGRU), com vista a que estes se pronunciassem, até 28 de março, sobre a sua disponibilidade para realizarem a recolha e tratamento das embalagens abrangidas por aquele sistema.

Paralelamente foram realizadas reuniões de esclarecimento em 24 de janeiro e 21 de fevereiro de 2025 e 13 de março, sem que, na perspetiva dos municípios/SGRU, tivesse sido dada toda a informação e esclarecimentos que lhe permitisse tomar uma decisão informada e consciente sobre o assunto.

Posteriormente, e na sequência de diversas iterações entre as partes (SDR, Municípios/SGRU e APA) a data-limite para pronuncia foi por diversas vezes adiada, tendo finalmente sido fixada em 9 de maio, através de ofício da APA de 15 de abril.

A EGF pronunciou-se, em nome das suas concessionárias, através da carta Referência PRN/2025/1 de 9 de maio, enviada ao SDR com conhecimento da APA e da ERSAR, onde foi claramente expresso que “pela sua experiência técnica e know-how os SGRU EGF estão em condições para realizar esta atividade, não podendo, no entanto assumir essa responsabilidade, face às condições transmitidas pelo SDR, nomeadamente quanto à proposta de remuneração para a prestação desta atividade, salientando que, havendo uma alteração das condições, deveria ser dada oportunidade aos SGRU/Municípios de reverem a sua posição.”

## 7 – Legislação do setor publicada em 2025

Durante 2025 foram emitidos e publicados diversos diplomas legais a nível nacional e comunitário que regulam ou impendem sobre áreas específicas do setor dos resíduos ou ao mesmo associadas, sendo seguidamente apresentados os mais importantes para a atividade prosseguida:

### Janeiro

- Despacho n.º 185/2025, de 06.01.2025

Estabelece o calendário e procedimentos a observar na apreciação do plano de investimentos e contas reguladas previsionais do período regulatório de 2025-2027 das entidades gestoras de sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos que sejam entidades de capitais exclusiva ou maioritariamente privados.

- Regulamento n.º 39/2025, de 09.01.2025

Primeira alteração ao Regulamento Tarifário do setor elétrico, aprovado pelo Regulamento n.º 828/2023, de 28 de julho.

### Fevereiro

- Despacho n.º 1604/2025, de 04.02.2025

Constituição do Grupo de Acompanhamento e Coordenação do Plano de Ação para o Biometano 2024-2040 (GAC-PAB).

- Despacho n.º 1859/2025, de 10.02.2025

Procedimentos a adotar no âmbito da instrução dos pedidos de licenciamento de instalações de armazenamento.

- Decreto-Lei n.º 9/2025, de 12.02.2025

Estabelece a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 4.

- Portaria n.º 38/2025/1, de 14.02.2025

Altera o modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses (RGPC).

### Março

- Decreto-Lei n.º 22/2025 de 19.03.2025

Transpõe a Diretiva (UE) 2022/2557, relativa à identificação, designação e reforço da resiliência das entidades críticas.

- Despacho n.º 3495-C/2025, de 20.03.2025

Aprova o orçamento do Fundo Ambiental para o ano de 2025.

- Resolução da Assembleia da República n.º 104/2025, de 31.03.2025

Recomenda ao Governo o reforço da implementação do Plano de Ação para o Biometano 2024-2040.

- Resolução da Assembleia da República n.º 105/2025, de 31.03.2025

Recomenda ao Governo a implementação do Plano de Ação para o Biometano.

- Comunicação da Comissão de 05.03.2025 - Sobre a interpretação e aplicação de certas disposições jurídicas do Regulamento Delegado Taxonomia Ambiental da UE, do Regulamento Delegado Taxonomia Climática da UE e do Regulamento Delegado Divulgação de Informações de Taxonomia da EU.
- Comunicação da Comissão de 25.03.2025 - Orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» ao abrigo do Regulamento Fundo Social em matéria de Clima.

### Abril

- Despacho n.º 4223/2025, de 03.04.2025

Homologa o regulamento apresentado pelo conselho diretivo do Instituto, da Conservação, da Natureza e das Florestas, I. P., das normas técnicas relativas à gestão de combustível nas faixas de gestão de combustível das redes primária, secundária e terciária e nas áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível.

- Resolução da Assembleia da República n.º 127/2025, de 10.04.2025

Atualização do Plano Nacional de Energia e Clima 2030.

- Decreto-Lei n.º 66/2025, de 10.04.2025

Altera o Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, complementando a transposição da Diretiva 2014/24/UE.

- Despacho n.º 4703-A/2025, de 16.04.2025

Determina que os trabalhos de gestão de combustível na rede secundária de faixas de gestão de combustível podem decorrer até 31 de maio.

- Despacho n.º 4717/2025, de 17.04.2025

Procede à identificação das freguesias prioritárias para efeitos de fiscalização dos trabalhos de gestão de combustível em 2025.

- Decreto-Lei n.º 69/2025, de 23.04.2025

Altera o Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional.

- Decreto-Lei n.º 70/2025, 29.04.2025

Altera o Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção.

- Diretiva (UE) 2025/794 de 14 de abril de 2025

Altera as Diretivas (UE) 2022/2464 e (UE) 2024/1760 no respeitante às datas a partir das quais os Estados-Membros devem aplicar determinados requisitos de relato de sustentabilidade das empresas e requisitos de dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade.

## Maio

- Decreto-Lei n.º 74/2025, de 07.05.2025

Altera o Decreto-Lei n.º 84/2018, de 23 de outubro, transpondo a Diretiva Delegada (UE) 2024/299, no respeitante à metodologia para a comunicação das emissões projetadas de certos poluentes atmosféricos.

- Portaria n.º 208/2025/1, de 08.05.2025

Procede à segunda alteração ao Regulamento Específico da Área Temática Ação Climática e Sustentabilidade, aprovado em anexo à Portaria n.º 125/2024/1, de 1 de abril, alterada pela Portaria n.º 208/2024/1, de 13 de setembro.

- Despacho n.º 5401/2025, de 12.05.2025

Aprova o orçamento do Fundo Ambiental para o ano de 2025.

- Decreto-Lei n.º 81/2025, de 22.05.2025

Altera o Regime Geral da Gestão de Resíduos, completando a transposição da Diretiva (UE) 2018/851.

- Despacho n.º 6119/2025, de 30.05.2025

Aprova o Regulamento para a Atribuição da Compensação aos Municípios, prevista no artigo 4.º-B do Decreto-Lei n.º 30-A/2022, de 18 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 72/2022, de 19 de outubro.

- Recomendação n.º 2/2025, de 30.05.2025

No âmbito da missão do MENAC de promover a transparência e a integridade na ação pública.

- **Regulamento de Execução (UE) 2025/842 da Comissão, JO L, 2025/842, 07.05.2025**, que retifica monitorização e comunicação de informações relativas às emissões de GEE.

## Junho

- Decreto-Lei n.º 85/2025, de 24.06.2025

Define metas de integração de energia proveniente de fontes renováveis para os setores da indústria e dos transportes.

## Julho

Sem informação relevante.

## Agosto

- Decreto-Lei n.º 89/2025, de 12.08.2025

Altera o Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, que estabelece o regime jurídico de emissões industriais, completando a transposição da Diretiva (UE) n.º 2010/75/UE, relativa às emissões industriais.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2025, de 12.08.2025

Altera o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030.

- Portaria n.º 287-A/2025/1, de 14.08.2025

Altera modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses (RGPC).

## Setembro

- Regulamento n.º 1085/2025, de 24.09.2025

Aprova o Regulamento do Mecanismo de Alocação e de Compensação no Âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos do Fluxo Específico de Embalagens e Resíduos de Embalagens.

- Aviso convite - Investimento TC-C12-i02: "Reciclagem e valorização de resíduos" N.º 01/C12-i02/2025 para Aumento da capacidade de Reciclagem e Valorização de Resíduos.
- Diretiva (UE) 2025/1892 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de setembro de 2025, que altera a Diretiva 2008/98/CE relativa aos resíduos - Altera a Diretiva-Quadro Resíduos.

## Outubro

- Orientação n.º 1/2025, MENAC, de 08.10.2025

Designação de Responsável pelo Cumprimento Normativo (RCN).

- Decreto-Lei n.º 112/2025, 23.10.2025

Flexibiliza regras de contratação pública, alterando a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, e o Código dos Contratos Públicos.

- Decreto-Lei n.º 115/2025, de 27.10.2025

Altera o regime jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, transpondo o artigo 74.º da Diretiva (UE) 2024/1640, relativa aos mecanismos a criar pelos Estados-Membros para prevenir a utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo.

- **Regulamento Delegado (UE) 2025/2150 da Comissão, de 22 de outubro de 2025**, que altera a Diretiva 2014/25/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos limiares aplicáveis aos contratos públicos de fornecimento, de serviços e de empreitada de obras públicas, bem como aos concursos de conceção, para os anos 2026-2027.

## Novembro

- Ofício-circulado n.º 25084/2025, de 07.11.2024 AT divulga instruções relativas a vários aspetos relacionados com a produção de eletricidade para autoconsumo.
- Acórdão (extrato) n.º 964/2025, de 21.11.2025

Julga inconstitucional a norma da alínea e) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 50/2005, de 25 de fevereiro, em conjugação com o n.º 2 do artigo 6.º e com o n.º 1 do artigo 43.º do mesmo diploma, que qualifica como contraordenação muito grave a falta de manutenção adequada dos equipamentos de trabalho durante o seu período de utilização, de modo que os mesmos respeitem os requisitos mínimos de segurança e não provoquem riscos para a segurança ou a saúde dos trabalhadores, por referência à violação da obrigação de verificação periódica dos equipamentos de trabalho sujeitos a influências que possam provocar deteriorações suscetíveis de causar riscos.

## Dezembro

- Lei n.º 73-A/2025, de 30.12.2025

Publica o Orçamento do Estado para 2026.

- Decreto-Lei n.º 139-A/2025, de 30.12.2025

Altera o Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, na sua redação atual, que unifica o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produtor.

- Decreto-Lei n.º 139-B/2025, de 30.12.2025

Extingue o mecanismo de equilíbrio concorrencial, criado pelo Decreto-Lei n.º 74/2013, de 4 de junho, e revoga a respetiva regulamentação.

- Despacho n.º 15554-A/2025, de 31.12.2025

Fixa, para os anos de 2026 a 2030, o valor da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) a aplicar aos Municípios.

## Enquadramento do setor

A atividade de gestão de resíduos urbanos, desenvolvida pelas empresas concessionárias do Grupo EGF é um serviço público de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento da atividade económica e à proteção do meio ambiente e da saúde pública.

O Grupo EGF é composto por 11 concessionárias do serviço público, em regime de exclusividade, até 31 de

dezembro de 2034, da exploração e gestão do sistema multimunicipal de recolha seletiva, de triagem, e de valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Em termos regulatórios, as empresas regem-se pelo Regulamento 52/2018 de 23 de janeiro e seus documentos complementares, nomeadamente:

- Documento complementar nº 1 – previsto no Regulamento n.º 222/2018, publicado em Diário da República de 13 de abril no qual são definidas a informação e as regras de apresentação das contas previsionais;
- Documento complementar nº 2 – previsto no Regulamento nº 86/2020, publicado no Diário da República, 2ª série, de 4 de fevereiro, no qual são definidas a informação e regras de apresentação das contas reguladas reais a apresentar ao Regulador em abril de cada ano.
- Documento complementar nº 3 – previsto no Regulamento n.º 395/2018 publicado em Diário da República de 29 de junho no qual se consagraram os mecanismos que premeiam bons desempenhos com o objetivo de majorar mais valias ambientais e económicas, sendo estes mecanismos de duas naturezas: (I) Incentivos, (i) pela superação de metas ambientais (ii) pela eficiência de investimentos, e (II) Majorações (i) pela eficiência de operações (II) pela partilha de infraestruturas.

O Despacho n.º 6838/2024 do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente, estabeleceu o mecanismo de apreciação do valor dos investimentos do plano de investimentos de 2022-2024, considerando a situação excecional de aumento abrupto dos preços das matérias-primas, dos materiais e da mão de obra resultante da crise global na energia, da pandemia da doença COVID-19 e da guerra na Ucrânia. Neste sentido, os investimentos enquadráveis neste regime, foram revistos pelo Concedente com parecer da ERSAR e os seus efeitos incorporados na decisão das Contas Reguladas Reais de 2024.

O Despacho n.º 7565/2024, do Gabinete da Ministra do Ambiente e Energia, de 11 de julho de 2024, fixou um mecanismo excecional de fixação pela ERSAR de uma tarifa de transição para o ano 2025, face aos atrasos na aprovação do PAPERSU, de forma a assegurar que as tarifas para o primeiro ano do próximo período regulatório fossem definidas atempadamente e conhecidas pelos utilizadores até ao final de dezembro de 2024.

Assim, em 12 dezembro de 2024, a ERSAR fixou da tarifa transitória a faturar em 2025 em 65,64€/t. O valor comunicado manteve os pressupostos da tarifa definida para o ano de 2024, incorporando (i) a atualização das receitas adicionais no que respeita aos valores de contrapartida em vigor, (ii) a atualização dos custos operacionais à inflação estimada para o ano de 2024, (iii) os custos incrementais por conta dos PAPERSU, (iv) outras componentes relevantes e v) a utilização de passivo/saldo regulatório.

A 13 de dezembro de 2024 a ERSAR fixou a taxa de remuneração de ativos para o período regulatório 2025-2027 em 6,95%.

O Despacho n.º 185/2025 de 06 de janeiro de 2025, estabeleceu o calendário e procedimentos a observar na apreciação do plano de investimentos e contas reguladas previsionais do período regulatório de 2025-2027.

Assim a RESINORTE entregou o plano de investimento e as contas reguladas previsionais para o período regulatório 2025-2027 a 17 de fevereiro de 2025, tendo recebido: (i) a 11 de setembro de 2025 a aprovação do Concedente do plano de investimentos 2025-2027 com parecer prévio da ERSAR e da APA no montante total de 32 M€; (ii) a 20 de dezembro de 2025 a decisão final dos proveitos permitidos totais e tarifas reguladas para o período regulatório 2025-2027, cujo impacto no ano de 2025 se encontra refletido na presente prestação de contas.

Foi apresentado pela RESINORTE à ERSAR, a 06 de janeiro 2026 os erros manifestos e a 13 de janeiro de 2026 uma reclamação administrativa, com o propósito da empresa apresentar esclarecimentos adicionais aos já referidos em sede de pronúncia.

Em junho de 2025, a ERSAR abriu um procedimento para a elaboração de um novo regulamento tarifário dos serviços de gestão de resíduos, tendo a EGF em representação da empresa ter apresentado os seus contributos.

Em setembro de 2025, a ERSAR aprova o mecanismo de alocação e compensação do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE) com entrada em vigor a 01 de janeiro de 2026, que tem como objetivos: i) Assegurar que os custos dos sistemas com resíduos de embalagens são imputados proporcionalmente às entidades gestoras do SIGRE; ii) Promover eficiência, transparência, automatização e equidade no sistema; iii) Estabelecer regras de alocação de resíduos para retoma e de compensação financeira anual entre entidade.

Durante o ano de 2025, decorreu também o processo de audiência de interessados quanto à renúncia, total ou parcial, à responsabilidade de recolha e/ou de tratamento dos resíduos de embalagens recebidos na rede de pontos de recolha das entidades gestoras do Sistema de Depósito e Reembolso (SDR). Relacionado com esta matéria, a ERSAR comunicou a decisão final para as entidades que exerceram direito de preferência os valores de contrapartida a prestar pela recolha em “baixa” no âmbito do SDR.

A gestão do risco regulatório, pelo impacto que a atuação do Regulador tem na esfera das empresas reguladas, torna-se uma matéria fulcral para as empresas concessionárias e para os seus acionistas.

## Regulação Económica

No regime em vigor as tarifas são definidas pela ERSAR com base num modelo “revenue cap”, através do qual faz apuramento do valor de “Proveitos Permitidos” para cada período regulatório de 3 a 5 anos. O período regulatório em curso é de três anos e abrange os anos de 2025 a 2027. Destacam-se ainda as seguintes características do modelo em uso:

- As disposições quanto ao modelo de determinação dos Proveitos Permitidos e tarifas aplicáveis, estão previstas no Título IV – Modelo e Determinação de tarifas, sendo de realçar que a determinação dos **Proveitos Permitidos**, nos termos daquele diploma se faz de acordo com a seguinte expressão:

Proveitos Permitidos = Custo de Capital + Custo de exploração – Receitas adicionais – Benefícios de Atividades Complementares + Ajustamentos + Incentivos – Variação do Saldo Regulatório

- O cálculo do **Custo de Capital**, que é efetuado em conformidade com a fórmula abaixo:

Custo de Capital = (BAR) Base de Ativos Regulados x (TRA)Taxa Remuneração dos Ativos + Amortizações do Exercício

- A **Base de Ativos Regulados** é constituída pelos ativos afetos à exploração das atividades principais. O RTR dispõe no n.º 3 do seu artigo 28º que os ativos que constituem a BAR, são valorizados ao menor valor entre o custo histórico contabilístico líquido de amortizações calculadas nos termos do artigo 33.º daquele mesmo diploma e de subsídios ao investimento, e o valor aprovado em sede de plano de investimentos, corrigido pelas amortizações e subsídios.
- Quanto ao apuramento da **Tarifa**, ele está referenciado no artigo 41º e 42º do RTR, onde se estabelece que “... as tarifas visam recuperar os proveitos permitidos totais fixados... em função da quantidade de

resíduos entregues estimada...”, “ a tarifa variável única aplicável a entidades gestoras é definida em função da quantidade total estimada de resíduos urbanos resultantes da recolha indiferenciada, sendo definida pela ERSAR nos sistemas de titularidade estatal em regime de gestão concessionada...” assim está definido no Anexo I ao RTR que o cálculo tarifário é:

Tarifa do serviço de Gestão de Resíduos = Proveitos Tarifários / Quantidades de RU indiferenciados a receber, estimadas

- Quanto aos parâmetros regulatórios genéricos, estes incluem a taxa de remuneração dos ativos (TRA) e respetivas componentes (taxa de juro sem risco, estrutura de financiamento regulatória, beta dos capitais próprios, prémio de risco de mercado, taxa de remuneração dos capitais alheios e taxa de imposto) e as taxas de variação do IHPC.

A TRA estabelecida para o período regulatório 2025-2027, para a RESINORTE foi de 6,95%.

## Reporte regulatório 2025

Durante o ano de 2025, foi prestada a seguinte informação à ERSAR e ao Concedente:

- Plano de investimentos para o período regulatório de 2025-2027- Em fevereiro de 2025 a RESINORTE submeteu ao Concedente e ERSAR o plano de investimentos para o período regulatório 2025-2027. A comunicação da decisão final do Concedente com parecer da ERSAR, após audiência prévia, foi em setembro de 2025.
- Contas Reguladas Previsionais para o período regulatório de 2025-2027- Em fevereiro de 2025 a RESINORTE submeteu à ERSAR as contas reguladas previsionais para o período regulatório 2025-2027. A comunicação da decisão final pela ERSAR, após audiência prévia, foi em dezembro de 2025.
- Contas Reguladas Reais (CRR) 2024- Em 30 abril de 2025, a RESINORTE entregou ao regulador as CRR do exercício de 2024 o qual inclui um relatório sobre a execução dos investimentos no ano de 2024 (também enviado ao Concedente), sobre o qual a decisão foi comunicada, após audiência prévia, em conjunto com a decisão das contas reguladas previsionais para o período regulatório 2025-2027 em dezembro de 2025.

## Regulação da qualidade do serviço

Nos termos dos seus estatutos compete à Entidade Reguladora assegurar a regulação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras, avaliando o desempenho dessas entidades. Deste modo, a qualidade de serviço de gestão de resíduos urbanos prestado pelas entidades gestoras é avaliada anualmente, e atualmente, através da aplicação da 4.ª geração do sistema de avaliação com recurso a de indicadores de desempenho de qualidade do serviço. O “Guia de Avaliação da Qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores - 4.ª geração do sistema de avaliação” foi publicado pela ERSAR em 30 de dezembro de 2025.

Os resultados deste sistema de avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP). Conforme descrito no Capítulo Enquadramento do Sector de Resíduos Urbanos, em fevereiro de 2025 foi publicado, e divulgado no sítio da ERSAR, o RASARP 2024, o qual sintetiza a informação mais relevante referente à caracterização do setor no ano de 2023.

## Regulação ambiental

As entidades gestoras dos serviços resíduos urbanos do grupo EGF estão também sujeitos à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o regulador ambiental.

A APA desenvolve ainda atribuições no âmbito dos resíduos enquanto Autoridade Nacional de Resíduos. Destacando-se:

- Assegurar e acompanhar a execução da estratégia nacional para os resíduos;
- Competências próprias de licenciamento,
- Emissão de normas técnicas aplicáveis às operações de gestão de resíduos,
- Desempenho de tarefas de acompanhamento das atividades de gestão de resíduos,
- Uniformização dos procedimentos de licenciamento;
- Validação da informação necessária à aplicação do regime económico e financeiro da gestão de resíduos e diligenciar no sentido da implementação do regulamento relativo à aplicação da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR).

## Sustentabilidade

O compromisso com a sustentabilidade é uma prioridade para a EGF. Compromisso quer com a satisfação das atuais necessidades sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades, quer com a responsabilidade de promover e sensibilizar para o mesmo desiderato as comunidades com que interage e serve e a sua cadeia de valor.

A defesa do ambiente esteve na génese das empresas do grupo EGF e, desde então, a par do cumprimento dos objetivos operacionais que a Sociedade nos determina, tem norteado a nossa atividade. Atualmente, porém, as componentes Social e de Governança que completam a trilogia da Sustentabilidade, assumem também igual relevância na estratégia e prática de governação do grupo.

### Necessidades e expectativas dos *stakeholders*

Conhecer as necessidades e expectativas dos nossos *stakeholders* é essencial para a melhoria dos nossos processos e procedimentos ao mesmo tempo que nos permite ir de encontro aos seus interesses e necessidades. Em 2024, o grupo Mota-Engil decidiu aprofundar o exercício de análise da Dupla Materialidade realizado no ano anterior, processo em que a EGF, de novo, se envolveu ativamente, tendo em vista a revisão dos tópicos materiais<sup>1</sup> a cuja evolução o grupo deve estar particularmente atento.

Este exercício confirma a oportunidade e relevância das opções estratégicas entretanto adotadas pela EGF em torno de quatro linhas orientadoras principais:

- o reforço dos eixos estratégicos da inovação, sustentabilidade, gestão de risco, segurança e saúde no trabalho e eficiência na gestão dos ativos a seu cargo,
- o foco nos clientes, na satisfação das suas expectativas e necessidades, e na eficiência operacional necessária ao cumprimento dos exigentes objetivos operacionais que nos são determinados pelo Concedente;
- o incremento da coordenação da atividade das suas participadas, orientada à identificação e implementação das melhores práticas e à harmonização de processos e procedimentos, com particular

<sup>1</sup> Tópicos que representam os impactos mais relevantes da organização na economia, no ambiente e nas pessoas, incluindo impactos em matéria de direitos humanos

foco na melhoria contínua da proteção do ambiente, da segurança e saúde no trabalho, da eficiência das operações e da gestão da cadeia de valor;

- o reforço da transparência da relação com os nossos principais *stakeholders*, nomeadamente os que mais impactam ou são impactados pela nossa atividade;

### Alterações climáticas

Outra das nossas grandes preocupações é a crise climática, consequência das alterações climáticas que se fazem sentir cada vez com maior expressão, sendo certo que somos parte de um sector com peso significativo nas emissões de GEE nacionais.

*“2024 foi um ano muito quente e seco em Portugal continental, o terceiro mais quente da última década e o oitavo mais seco dos últimos 10 anos, com uma temperatura média do ar de 16,5 °C (+0,9 °C face à normal climatológica 1981-2010) e precipitação total anual de 799,2 mm (95% da normal climatológica 1981-2010).”*

Conscientes desse peso nas emissões de GEE do País, 11% em 2024, o grupo EGF tem-se focado na melhoria contínua das suas operações, particularmente das que são as principais origens das emissões, ou seja, a gestão dos aterros sanitários e a valorização energética de resíduos.

Figura 2. Emissões de GEE por setor 2024



(fonte: Instituto Nacional de Estatística - Estatísticas do Ambiente: 2024, 2025-12-19)

As emissões de GEE no grupo EGF são predominantemente geradas nos aterros sanitários (cerca de 80%) e na valorização energética de resíduos urbanos (cerca de 15%).

Importa notar que a emissão de GEE com origem nos aterros sanitários é o resultado da degradação da matéria orgânica neles depositada ao longo das últimas décadas, sendo que essa produção se mantém durante 20 a 30 anos. Quer isto dizer que o sucesso de uma estratégia de redução da emissão de GEE com origem nos aterros sanitários está muito dependente da redução da deposição de resíduos orgânicos nos

aterros e esta por sua vez muito dependente da eficiência dos cidadãos na separação dos resíduos na origem e da capacidade do País de proceder à recolha seletiva desses resíduos orgânicos.

Naturalmente que a eficiência do tratamento biológico dos resíduos orgânicos e a capacidade de captar uma parcela crescentemente significativa do biogás gerado no aterro, especialmente destinada à sua valorização energética, têm relevância no esforço de redução das emissões, pelo que a sua otimização é um exigente desafio que se coloca às empresas do grupo. Em 2025, o grupo prosseguiu o esforço de melhoria da metodologia de cálculo da produção de biogás em aterro e bem assim, através da sua área de inovação, o estudo da viabilidade de implementação de metodologias de medição real das emissões fugitivas em aterro. Por sua vez, o estudo da viabilidade técnica e económica da redução das emissões com origem na valorização energética dos resíduos urbanos prosseguiu sob condução da área de inovação do grupo.

A EGF reporta a sua informação de sustentabilidade no relatório de sustentabilidade do grupo Mota-Engil, onde poderá ser consultada.

### Risco climático

As alterações climáticas geram fatores de risco cuja avaliação de impacto no negócio é, nos dias de hoje, uma obrigação das organizações tendo em vista acautelar a estabilidade do negócio e conferir segurança ao mercado e à comunidade.

Neste âmbito, o grupo EGF desenvolveu e concluiu em 2024 a avaliação dos riscos climáticos - físicos e de transição – em todas as suas instalações e sob 3 cenários climáticos, agregando variáveis físicas e de transição com base nos cenários RCP do IPCC e IEA e NGFS e em 3 períodos temporais – 2026, 2030 e 2050. Na sequência desta avaliação, publicou o Plano de Resiliência do grupo EGF. Este plano descreve e explicita a estratégia do grupo de mitigação e adaptação aos riscos climáticos, físicos e de transição.

### Taxonomia Verde

A TAXONOMIA EUROPEIA estabelece um quadro de referência e um guia para o investimento, definido pelo Regulamento da Taxonomia e Atos Delegados do Clima e do Ambiente<sup>2</sup>, com o objetivo de direcionar o investimento para a transição para uma economia neutra em carbono, resiliente e eficiente em termos de recursos e justa.

Este quadro de referência estabelece uma lista de atividades que podem ser qualificadas como ambientalmente sustentáveis, com o objetivo de proteger os investidores e os consumidores, clarificando os pressupostos a considerar na avaliação da sustentabilidade das atividades executadas pelas empresas. Deste conjunto de atividades, o grupo EGF executa as seguintes:

---

<sup>2</sup> Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020, Regulamento Delegado (UE) 2021/2139 da Comissão, de 4 de junho de 2021, Regulamento Delegado (UE) 2023/2486 da Comissão, de 27 de junho de 2023 e Regulamento Delegado (UE) 2026/73 da Comissão, de 4 de julho de 2025

## Quadro 8. Atividades Potencialmente Elegíveis

Atividades Potencialmente Elegíveis	Mitigação das Alterações Climáticas	Adaptação às Alterações Climáticas	Proteção dos recursos hídricos e marinhos
<b>ENERGIA</b>			
Produção de eletricidade a partir de bioenergia	MAC 4.8	AAC 4.8	
<b>ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO, GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO</b>			
Recolha e transporte de resíduos não perigosos fracionados, triados na origem	MAC 5.5	AAC 5.5	
Recolha e transporte de resíduos não perigosos e perigosos			EC 2.3
Digestão Anaeróbia de Biorresíduos	MAC 5.7	AAC 5.7	
Compostagem de Biorresíduos	MAC 5.8	AAC 5.8	
Valorização de biorresíduos por digestão anaeróbia ou compostagem			EC 2.5
Recuperação de Materiais a partir de resíduos não perigosos	MAC 5.9	AAC 5.9	

A avaliação da sustentabilidade das atividades da EGF realizada anteriormente, tinha concluído que o alinhamento com a taxonomia, na generalidade dos casos, estava dependente da avaliação dos riscos físicos climáticos para evidenciar a satisfação do critério de não prejudicar significativamente a adaptação às alterações climáticas. No ano de 2024, a EGF realizou a avaliação dos riscos climáticos em todas as suas instalações, na sequência do que estruturou e publicou o seu Plano de Resiliência Climática.

Cumprido este requisito, considera-se que as atividades referidas estão alinhadas com a taxonomia.

O alinhamento com a taxonomia requer ainda a conformidade com as salvaguardas mínimas. Neste domínio é avaliada a atuação de cada empresa em quatro áreas: i) direitos humanos e direitos laborais; ii) Suborno e corrupção; iii) Tributação responsável; iv) concorrência leal. O grupo está confortável nestes domínios, porém continua a desenvolver procedimentos de diligência devida que permitam assegurar que a sua cadeia de valor garante também a conformidade com as salvaguardas mínimas.

05



*Governo Societário*



# Governo Societário

Os Órgãos Sociais da RESINORTE tinham, em 31 de dezembro de 2025, a seguinte composição:

## Mesa da Assembleia Geral

<b>Presidente</b>	Município de Mesão Frio, representado por Paulo Jorge Peres Teixeira da Silva
<b>Vice-presidente</b>	EGF – Empresa Geral de Fomento S.A.
<b>Secretário</b>	Marta Lopes Correia

## Conselho de Administração

<b>Presidente</b>	Miguel Pires Eurico Lisboa
<b>Vogal executivo</b>	Rui Fernando Santos da Silva
<b>Vogais não executivos</b>	Ana Rita Antunes Gonçalves
	Tomás Joaquim de Oliveira Serra
	Cristina Maria da Cunha Saraiva
	AMVDN, representada por Mário Artur Correia Lopes
	Município de Boticas, representado por António Guilherme Pires
	Município de Lamego, representado por Francisco Manuel Lopes



## Conselho Fiscal

<b>Presidente</b>	CIM Alto Tâmega e Barroso, representado por Jorge Manuel da Mata Pires
<b>Vogal</b>	Inês Maria Vaz Ramos da Silva da Cunha Leão
<b>Vogal</b>	Eduardo Manuel Fonseca Moura

## Revisor Oficial de Contas (ROC)

<b>ROC Efetivo</b>	Pricewaterhousecoopers & Associados – SROC, Lda, representada por Hugo Miguel Patrício Dias ou António Alberto Martins Afonso
<b>ROC Suplente</b>	Carlos José Figueiredo Rodrigues

## Comissão de Fixação de Vencimentos

<b>Presidente</b>	Ricardo Jorge de Sousa Duque Saramago
<b>Vogal</b>	Luís Filipe Cardoso da Silva

# *Curriculum Vitae*

Dos membros do Conselho de administração  
em 31 de dezembro de 2025



## Presidente

Luís Miguel Pires Eurico Lisboa

Data de nascimento:  
21 de fevereiro de 1966

## Habilitações Académicas

Engenheiro Mecânico, ramo de produção e construções mecânicas, pelo Instituto Superior Técnico, Pós Graduado em Gestão Empresarial pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, MBA e Mestre em Logística pelo Instituto Superior Técnico.

Entre outras, salienta-se a formação em Gestão Ambiental pela Bureau Veritas, em SIX SIGMA pela Bombardier Transportation e a formação avançada em Strategic Management pela Católica Lisbon School of Business & Economics e Kellogg School of Management, Chicago.

## Carreira Profissional

Iniciou a actividade profissional, em 1992, como Engenheiro de Projecto na SOREFAME na área de concepção de estruturas de veículos, na elaboração de notas de cálculo e especificações técnicas.

Em 1995, já integrado na ABB, assume a gestão do departamento de Engenharia de Estruturas tendo a responsabilidade de coordenar as equipas de projecto e promover a implementação das melhores práticas a nível do grupo em simultâneo com a coordenação de projectos internacionais de I&D nas áreas das tecnologias, novos materiais e optimização estrutural. Em 1999, como Director Executivo, assume a responsabilidade da unidade de negócios referente à engenharia, aprovisionamentos, produção e comercialização de estruturas para material circulante. Em 2001, na BOMBARDIER, como Director de Produção, assume a gestão integral da produção da fábrica tendo a responsabilidade de garantir a execução dos planos de produção globais e a gestão de toda a equipa produtiva.

Em 2004, no Grupo CTT, como Director Nacional de Tratamento, assume a responsabilidade pela gestão e coordenação de todos os centros de tratamento de correspondência a nível nacional garantindo o desenvolvimento e implementação de novos processos de trabalho e novos meios tecnológicos.

Em 2007, integra o grupo Mota-Engil, assumindo a Direcção Geral da Takargo, operador ferroviário de mercadorias. Neste âmbito e como primeiro e único operador privado no sector, gere a implementação dos processos de certificação, aquisição de material circulante, formação de tripulações e aproximação ao mercado das novas soluções logísticas. Em 2010 é nomeado Administrador Executivo e em 2016 assume a Presidência do Conselho de Administração. Em 2022 a Mota-Engil vende a participação na Takargo à SNCF, passando a assumir o lugar de Vogal do Conselho de Administração. Ainda no âmbito do transporte ferroviário de mercadorias assume em 2009 a administração executiva da Ibercargo Rail, empresa espanhola constituída em parceira com o grupo Comsa, agora SNCF.



Em 2016, no âmbito do grupo Mota-Engil, é nomeado Administrador Executivo da

EGF – Empresa Geral do Fomento, atualmente com o pelouro de Aprovisionamentos, Sistemas de Informação e Gestão de Ativos, função que desempenhou até de dezembro de 2025.

## Funções atuais

- ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A. Presidente do Conselho de Administração
- SULDOURO – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A. Presidente do Conselho de Administração
- VALORMINHO – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. Presidente do Conselho de Administração
- RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. Presidente do Conselho de Administração
- RESULTIMA – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. Presidente do Conselho de Administração
- APEF - Associação Portuguesa de Empresas Ferroviárias Presidente da Direção
- APEMETA - Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais Vogal da Mesa da Assembleia Geral.



## Vogal Executivo

### Rui Fernando Santos da Silva

Data de nascimento:  
1 de dezembro de 1976

## Habilitações Académicas

Engenheiro Civil, opção de Geotecnia, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

## Carreira Profissional

Iniciou a atividade profissional, em 1999, como Engenheiro Civil na MOTA & COMPANHIA SA desempenhando a função de Adjunto de Diretor de Obra, assumindo a responsabilidade da gestão dos recursos envolvidos na execução dos trabalhos, no planeamento e gestão contratual.

De 2000 a 2002, assumiu a função de Diretor de Obra em diversos projetos, responsável pela direção técnica dos mesmos, assegurando a identificação e obtenção dos recursos necessários à sua execução, assumindo ainda a responsabilidade pelo controlo económico e financeiro dos projetos, tendo em consideração os objetivos previamente definidos.

Em 2002, na MOTA-ENGIL Engenharia e Construção SA na República do BENIN teve a seu cargo a direção técnica da empreitada “Travaux d’Entretien Périodique de la route Dassa-Savé-Parakou-Beroubouay Lot-2 – 210km”. De 2004 a 2005, ainda na Delegação do BENIN, veio a assumir a Direção Geral da Delegação.

Já em 2005 na República de Angola, assumiu a função de Diretor Geral Adjunto para a Área Técnica da PAVITERRA SA (participada da MOTA-ENGIL Engenharia e Construção SA), com a responsabilidade pela gestão das Áreas Técnica, Comercial e Produtiva da empresa.

De 2007 a 2009, na MOTA-ENGIL Engenharia e Construção SA sucursal de Angola, assume a responsabilidade de Diretor de Produção de Obras Rodoviárias, coordenando as direções técnicas dos diversos projetos em curso na província de Luanda. Durante o ano de 2009, ocupa o cargo de Diretor de Obras Rodoviárias e desta feita a responsabilidade das direções de produção ligadas à execução de infraestruturas rodoviárias nas províncias de Luanda, Lunda-Sul, Huambo, Benguela e Cabinda.

De 2010 a 2017, na MOTA-ENGIL Engenharia e Construção SA e de novo em Portugal, volta a assumir a função de Diretor de Produção no domínio das infraestruturas rodoviárias.

Em 2017, no âmbito do Grupo Mota-Engil, integra a EGF – Empresa Geral do Fomento, desempenhando a função de Diretor de Produção com a responsabilidade de apoio à gestão das concessionárias no desenvolvimento e implementação de boas práticas de promoção e incremento da eficiência e eficácia. Sendo ainda nomeado como vogal do Conselho de Administração das concessionárias: RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., SULDOURO – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos,



S.A., RESULTIMA – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., RESIESTRELA – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. e VALNOR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A..

Exerceu o cargo de Administrador-Delegado de 2017-2021 na SULDOURO – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A., e até setembro de 2022 na RESULTIMA – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. e VALORMINHO – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A

### Funções atuais

- RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. Administrador-delegado.



## Vogal Não Executivo

### Cristina Maria da Cunha Saraiva

Data de nascimento:  
25 de maio de 1966

## Habilitações Académicas

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas (ISCTE- Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa: 1984/89); Mini MBA (INDEG-ISCTE).

## Carreira Profissional

1988/89 - Técnica da Direção de Estatística do DAFSE – Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu, com atividades na área de análise de dossiers de candidaturas.

1989 e 1993 foi quadro do Grupo IPE – Investimentos e Participações Empresariais, SA, onde desenvolveu tarefas nas áreas de Controlo de Gestão, Consolidação de Contas, Controlo de Participadas, Planeamento Financeiro da Holding e do Grupo e avaliação de empresas.

1993 a 1996, integrou a equipa da IPE Capital – Sociedade de Capital de Risco, SA, nas funções de gestora de projetos, análise a avaliação de Investimentos, e posteriormente como responsável coordenadora da área de Marketing e da Gestão dos FRIE – Fundos de Reestruturação e Internacionalização Empresarial. Também em representação da IPE-Capital, foi Administradora da empresa Mailtec-Tecnologias de Informação, SA.

De 1996, e até, 2000, desempenhou as funções de Diretora Financeira na Spel-Sociedade Portuguesa de Explosivos, SA, tendo sido também, durante parte desse período, membro do Conselho Fiscal do Ledap – Laboratório de Engenharia e Detónica.

Em 2000 e até 2005, integrou os quadros da Valorsul - Valorização e Tratamento

de Resíduos Sólidos da Área Metropolitana de Lisboa (Norte), SA, como Diretora Administrativo- Financeira da empresa.

Entre julho de 2005 e fevereiro de 2019, foi Diretora financeira na EGF - Empresa Geral de Fomento, SA e também, em representação da EGF, Administradora de várias empresas do Grupo, nomeadamente na Amarsul, SA, na Resinorte, SA e na Recigroup-Indústrias de Reciclagem, SGPS.

Foi Presidente do Conselho de Administração da Amarsul SA., no mandato 2012/2015.

Foi Administradora-Delegada na RESINORTE, SA de janeiro de 2019 a setembro de 2022. Em 2000 e até 2005, integrou os quadros da Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos da Área Metropolitana de Lisboa (Norte), SA, como Diretora Administrativo-Financeira da empresa.



Entre julho de 2005 e fevereiro de 2019, foi Diretora financeira na EGF - Empresa Geral de Fomento, SA e também, em representação da EGF, Administradora de várias empresas do Grupo, nomeadamente na Amarsul, SA, na Resinorte, SA e na Recigroup-Indústrias de Reciclagem, SGPS.

Foi Presidente do Conselho de Administração da Amarsul SA., no mandato 2012/2015.

Foi Administradora-Delegada na RESINORTE, SA de janeiro de 2019 a setembro de 2022.

### Funções atuais

É atualmente, desde agosto de 2022, Presidente da Comissão Executiva da Amarsul-Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.;

Desde setembro de 2022 é, também, Administradora não executiva na Valorsul, S.A. e na Resinorte, S.A.



## Vogal Não Executivo

### Ana Rita Antunes Gonçalves

Data de nascimento:

20 de junho de 1987

## Habilitações Académicas

É licenciada em Economia pelo ISEG, possui um MBA pela Porto Business School e formação avançada em Contabilidade, Fiscalidade, Performance e Controlo de Gestão, bem como certificação em Sustentabilidade e programas executivos de liderança.

## Carreira Profissional

Iniciou a sua carreira na Deloitte, onde integrou equipas de auditoria a grandes grupos económicos, maioritariamente nos setores da construção e serviços. Posteriormente, desempenhou funções de Senior Account no Grupo Sovena, com responsabilidades no departamento financeiro e de fiscalidade.

Desde 2015 integra o Grupo EGF, onde exerceu funções de assessoria financeira, tendo participado no processo de integração no Grupo Mota-Engil, na implementação do regulamento tarifário de resíduos e no desenvolvimento de modelos de contabilidade analítica e consolidação financeira. Desde 2019 é diretora de Regulação do Grupo EGF, coordenando a área de regulação, os planos de negócio a submeter ao regulador, o desenvolvimento de indicadores regulatórios e a monitorização de riscos do negócio.

## Funções atuais

- Diretora Regulação - EGF
- Administradora não executiva na Resinorte e Suldouro



## Vogal não executivo

### Tomás Joaquim de Oliveira Serra

Data de nascimento:  
13 de dezembro de 1965

## Habilitações Académicas

Licenciado em Engenharia Mecânica, Ramo Termodinâmica Aplicada, pelo Instituto Superior Técnico (1983/1988), complementou mais tarde a sua formação em gestão através de programas promovidos pelo IDCFC da Universidade Católica e pelo INDEG/ISCTE.

## Carreira Profissional

Iniciou a sua carreira profissional no grupo EDP em dezembro de 1988, onde desempenhou funções técnicas e de gestão em diversos projetos na área da energia e dos resíduos.

A partir de abril de 2001 passou a integrar o grupo Somague (AGS e Hidurbe) para implementação da Prestação de Serviços de Operação da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra, Madeira. Neste âmbito foi administrador de várias empresas, destacando-se a OTRS – Operação da ETRS da Meia Serra, onde foi também Diretor Geral durante mais de 6 anos.

Entre maio de 2008 e fevereiro de 2012 e entre abril de 2017 e dezembro de 2024, exerceu funções de Administrador Executivo na VALORSUL, período durante o qual fez ainda parte da direção da Avaler – Associação de Entidades de Valorização Energética de RSU, tendo mantido funções de Administrador não executivo entre março de 2012 e março de 2017.

De fevereiro de 2012 a julho de 2015 foi administrador da Empresa Geral do Fomento (EGF).

Foi Presidente do Conselho de Administração da RESINORTE (entre abril de 2012 e setembro de 2016), da ALGAR (entre setembro de 2015 e março de 2017), da RESIESTRELA (entre setembro de 2015 e março de 2017) e da VALNOR (entre setembro de 2016 e março de 2017).

Foi Administrador não executivo da VALNOR (entre setembro de 2015 e agosto de 2016), da RESINORTE (entre outubro de 2016 e março de 2017), da RESULIMA (entre setembro de 2015 e março de 2017) e da SULDOURO (entre setembro de 2015 e março de 2017).

## Funções atuais

- Administrador Executivo da EGF, desde março de 2024;
- Administrador não executivo da VALORLIS, desde setembro de 2015;

- Administrador não executivo da RESINORTE, desde 25 de março de 2024;
- Administrador não executivo da AMARSUL, desde 19 de dezembro de 2024;
- Administrador não executivo da VALORSUL, desde 19 de dezembro de 2024.



Vogal não executivo

Mário Artur Correia Lopes

Data de nascimento:  
04 de janeiro de 1967

### Habilitações Académicas

Formado em Economia

### Carreira Profissional

Fez parte de várias Associações do Concelho, tendo sido Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Murça.

Após ter terminado o curso, foi professor de matemática e economia.

Depois de terminar o serviço militar na Figueira da Foz, foi consultor na área de gestão e contabilidade de várias micro e pequenas empresas.

Em 1995 iniciou funções como diretor administrativo e financeiro na União de 23 cooperativas-Subvidouro, destilaria da Região Demarcada do Douro, com sede em Peso da Régua.

Em 2021, foi eleito vereador no Município de Murça, durante 6 anos. Em 2006, foi contratado para Diretor Geral da Adega Cooperativa de Murça, durante 12 anos.

Em 2017, foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Murça, até ao momento. Exerceu em paralelo à sua atividade profissional referida, muitas outras funções, desde consultor e conselheiro do IVDP, participou em vários processos de recuperação de empresas, nos chamados PER, e em muitas outras atividades, como palestras e formação, seja na atividade profissional seja como Autarca, ocupando vários lugares de Administração, como por exemplo na Agência de Desenvolvimento do Vale do Tua, nas Águas do Interior Norte, na Resinorte e outras.

### Funções atuais

- Presidente da Câmara Municipal de Murça



Vogal não executivo

António Guilherme Forte Leres Pires

Data de nascimento:  
6 de abril de 1966

## Habilitações Académicas

Licenciatura em Direito - Faculdade de Direito de Lisboa.

## Carreira Profissional

- Presidente da Câmara Municipal de Boticas (de Junho 2025 à presente data);
- Vice-Presidente da Câmara Municipal de Boticas, responsável pelas áreas do Urbanismo, Juntas de Freguesia, Equipamentos Municipais, Salubridade Pública, Trânsito e Serviços de Transportes (Outubro 2013 – Junho 2025);
- Presidente da Junta de Freguesia de Boticas (2009-2013);
- Membro da Assembleia Municipal de Boticas (2001-2013);
- Advogado em Boticas desde 1997.

## Atividade Política

- Presidente da Mesa da Assembleia da Comissão Política de Secção do PSD Boticas (2024 até à presente data);
- Vogal da Comissão Política Distrital do PSD (2024 à presente data);
- Presidente da Comissão Política de Secção do PSD Boticas (2018-2024);
- Vice-Presidente da Comissão Política de Secção do PSD Boticas (2012-2018);
- Vogal da Comissão Política de Secção do PSD Boticas (2002-2009);
- Membro da Juventude Social-democrata de Almada (1984-1986).

## Participações Associativas

- Presidente da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Boticas (2009-2013);
- Vice-presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Boticas (1997-2004).



Vogal não executivo

Francisco Manuel Lopes

Data de nascimento:  
29 de julho de 1967

### Habilitações Académicas

Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores (1990, FEUP);

Pós-graduação em Engenharia e Planeamento Municipal (2005, UTAD);

MPA - Master in Public Administration (2011, UCP);

Auditor do 38º Curso de Defesa Nacional (2014, IDN);

PDE - Programa de Direção de Empresas (2015, AESE/IESE);

### Carreira Profissional

Assessor do Conselho de Administração da E-Redes - Distribuição de Energia S.A., para a área de “Cidades Inteligentes”;

Membro do Conselho Tarifário da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, em representação da entidade gestora da RND - Rede Nacional de Distribuição;

Diretor do Gabinete de Iluminação Pública da EDP Distribuição S.A., de outubro de 2017 a fevereiro de 2020;

Presidente da Câmara Municipal de Lamego, de 31 de outubro de 2005 a 23 de outubro de 2017;

Vogal do Conselho de Administração do IPTM – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, de novembro de 2002 a outubro de 2005;

Assessor, Coordenador Técnico e Comercial, Subdiretor-geral no IND- Instituto de Navegabilidade do Douro, de agosto de 1997 a novembro de 2002;

Técnico Superior da EDP – Energias de Portugal S.A., desde novembro de 1990 até à presente data;

### Outras Participações:

Presidente do Conselho de Administração da Lamego Convida – Gestão de Equipamentos Municipais, EEM;

Vogal do Conselho de Administração da Resinorte – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A (e antes da Residouro S.A.) de 2005 a 2015;



Vice-Presidente (2 mandatos) e Presidente (1 mandato) da Comunidade Intermunicipal do Douro;

Vice-presidente (2 mandatos) e Presidente (1 mandato) da Direção da Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro;

Presidente da Direção (2 mandatos) e da Assembleia Geral (1 mandato) da Associação de Municípios Portugueses com Centro Histórico;

Vice-Presidente da DouroAlliance – Associação de Municípios do Eixo Urbano Vila Real/Régua/ Lamego;

Vogal do Conselho de Administração da RECEVIN - Rede Europeia de Cidades do Vinho;

Vogal da Direção da Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro - BeiraDouro;

Membro do CES - Conselho Económico e Social;

Membro do CoR - Comité das Regiões da Europa;

Presidente da Assembleia Geral da Entidade Regional de Turismo do Douro;

Presidente da Assembleia Geral da Associação de Municípios Portugueses do Vinho;

Presidente da Assembleia Geral da Regiefrutas – Cooperativa Agrícola de Interesse Público Távora – Varosa, CIPRL;

Membro do Conselho Geral do Instituto Politécnico de Viseu;

Membro do Conselho de Fundadores da Fundação do Museu do Douro;

Presidente da Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lamego;

É Irmão da Santa Casa da Misericórdia de Lamego e sócio ou membro de mais de três dezenas de instituições sociais, clubes e associações desportivas, culturais e confrarias;

Foi Membro do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses;

Membro do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses;

Representante da ANMP no Comité de Acompanhamento do PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum) no Continente;

Representante da ANMP no Conselho Consultivo da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos;

Presidente do Conselho Regional do Norte da CCDRN;

Representante da ANMP na Comissão Nacional de Proteção Civil.

## Funções atuais

- Presidente da Câmara Municipal de Lamego

06



*Atividade*

# Atividade

## Cadeia de Valor

A RESINORTE atua numa extensa e complexa cadeia de valor, congregando um conjunto interdependente de competências e valor acrescentado, desde a identificação dos recursos até à entrega dos produtos finais às Entidades Gestoras de fluxos específicos, aos retomadores por estas selecionados e aos clientes diretos da empresa.

Na figura seguinte, representa-se esquematicamente a cadeia de valor do negócio do tratamento e valorização dos resíduos, com a especificação das diferentes atividades de operação.

Figura 3. Cadeia de Valor



- Com controlo
- Com influência
- Sem influência
- Operação de Transporte
- Operação de Transporte
- Operação de Transporte do Utilizador
- Operação de Transporte / Sem influência
- Transporte de Efluente / RESINORTE / Com controlo
- Transporte de Efluente / Externos / Com influência
- Transporte de Efluente / Sem influência

## Produção

Durante o ano 2025 a Resinorte tratou e valorizou 430 mil toneladas de resíduos, 349,9 mil toneladas respeitaram a resíduos indiferenciados e 80,5 mil toneladas a fluxos seletivos.

A forma de valorizar e tratar estes resíduos resume-se na figura seguinte, numa lógica de diagrama de fluxos e cadeia de valor.

Assim, nas unidades de triagem foram tratadas 57 mil toneladas, enviando-se 56 mil toneladas de materiais valorizáveis para a indústria recicladora. Já nas unidades de Tratamento Mecânico e Biológico, foram tratadas 149 mil toneladas de resíduos, resultando no encaminhamento de 2.905 toneladas de recicláveis para a indústria recicladora e venda de 1.600 toneladas de composto. Importa ainda realçar o tratamento de 16 mil toneladas de resíduos orgânicos recolhidos seletivamente.

Os restantes resíduos e os refugos das infraestruturas de tratamento, foram encaminhados para aterro. No ano em referência, não foram enviados refugos para valorização energética, por indisponibilidade de receção destes por parte da LIPOR.

A valorização energética do biogás captado em aterro permitiu ainda a produção própria de energia e injeção na rede elétrica e 14.679 MWh de energia.

### Quadro 9. Diagrama de Fluxos

Resíduos Geridos em 2025					
<b>430 391</b>					
<b>Tratamento Mecânico e Biológico</b>		<b>Direto AS</b>		<b>Recolha seletiva</b>	
RSU	133 683	RSU	200 893	Multimaterial	57 357
RSO	15 594	Limp. Urbana	5 695	Outros Fluxos	7 531
		Monstros	9 403		
		REU	235		
				<b>Triagem</b>	
				57 357	
<b>Reciclagem TM</b>		<b>Venda de Energia</b>		<b>Reciclagem RS-TS</b>	
2 905		14 679		55 583	
<b>Composto</b>		<b>Refugos AS</b>			
1 600		Refugos TMB		132 165	
		Refugos Triagem		4 819	

## Receção de Resíduos

As 430 mil toneladas de resíduos, rececionadas em 2025 nas instalações da Resinorte, tiveram as seguintes proveniências e tipologias:

- Recolha de resíduos urbanos indiferenciados promovida pelos 35 municípios que integram o Sistema Norte-Central;

- Entregas diretas por particulares de resíduos equiparados a urbanos;
- Entregas de Resíduos Verdes e biorresíduos recolhidos seletivamente pelos Municípios;
- Recolha seletiva promovida pela RESINORTE, através das redes de ecopontos, ecocentros, recolha porta-a-porta;
- Receção de outros fluxos complementares, como sejam os REEE, RCD e Pneus.

#### Quadro 10. Receção De Resíduos

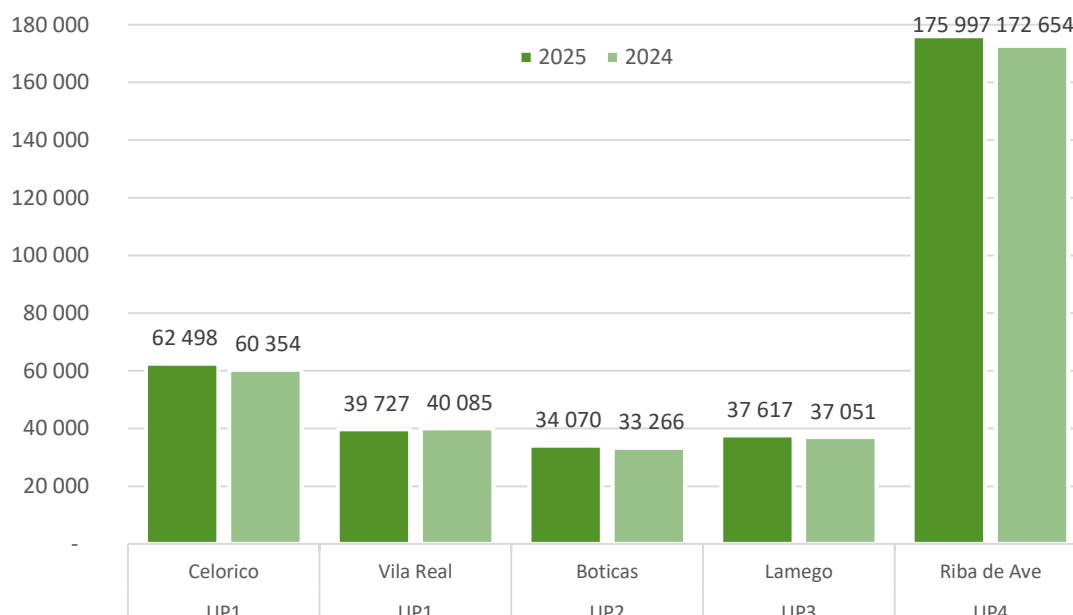
Receção Resinorte (ton.)	2025	2024	2023
RU Indiferenciados	349 908	343 410	335 126
Resíduos Verdes e Bioresíduos	15 594	13 138	9 226
Recolha Seletiva (urbana)	63 131	59 696	56 213
Fluxos Seletivos Complementares (RNU)	1 757	9 570	9 056
<b>Total</b>	<b>430 391</b>	<b>425 815</b>	<b>409 621</b>
<b>Δ</b>	<b>1,1%</b>	<b>4,0%</b>	<b>0,8%</b>

#### Recolha indiferenciada (RI)

A quantidade de resíduos urbanos (RU) com origem na recolha indiferenciada registou um acréscimo de 1,9% face a 2024, traduzindo-se em mais 6.498 toneladas. No quadro seguinte apresenta-se a distribuição destas entradas por cada uma das quatro unidades de produção da RESINORTE e por tipologia de resíduo.

#### Quadro 11. Recolha Indiferenciada

RI - Recolha Indiferenciada Receção (ton.)			2025	2024	2023
UP1	Celorico	17,9%	62 498	60 354	57 840
UP1	Vila Real	11,4%	39 727	40 085	39 458
UP2	Boticas	9,7%	34 070	33 266	32 160
UP3	Lamego	10,8%	37 617	37 051	35 258
UP4	Riba de Ave	50,3%	175 997	172 654	170 410
<b>Total</b>			<b>349 908</b>	<b>343 410</b>	<b>335 126</b>
<b>Δ</b>			<b>1,9%</b>	<b>2,5%</b>	<b>-2,3%</b>



A receção de resíduos em 2025, obedeceu a uma distribuição geográfica similar à de anos anteriores.

Com exceção da Unidade de Vila Real, que rececionou os resíduos dos municípios do Vale do Douro Norte, que teve uma ligeira redução de cerca de 1%, todas as restantes tiveram aumento nos resíduos indiferenciados produzidos.

### Quadro 12. Resíduos Tarifados

Resíduos Tarifados (Ton.)	2025	2024	2023
RU municipal (tarifados)	349 674	342 451	334 216
- Monstros	9 403	8 671	7 526
- Limpeza Urbana	5 695	5 609	5 397
- Domésticos	334 575	328 171	321 293
RU Outros produtores	235	959	910
<b>Total</b>	<b>349 908</b>	<b>343 410</b>	<b>335 126</b>
<b>Δ</b>	<b>1,9%</b>	<b>2,5%</b>	<b>-3,1%</b>

Em 2025, as quantidades faturadas à tarifa municipal, pelas entregas de clientes municipais foi de 349.674 toneladas, superior em 2,1% às quantidades do ano anterior, enquanto a entrega de particulares de resíduos equiparados a urbanos manteve-se a um nível residual, tendo ascendido a 235 toneladas.

### Recolha Seletiva (RS)

A recolha seletiva divide-se em três grandes grupos:

- Recolha seletiva multimaterial trifluxe (RS 3F)

Os resíduos com origem na recolha seletiva trifluxe – papel/cartão, embalagens de plástico e metal e vidro – são encaminhados para plataformas de valorizáveis e para unidades de triagem, onde são separados, dando origem às retomas de embalagens de vidro, de papel/cartão, de plástico e de metal.

- Outros Fluxos de recolha seletiva

Nos ecocentros recebem-se também, de forma seletiva, outros resíduos para além dos considerados na RS 3F, nomeadamente, resíduos elétricos e eletrónicos (REEE), pneus, madeiras, outros plásticos, vidro e metais, entregues por munícipes, por pequenas entidades particulares e também por Municípios.

- Recolha Seletiva de Orgânicos

A recolha seletiva de orgânicos, entregues nos ecocentros ou entregues pelos municípios nas instalações principais, seja na componente “Verdes” – restos de podas, limpeza de jardins, etc... seja na componente de recolha seletiva dos orgânicos – mercados, cantinas e restos de cozinhas. Esta recolha, não obstante o seu recente crescimento, ainda se encontra com quantidades muito inferiores às necessárias, tendo em consideração os objetivos do PERSU 2030.

No Quadro seguinte apresenta-se um resumo das quantidades de resíduos urbanos recebidos seletivamente.

### Quadro 13. Recolha Seletiva (Total)

RS - Recolha Seletiva (ton.)	Δ 25/24	2025	2024	2023
<b>RS Multimaterial (3F)</b>				
Papel Cartão	4,6%	21 875	20 913	19 889
Vidro	2,8%	21 525	20 940	20 523
Plástico e Metal	5,4%	13 956	13 235	12 173
<b>Total 3F</b>	<b>4,12%</b>	<b>57 357</b>	<b>55 088</b>	<b>52 584</b>
	<b>Δ</b>	<b>4,1%</b>	<b>4,8%</b>	<b>1,2%</b>
<b>Outros Fluxos Urbanos</b>				
	<b>25%</b>	<b>5 775</b>	<b>4 608</b>	<b>3 628</b>
Madeira		3 820	2 798	2 092
REEE		581	570	409
Sucatas		400	363	423
Plástico duro		531	471	374
Pilhas e acumuladores		1	2	2
Vidro plano		440	405	328
OAU		2	-	1
<b>Sub-Total RS - Multimaterial</b>		<b>63 131</b>	<b>59 696</b>	<b>56 213</b>
	<b>Δ</b>	<b>5,8%</b>	<b>6,2%</b>	<b>1,1%</b>
<b>RUB-Resíduos Urbanos Biodegradáveis</b>				
		<b>15 594</b>	<b>13 138</b>	<b>9 226</b>
Verdes e Bioresíduos		15 594	13 138	9 226
<b>Total RUB</b>		<b>15 594</b>	<b>13 138</b>	<b>9 226</b>
	<b>Δ</b>	<b>18,7%</b>	<b>42,4%</b>	<b>213,1%</b>
<b>TOTAL RS</b>				
		<b>78 726</b>	<b>72 834</b>	<b>65 439</b>
	<b>Δ</b>	<b>8,1%</b>	<b>11,3%</b>	<b>11,8%</b>

Na globalidade, a captação destes resíduos registou um aumento de 8,1%, que não obstante o crescimento da recolha seletiva multimaterial em 5,8%, importa salientar o crescimento de 18,7% da recolha seletiva de orgânicos.

Para além dos resíduos urbanos recolhidos seletivamente, apresenta-se ainda os Outros Fluxos de Resíduos Não Urbanos, rececionados nas nossas instalações:

## Quadro 14. Outra Recolha Seletiva

RS - Recolha Seletiva (ton.)	Δ 25/24	2025	2024	2023
<b>Outros fluxos - RNU</b>	<b>-81,6%</b>	<b>1 757</b>	<b>9 570</b>	<b>9 056</b>
Pneus		1 500	1 480	1 528
RCD		257	8 090	7 528
RINP		-	-	-

## Recolha Seletiva Multimaterial (RS Trifluxe)

A evolução da recolha seletiva trifluxe, foi novamente positiva, com um crescimento de 4,1% face ao ano anterior.

Mais um ano em que a empresa atinge um crescimento nesta atividade. O crescimento decorreu da maior cobertura de circuitos e do esforço de otimização operacional, procurando a melhoria dos resultados, numa procura contínua pela eficiência, nomeadamente na otimização de rotas e circuitos de forma a minimizar as taxas de transbordo e a maximizar as quantidades recolhidas

Contudo, o crescimento não foi uniforme nos três fluxos, havendo um crescimento significativo nas receções de Papel e Cartão, +4,6%, e no plástico/metalo, +5,4%, enquanto no Vidro o crescimento foi menor, tendo ascendido a +2,8%.

## Quadro 15. Recolha Seletiva Trifluxe (RS 3F)

RS - Recolha Seletiva (ton.)	Δ 25/24	2025	2024	2023
<b>RS Multimaterial (3F)</b>				
Papel Cartão	4,6%	21 875	20 913	19 889
Vidro	2,8%	21 525	20 940	20 523
Plástico e Metal	5,4%	13 956	13 235	12 173
<b>Total 3F</b>	<b>4,12%</b>	<b>57 357</b>	<b>55 088</b>	<b>52 584</b>

Em termos das regiões servidas, os maiores crescimentos verificaram-se nas regiões do Alto Tâmega (Boticas) (+9%) e do Vale do Douro Norte (Vila Real) (+6%), havendo uma menor incidência, mas ainda assim com evolução positiva, nas regiões do Baixo Tâmega (Celorico de Basto) e do Vale do Ave com crescimentos da ordem de 4%. A região do Vale do Douro Sul (Lamego) foi a que teve menor variação, com um crescimento da ordem de 1%.

## Outra Recolha Seletiva

No quadro seguinte apresenta-se um resumo das quantidades relativas a outros fluxos de recolha seletiva, bem como à evolução da receção de biorresíduos.

**Outros fluxos Urbanos** - Verificou-se um crescimento da ordem dos 25%, decorrente do aumento da receção destes materiais nos diversos Ecocentros, bem como numa mais eficaz recuperação destes recicláveis nas linhas de triagem de plástico e metal.

## Quadro 16. Outros fluxos urbanos

RS - Recolha Seletiva (ton.)	Δ 25/24	2025	2024	2023
<b>Outros Fluxos Urbanos</b>	<b>25%</b>	<b>5 775</b>	<b>4 608</b>	<b>3 628</b>
Madeira		3 820	2 798	2 092
REEE		581	570	409
Sucatas		400	363	423
Plástico duro		531	471	374
Pilhas e acumuladores		1	2	2
Vidro plano		440	405	328
OAU		2	-	1

**Biorresíduos** – A recolha seletiva de resíduos verdes e outros orgânicos, atribuída aos municípios, vai consolidando a trajetória de crescimento com a implementação de processos de recolha dedicada ou de tratamento na origem. Apesar do aumento substancial de 19% face ao ano anterior, as quantidades ainda se encontram aquém dos patamares alvo do PERSU 2030, pelo que se mantém a prioridade neste vetor.

## Quadro 17. Biorresíduos

RS - Recolha Seletiva (ton.)	Δ 25/24	2025	2024	2023
<b>RUB-Resíduos Urbanos Biodegradáveis</b>	<b>19%</b>	<b>15 594</b>	<b>13 138</b>	<b>9 226</b>
Verdes e Bioresíduos		15 594	13 138	9 226

**Outros fluxos RNU** – Sendo esta uma atividade com reduzida expressão, quer comparativamente aos quantitativos trifluxe, quer em termos de valor económico, no ano 2025 registou-se uma redução de 82% relativamente ao ano anterior. Esta redução, resulta da diminuição dos resíduos não urbanos, mais especificamente, dos RCD recebidos para execução de caminhos e cobertura de aterros, que no ano 2025 foi apenas de 257 toneladas, enquanto no ano anterior tinha ascendido a aproximadamente 8.000 toneladas.

## Quadro 18. Outros fluxos RNU

RS - Recolha Seletiva (ton.)	Δ 25/24	2025	2024	2023
<b>Outros fluxos - RNU</b>	<b>-82%</b>	<b>1 757</b>	<b>9 570</b>	<b>9 056</b>
Pneus		1 500	1 480	1 528
RCD		257	8 090	7 528

## Tratamento e Valorização

### Triagem

Nas quatro unidades de triagem e plataformas da Resinorte, deram entrada 57,4 mil toneladas de resíduos provenientes da recolha seletiva 3F, as quais originaram retomas totais de valorizáveis de 49,4 mil toneladas, conforme quadro seguinte.

## Quadro 19. Retomas 3F Totais

TRIAGEM (ton.)	$\Delta$ 25/24	2025	2024	2023
<b>Azul - Papel Cartão</b>				
Entrada		21 875	20 913	19 889
Retomas	<b>3,2%</b>	20 402	19 772	18 843
Eficiência		93,3%	94,5%	94,7%
<b>Amarelo - Plástico e metal</b>				
Entrada		13 956	13 235	12 173
Retomas	<b>5,4%</b>	7 447	7 064	6 579
Eficiência		53,4%	53,4%	54,0%
<b>Verde - Vidro</b>				
Entrada		21 525	20 940	20 523
Retomas	<b>2,7%</b>	21 516	20 953	20 256
Eficiência		100,0%	100,1%	98,7%
<b>Totais</b>				
Entrada		57 357	55 088	52 584
Retomas	<b>3,3%</b>	49 366	47 789	45 678
Eficiência		86,1%	86,8%	86,9%
<b>Recicláveis (ton)</b>				
	$\Delta$ 25/24	2025	2024	2023
Outros materiais	<b>24,5%</b>	6 210	4 986	4 103

Dos valores apresentados, conclui-se que se mantiveram os níveis de eficiência das triagens, no que concerne à recuperação de materiais embalagem de Plástico e Metal, sendo que na globalidade se verifica um crescimento global das retomas (3F) de 3,3%, de onde se destaca o crescimento de 5,4% nas embalagens de plástico e metal, dando resposta assim, ao crescimento da recolha. Importa ainda referir que relativamente aos outros materiais recicláveis (não embalagem), se verificou um crescimento de 24,5%, sendo que grande parte destes materiais foram recuperados nas linhas de triagem de plástico e metal.

### Tratamento Mecânico e Valorização Orgânica

No ano de 2025 foram recebidas e processadas nas unidades de Tratamento Mecânico da Resinorte cerca de 134 mil toneladas de resíduos urbanos com origem na recolha indiferenciada, o que representa uma diminuição de 13% face a 2024. Esta redução prende-se com o facto de as Unidades de Triagem e TM se complementarem no tratamento, não permitindo o processamento simultâneo dos resíduos da recolha seletiva e da recolha indiferenciada. Desta forma, foi dada prioridade ao processamento dos resíduos seletivos, fazendo face ao seu aumento, processando os resíduos indiferenciados, na disponibilidade sobranete.

Relativamente ao Tratamento Biológico, verificou-se uma redução global de cerca de 7% nas entradas, face a 2024, essencialmente devido à redução da quantidade de resíduos indiferenciados processada nas TM e consequente parcela orgânica que vai para compostagem. Os biorresíduos da recolha seletiva tiveram um aumento de 19%, que, não obstante a sua relevância, não foi suficiente para compensar a redução global de biorresíduos que entraram em TB.

A produção de composto teve uma redução de 78%, originado, não só pela redução da quantidade de resíduos na compostagem, como também pela dificuldade que se verificou ao longo do ano, no que respeita à sua

maturação e à remoção de contaminantes, para se obter um produto final com os requisitos exigidos para a sua colocação no mercado.

O quadro seguinte resume o processamento dos resíduos na TMB e os resultados obtidos:

### Quadro 20. Tratamento Mecânico e Biológico de RU

TMB (ton.)	Δ 25/24	2025	2024	2023
<b>TM-Tratamento Mecânico</b>				
<b>Entradas</b>				
-RSU (LER 200301)	-13%	133 683	153 409	167 171
<b>Saída</b>				
-Valorizáveis		2 905	2 733	2 925
-Refugos para AS		53 950	59 504	58 982
-Refugos para Val. Energética		-	8 272	16 999
-Para TB		71 613	80 548	83 154
- perdas humidade/stock		5 215	2 353	5 110
<b>TB-Tratamento Biológico</b>				
<b>Entradas na VO</b>				
- Direto		15 594	13 138	9 226
- Da TM		71 613	80 548	83 154
<b>Saída</b>				
-Composto produzido		1 600	3 563	6 853
-Composto vendido	-78%	1 600	7 286	4 806
-Refugos para AS		78 215	86 294	65 350
-perdas humidade/stock		7 392	3 828	22 223
- Valorizáveis (TM)		2,2%	1,8%	1,7%
- Composto (TB)		1,8%	7,8%	5,2%
- Refugo para AS		88,5%	87,5%	70,5%
- perdas humidade/stock		8,4%	3,7%	15,5%

### Confinamento Técnico

Em 2025 foram depositadas em aterro 353 mil toneladas de resíduos, o que corresponde a aumento de cerca de 3,7% face ao ano anterior.

A deposição em aterro tem uma correlação com a capacidade de tratamento instalada nas unidades de tratamento mecânico da Resinorte, uma vez que o tratamento nestas instalações permite desviar a fração orgânica para posterior tratamento biológico e recuperar recicláveis existentes nos resíduos indiferenciados. No ano de 2025, esta capacidade de tratamento ficou ainda mais condicionada, pela necessidade de uma maior afetação das instalações ao tratamento de resíduos da recolha seletiva, face ao já referido crescimento desta. Assim, atendendo ao aumento dos resíduos indiferenciados entregues pelos municípios, e a redução da capacidade de processamento nas TM, houve como consequência um incremento da deposição direta em aterro de +14%. Acresce o facto de em 2025 a LIPOR não ter recebido quaisquer resíduos para valorização energética, ao contrário do que vinha a acontecer nos últimos anos.

## Quadro 21. Confinamento Técnico

ATERRO SANITÁRIO (ton)	Δ 25/24	2025	2024	2023
<b>Confinamento técnico</b>				
RU Diretos	<b>13,8%</b>	216 226	190 001	167 955
RINP		-	-	-
Refugos TMB	<b>-9,4%</b>	132 165	145 798	124 332
Refugos Triagem/outros		4 819	4 771	4 914
<b>Total deposição</b>	<b>3,7%</b>	<b>353 210</b>	<b>340 570</b>	<b>297 201</b>
<b>Entradas totais</b>		<b>430 391</b>	<b>425 815</b>	<b>409 621</b>
<b>Desvio Resíduos AS</b>		<b>17,9%</b>	<b>20,0%</b>	<b>27,4%</b>
		<b>428 634</b>	<b>416 245</b>	<b>400 565</b>

## Centrais Electroprodutoras de Biogás

Em 2025, produziram-se 15 553 MWh de energia, dos quais se injetaram na rede 15 112 MWh. Destes, foram vendidos diretamente pela Resinorte, 14 679 MWh, uma vez que o Centro electroprodutor de Vila Real foi explorado nos meses de janeiro e fevereiro por um terceiro, detentor do PIP, que nesse período injetou na rede 433 MWh.

A energia vendida pela Resinorte teve uma redução global de 10% relativamente ao ano anterior. Esta redução foi originada, fundamentalmente, pela reduzida captação no arranque da exploração de novas células e redução ou cessação da deposição de resíduos nas células existentes, como ocorreu no aterro de Bigorne, provocando uma redução de cerca de 6%, no aterro de Celorico de Basto, com uma redução de cerca de 16% e no caso de Vila Real, que deixou de receber resíduos, com uma redução de cerca de 47%. Também contribuiu a redução verificada na produção de energia do aterro de Santo Tirso (28%), que, pelo facto de ter deixado de receber resíduos há quase 10 anos, segue a tendência natural de redução de biogás, atingindo neste ano o seu mínimo histórico. A redução verificada no aterro de Boticas (19%), foi originada por contingências da exploração, com objetivo de otimização do espaço, pequenas camadas em taludes e grandes superfícies descobertas, tendo sido realizadas diversas operações no campo de biogás que, não obstante os constrangimentos provocados e consequente redução na produção de energia, se espera venham a incrementar a captação no futuro.

Os principais indicadores de valorização de energia, apresentam-se no quadro seguinte.

## Quadro 22. Valorização Energética do Biogás de Aterro

Biogás (MWh)	Δ 25/24	2025	2024	2023
<b>Celorico</b>				
	<i>motores</i>	1 400	1 400	1 400
Produção		7 268	8 703	9 311
Venda	<b>-16,4%</b>	7 125	8 527	9 128
Eficiência (produção/potencial)		59,3%	71,0%	75,9%
<b>Boticas</b>				
	<i>motores</i>	800	800	800
Produção		3 937	4 860	3 618
Venda	<b>-19,0%</b>	3 859	4 764	3 548
Eficiência (produção/potencial)		56,2%	69,3%	51,6%
<b>Bigorne</b>				
	<i>motores</i>	400	400	400
Produção		2 365	2 409	2 409
Venda	<b>-5,8%</b>	2 224	2 361	2 362
Eficiência (produção/potencial)		67,5%	68,7%	68,7%
<b>Santo Tirso</b>				
	<i>motores</i>	800	800	800

Produção		475	662	864
Venda	<b>-28,2%</b>	466	649	848
Eficiência (produção/potencial)		6,8%	9,4%	12,3%
<b>Vila Real</b>	<i>motores</i>	400	400	400
Produção		1 508	2 804	2 261
Venda	<b>-46,7%</b>	1 438	2 700	2 150
Eficiência (produção/potencial)		43,0%	80,0%	64,5%

### Valorizáveis resultantes do Tratamento e Valorização

Em 2025, crescimento global das retomas de recicláveis em 5,3%, resultante do crescimento das retomas de recicláveis captados dos resíduos indiferenciados nas TM, com um crescimento de 6% e do crescimento das retomas de recicláveis da recolha seletiva, com um crescimento de cerca de 5%.

De relevar o crescimento dos valorizáveis de TM, que não obstante a redução dos resíduos indiferenciados processados (13%), tiveram incrementos significativos, que se traduzem na melhoria da eficiência de captação nas TM, em cerca de 22%. A taxa de recuperação de recicláveis passou de 1.8% em 2024, para 2.2% em 2025.

Registou-se uma redução significativo nas vendas de composto (78%), originado, não só pela redução da quantidade de resíduos indiferenciados processados nas TM que, não obstante o aumento verificado nos biorresíduos da recolha seletiva de orgânicos, influenciou decisivamente a redução global dos resíduos que seguiram para compostagem, como também pela dificuldade que se verificou ao longo do ano, no que respeita à sua maturação e à remoção de contaminantes, para se obter um produto final com os requisitos exigidos para a sua colocação no mercado.

## Quadro 23. Vendas

Recicláveis (ton)	Δ 25/24	2025	2024	2023
<b>Rec. seletiva</b>				
Papel cartão	3,2%	20 402	19 772	18 843
Ecal	-1,3%	506	512	408
Vidro	2,7%	21 516	20 953	20 256
Plástico	4,7%	6 279	5 999	5 591
Metal	19,9%	663	553	581
Madeira Embalagem	-73,4%	8	28	11
Outros materiais	24,5%	6 210	4 986	4 103
<b>Total RS</b>		<b>55 583</b>	<b>52 803</b>	<b>49 793</b>
	<b>Δ</b>	<b>5,3%</b>	<b>6,0%</b>	<b>-2,0%</b>
<b>TM e TMB</b>				
Plástico	-2,5%	1 615	1 656	1 598
Metal	18,6%	565	476	475
Outros materiais	20,5%	725	601	853
<b>Total TMB</b>	<b>6,26%</b>	<b>2 905</b>	<b>2 733</b>	<b>2 925</b>
	<b>Δ</b>	<b>6,3%</b>	<b>-6,6%</b>	<b>127,6%</b>
<b>Total Retomas</b>	<b>5,3%</b>	<b>58 488</b>	<b>55 537</b>	<b>52 718</b>
	<b>Δ</b>	<b>5,3%</b>	<b>5,3%</b>	<b>1,2%</b>
<b>Composto e Energia</b>				
		<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Composto (ton)		1 600	7 286	4 806
	<b>Δ</b>	<b>-78,0%</b>	<b>51,6%</b>	<b>212,5%</b>
Energia vendida - exploração própria (MWh)		14 679	16 302	15 886
	<b>Δ</b>	<b>-10,0%</b>	<b>2,6%</b>	<b>4,1%</b>
Energia vendida - outro explorador (MWh)		433	2 700	2 150
	<b>Δ</b>	<b>-84,0%</b>	<b>25,6%</b>	<b>-26,9%</b>

## Metas PERSU

No que respeita à meta de Preparação para Reutilização e Reciclagem (PRR), que foi estabelecida no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030), e as regras definidas para o seu cálculo, de acordo com a Decisão de Execução (UE) n.º 2019/1004 da Comissão, de 7 de junho, é aplicada a seguinte metodologia: Até 2027, contam recicláveis, RUB seletivos, 54% da fração orgânica valorizada em TMB, compostagem na origem, agregados com marcação CE e metais de incineração; após 2027, deixa de relevar a parcela de TMB.

Com estes pressupostos, a Resinorte atingiu em 2025 o valor de 34,1% na Preparação para Reutilização e Reciclagem (PRR).

Considerando a meta de 61% para o Sistema Norte-Central em 2030, torna-se urgente e necessário acelerar a recolha seletiva de RUB e aumentar quantidade e melhorar a qualidade de materiais (redução de contaminantes) para potenciar a conversão de entradas em retomas efetivas.

## Objetivos de Serviço Público

O Contrato de Concessão celebrado entre o Estado Português e a Resinorte, define Objetivos de Serviço Público. De acordo com o estabelecido na cláusula 26ª, cuja avaliação do seu cumprimento se espelha abaixo.

### Quadro 24. Objetivos de Serviço Público

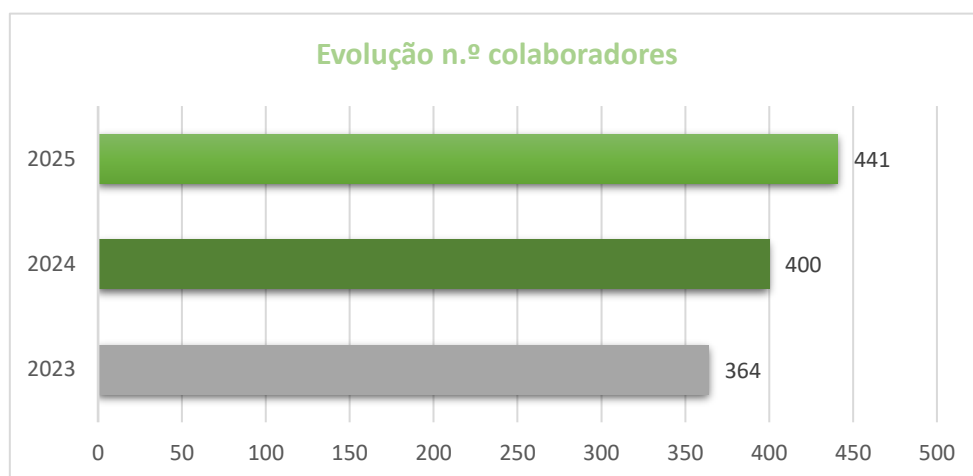
nº	Objetivo	Meta CC	Situação atual2025	Situação 2024	
1	Retomas de resíduos de embalagem pelo SIGRE (kg/hab/ano)	vidro	17,5	23,8	23,2
		plástico	5,5	6,93	6,60
		papel cartão	8,4	17,76	17,50
		metais	1,1	0,73	0,60
		madeira	0,03	0,01	0,03
2	Limite da deposição de RUB em aterro, nos termos do Persu 2020 (% RUB produzidos)	<= 42%	Não é aplicável dado que PERSU 2030 não define Meta de Aterro para o SGRU, mas sim para o País.	Não é aplicável dado que PERSU 2030 não define Meta de Aterro para o SGRU, mas sim para o País.	
3	PPR-preparação para Reciclagem dos reísuos tratados, nos termos do Persu 2020 (%RU recicláveis)	>= 59%	Está calculada no capítulo Metas	Está calculada no capítulo Metas	
4	Garantia da continuidade do serviço (dias de indisponibilidade de laboração)	Ecocentros <= 3 dias	OK	OK	
5	Capacidade permanente para receber resíduos	Restantes Infraestruturas <= 1 dia	OK	OK	
		Capacidade de Encaixe em AS >= 2 anos	OK	OK	
6	Garantia da operacionalidade plena das infraestruturas	Relatório Aptidão funcional (ERSAR)	OK	OK	
7	Prestação do serviço de Recolha (taxa média mínima de baldeações)	vidro	17	17	
		embalagens	47	61	
		papel cartão	44	59	
8	Prestação do serviço Sensibilização ambiental (taxa média mínima de baldeações)	Em cada ano, todos os municipio abrangidos por, pelo menos 1 atividade	OK	OK	
9	Garantia de Certificação	Qualidade ISO 9001	OK	OK	
		Ambiente ISO 14001	OK	OK	
		Segurança ISO 45001	OK	OK	

## Recursos Humanos

A 31 de Dezembro de 2025 o Quadro de Pessoal da Empresa integrava 441 colaboradores, correspondendo este número de funcionários a um aumento de 10,25% face a 2024.

A necessidade de cumprimento das metas ambientais, e sobretudo o enorme esforço para levar a bom porto o cumprimento da Meta de Recolha Seletiva, obrigaram a empresa a um reforço das atividades de Recolha e de Triagem muito significativos, sendo ambas atividades que requerem mão de obra intensiva. Este crescimento do universo de trabalhadores, está relacionado com o objetivo de criar melhorias da atividade operacional.

## Evolução do Número de Funcionários



## Caracterização

Os quadros e gráficos seguintes, sintetizam a caracterização do universo dos 441 colaboradores ativos da empresa.

Pode-se afirmar que se trata de uma população “madura”, com 77% dos trabalhadores numa faixa etária entre os 36 e 55 anos.

### Quadro 25. Estrutura Etária

Estrutura Etária	2025	%	2024	%	2023	%
< 19]	-	0%	-	0%	-	0%
[19;25]	27	6%	24	6%	16	5%
[26;35]	72	16%	65	16%	45	14%
[36;45]	106	24%	101	25%	119	37%
[46;55]	151	34%	127	32%	88	27%
[56;65]	83	19%	83	21%	55	17%
[> 65]	2	0%	-	0%	3	1%
<b>Total</b>	<b>441</b>		<b>400</b>		<b>326</b>	

Existe uma grande rotatividade de colaboradores, pelo que, 47% têm menos de 5 anos de antiguidade. Esta situação ocorre, em especial nas funções mais indiferenciadas (triadores e auxiliares).

### Quadro 26. Antiguidade

Antiguidade	2025	%	2024	%	2023	%
[19;25]	206	47%	199	50%	177	49%
[26;35]	122	28%	93	23%	80	22%
[36;45]	111	25%	105	26%	105	29%
[46;55]	2	0%	3	1%	2	1%
<b>Total</b>	<b>441</b>		<b>400</b>		<b>364</b>	

A situação contratual é vinculada por contratos maioritariamente sem termo, estando atualmente 74% dos colaboradores neste regime.

### Quadro 27. Situação Contratual

Situação Profissional	2025	%	2024	%	2023	%
Contrato sem Termo	326	73,9%	302	75,5%	279	76,6%
Contrato a Termo Certo	108	24,5%	91	22,8%	77	21,2%
Contrato a Termo Incerto	7	1,6%	7	1,8%	7	1,9%
Administração	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Estágio Profissional	-	0,0%	-	0,0%	1	0,3%
<b>Total</b>	<b>441</b>		<b>400</b>		<b>364</b>	

A população da Resinorte é composta na sua maioria por pessoas do género masculino (83%), em especial nas funções ligadas à Recolha e Transportes, onde todos os colaboradores são homens, bem como na exploração de Aterros. Refira-se que ao nível dos quadros superiores, concentra-se uma grande maioria de mulheres.

### Quadro 28. Género

Género	2025	%	2024	%	2023	%
Feminino	76	17%	65	16%	63	17%
Masculino	365	83%	335	84%	301	83%
<b>Total</b>	<b>441</b>		<b>400</b>		<b>364</b>	

A maioria dos colaboradores, cerca de 92%, são portugueses. No entanto, já temos 37 colaboradores com nacionalidade estrangeira, sendo a segunda maior nacionalidade a do Bangladesh, com 2,7%.

### Quadro 29. Nacionalidades

Nacionalidades	2025	%
Angola	2	0,5%
Brasil	9	2,0%
Bangladesh	12	2,7%
Índia	9	2,0%
Paquistão	3	0,7%
Portugal	404	91,6%
São Tomé	2	0,5%
<b>Total</b>	<b>441</b>	<b>100,0%</b>

A maioria dos colaboradores, cerca de 90%, têm habilitações literárias ao nível do ensino básico e secundário. Os 46 colaboradores com um nível de literacia superior, desempenham cargos técnicos, de coordenação e chefia.

### Quadro 30. Habilitações

Habilitações	2025	%	2024	%	2023	%
Ensino Básico	275	62%	259	65%	253	70%
Ensino Secundário	120	27%	97	24%	73	20%
Ensino Superior	46	10%	44	11%	38	10%
<b>Total</b>	<b>441</b>		<b>400</b>		<b>364</b>	

Relativamente à formação, no ano de 2025 foram ministradas 15 500 horas, correspondendo a um aumento de 15% face ao ano anterior, refletindo a política da empresa no sentido de valorizar os Recursos Humanos.

### Quadro 31. Formação

Formação	2025	2024	2023
Operação e Procedimentos Internos	1 351	7 192	7 452
Técnico-Profissional	6 442	417	499
HSST	7 707	5 874	2 521
	<b>15 500</b>	<b>13 483</b>	<b>10 472</b>

### Política de Recursos Humanos

A Gestão de Recursos Humanos na RESINORTE, em linha com as principais prioridades estratégicas do grupo EGF para a gestão do Capital Humano, procura refletir uma política social e de recursos humanos assente na valorização e desenvolvimento dos seus colaboradores, promovendo e distinguindo o empenho da sua equipa, sempre no alcance dos objetivos globais da organização. Foram desenvolvidos trabalhos de natureza diversa, no âmbito da Saúde no Trabalho, Valorização Profissional e Salarial, que destacamos:

- No âmbito do programa MotivE para melhorar as práticas de RH e promover um local de trabalho mais inclusivo e diversificado, desenvolvemos um Plano com várias ações locais, das quais destacamos o Programa Formativo e Comportamental de Liderança no sentido de Construção de Competências de Liderança e Desenvolvimento Individuais, de modo a atingir uma maior Eficiência e Desempenhos Organizacionais, concretizando o seu potencial;
- Implementação dos Portais ACTUASYS (Employee) e (Manager) para todas as chefias e pessoal técnico e administrativo, tornando a gestão de ponto mais interativa e rápida;
- Disponibilização de cursos em formato e-learning e promoção de ações de formação em contexto transversal ao Grupo. Foram providenciadas ações de formação e sensibilização aos colaboradores, visando a melhoria contínua das suas competências e do desempenho das funções.

## Comunicação e Educação Ambiental

A RESINORTE considera que uma comunicação clara e eficaz com os cidadãos é fundamental para incentivar mudanças de atitudes e comportamentos. Em 2025, a aposta na sensibilização manteve-se consistente, através da concretização de centenas de ações que fortaleceram a proximidade com a comunidade na área de intervenção da RESINORTE.

Os meios digitais continuaram a assumir um papel determinante na divulgação célere e eficiente de informação. Nesse sentido, o Gabinete de Comunicação apostou e investiu de forma contínua na produção de conteúdos regulares, promovendo o envolvimento e a interação com o público.

Desta forma, ao longo do ano, foram implementadas várias iniciativas de comunicação e de sensibilização ambiental, salientando-se, em 2025:

### Campanhas de Sensibilização

#### Ecovalor

O Programa Ecovalor de 2024/25 englobou as seguintes ações:

Ações de sensibilização presenciais; Concurso Separa e Ganha no Amarelo e Azul; Concurso de janeiro “Na minha escola também aprendo educação ambiental”; Concurso de fevereiro “Usa a tua voz para gritar pelo planeta”; Concurso de março “Neste Carnaval farei uma máscara original”; Concurso de abril “Para a Páscoa celebrar, o coelho terei de transformar”; Concurso de maio “A compostagem também é reciclagem”. Em 2025, o Programa Ecovalor executou 659 ações de sensibilização e 28 presenças em Conselhos Eco-Escolas. No concurso Separa e Ganha relativo ao ano letivo 2024/25, participaram 334 estabelecimentos de ensino, 120 550 alunos e foram recolhidas 326 toneladas de papel/cartão e 134 de embalagens de plástico e metal.

#### Ecopraias

A Campanha Ecopraias, promovida pela RESINORTE, recolheu durante o verão de 2025 um total de 0,19 toneladas de papel/cartão, 0,85 toneladas de embalagens de vidro e 0,25 toneladas de embalagens de plástico e metal. A Campanha decorreu em 2025 tendo sido realizadas 10 ações de sensibilização, alcançando um total aproximado de 1023 pessoas.

#### Toneladas de Ajuda

Em 2025, o Toneladas de Ajuda na RESINORTE teve a participação de 39 instituições, com a recolha aproximada de 570 toneladas de papel e cartão, 89 toneladas de vidro e 213 toneladas de plástico e metal.

#### Ecoeventos

Em 2025, a RESINORTE marcou presença em 99 eventos, que foram certificados como Ecoeventos, com a participação de aproximadamente 2 430 099 pessoas. No total, foram recolhidas 8 toneladas de papel/cartão, 21 toneladas de embalagens de vidro e 10 toneladas de embalagens de plástico e metal.

### Campanha de Natal RESINORTE co-financiada pela SPV

Em 2025, a RESINORTE lançou a campanha “De Mão em Mão até ao Vidrão”, uma iniciativa estratégica destinada a aumentar as taxas de recolha de embalagens de vidro nos municípios da região do Ave. Implementada em cinco concelhos — Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Santo Tirso, Trofa e Vizela — e com enfoque no setor HORECA, a campanha aliou comunicação e reforço da rede de recolha seletiva. Através de sessões imersivas com stakeholders e ações de sensibilização porta-a-porta, pretende-se a adesão à correta separação de vidro e à recolha dedicada. O mote desta campanha foi igualmente integrado na comunicação de Natal, reforçando a mensagem de responsabilidade ambiental e economia circular junto da comunidade.



Durante o mês em que a campanha esteve em vigor foram divulgadas 6 publicações nas redes sociais, as quais permitiram alcançar um total de 10 035 visualizações nas 2 principais redes sociais utilizadas pela empresa (Facebook e Instagram).

### Linha da Reciclagem

A Linha da Reciclagem é um serviço de atendimento público, gratuito e nacional que foi criado para dar respostas eficazes ao cidadão. Em 2025, foram registados 4 792 tickets.

### Eventos/ Festividades

#### Conversas Resinorte – Chaves e Santo Tirso

Os eventos “Conversas Resinorte” decorreram em dois momentos no ano de 2025: o primeiro em Chaves (junho) e o segundo em Santo Tirso (novembro). Nestes encontros foram destacadas as metas a atingir pela RESINORTE e foi afirmado o compromisso em atingi-las, num espírito de união e entreajuda. Em ambos os encontros, foram ainda abordados temas de elevada relevância: Sistemas de Informação e Terra/PERSU.



### Dia Internacional da Mulher

No Dia Internacional da Mulher, a RESINORTE uniu esforços para surpreender todas as suas funcionárias das diferentes Unidades de Produção. Durante todo o dia, foram realizadas massagens de relaxamento, com a colaboração de uma empresa externa, como forma de potenciar o bem-estar e satisfação laboral de todas as funcionárias. Foram ainda oferecidos kits de manicure a todas as funcionárias.

## Dia do Pai | Dia da Mãe

No âmbito da celebração, do Dia, do Pai e do Dia da Mãe, a RESINORTE promoveu uma campanha que contou com a participação dos seus colaboradores e dos seus filhos, proporcionando momentos verdadeiramente especiais de partilha e proximidade. A iniciativa consistiu na realização de uma sessão fotográfica entre pais e filhos, em pleno contexto de trabalho dos colaboradores. Esta campanha, de caráter inovador e particularmente enriquecedor, permitiu às crianças conhecerem in loco o ambiente profissional dos seus pais, assistindo de perto às funções que desempenham diariamente. Da celebração do Dia da Mãe resultou, ainda, a produção de um vídeo especial, que reuniu alguns dos momentos captados durante a iniciativa. Este vídeo foi posteriormente partilhado por todas as empresas do Grupo EGF, assinalando a data de forma transversal e reforçando os valores de família, reconhecimento e proximidade que caracterizam a RESINORTE.



## IV Global Safety Stand- Down – 5 de dezembro

Em abril e dezembro de 2025, decorreram 2 Global Safety Stand-Down em todas as empresas do Grupo Monta-Engil, e em particular em todas as Unidades de Produção da RESINORTE. Estas iniciativas implicaram a paragem de todos os colaboradores do Grupo (aproximadamente 50.000) durante 1 hora, para uma formação dedicada à segurança no trabalho. Durante estas formações, foram apresentados os casos de fatalidades ocorridas no Grupo, com especial foco na RESINORTE; explicaram-se as 9 Golden Rules e, ainda, foi reforçada a importância das ações de prevenção no dia a dia.



## Comemoração do 16º aniversário da Resinorte

A 20 de outubro de 2025, a RESINORTE assinalou o seu 16º aniversário, o qual foi marcado pela presença do Administrador-Delegado em cada Unidade de Produção. Participaram cerca de 450 colaboradores que atualmente laboram na empresa.

## Encontro de Natal - Resinorte

A 13 de dezembro, realizou-se o convívio de Natal, o qual juntou 202 colaboradores da empresa. O convívio realizou-se na Quinta da Pacheca, no Município de Lamego.

## Comunicação digital

Nas redes sociais, a produção de conteúdo focou-se na partilha de mensagens que permitiram o esclarecimento de dúvidas quanto à reciclagem das embalagens e o funcionamento do sistema de gestão de resíduos urbanos.

No ano de 2025 foram partilhadas 200 publicações no Facebook (683 211 visualizações), 197 publicações no Instagram (56 145 visualizações) e 151 publicações no LinkedIn (59 048 visualizações).

## Sondagens semanais no LinkedIn

O LinkedIn foi igualmente uma forte aposta da RESINORTE no ano de 2025, com o objetivo de incrementar a nossa atividade e participação direcionada para um público maioritariamente mais técnico. Foram mantidas as dinâmicas de “quizz”, tendo sido feitas mais de 100 publicações, o que totalizou um alcance de 38 755 pessoas ao longo de todo o ano, de forma orgânica.

## Newsletter Resinorte

Todos os meses, a RESINORTE produziu uma Newsletter com conteúdos de cariz ambiental. Foram publicadas 12 newsletters, enviadas mensalmente para a lista de contactos dos Municípios, Juntas de Freguesias, comunidade escolar e público interno da RESINORTE. No total, foram enviadas a 27 810 contactos.

## Comunicação interna

Em 2025, a equipa de comunicação focou-se na sensibilização interna aos colaboradores, tendo sido realizadas várias campanhas de sensibilização e produção de conteúdo em papel e formato digital, como são exemplos a campanha de vacinação “Cuidar de quem cuida do ambiente”. Além disso, a implementação e continuação do Projeto “Rotinas do Gemba” na Unidade de Produção de Riba de Ave (extensão para o setor da TM) e respetiva proliferação para Celorico de Basto constitui um forte meio de comunicação interna, cujo objetivo é aumentar a proximidade entre equipas e incrementar a partilha de informações chave. A destacar também a Reunião de Alinhamento e Partilha, ocorrida em março, na instalação de Bigorne, que representou uma excelente oportunidade de debate e consolidação de ideias pelos quadros técnicos da RESINORTE, conduzida pelo Eng.º Rui Silva, Administrador-Delegado da RESINORTE.

## Atividade SHEQ 2025

O crescimento da empresa trouxe a responsabilidade de elevar os padrões de segurança e saúde, reforçando o compromisso com o bem-estar dos colaboradores, a prevenção de acidentes e o estrito cumprimento da legislação e de normativos regulares: ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001 e CSRD.

Em 2025 o reforço das atividades de Segurança, Saúde, Ambiente e Qualidade (SHEQ) visou potenciar a excelência operacional, em total alinhamento com o Plano Estratégico do Grupo Mota-Engil para esta área.

## Segurança

### Avaliação da Performance

O ano de 2025 registou um agravamento na sinistralidade, com 24 acidentes LTI (com baixa médica). Este valor representa um aumento face aos 19 acidentes reportados em 2023 e, de forma mais acentuada, perante os 7 registados em 2024.

Contudo, a análise do índice de frequência (LTIFR) revela uma relativa estabilidade entre 2025 (32,8) e 2023 (29,9), indicando que a proporção de acidentes com baixa face às horas trabalhadas se manteve em níveis aproximados nestes dois períodos.

Uma análise retrospectiva desde 2022 revela uma trajetória decrescente na sinistralidade da empresa.

Figura 4. Número de Acidentes LTI

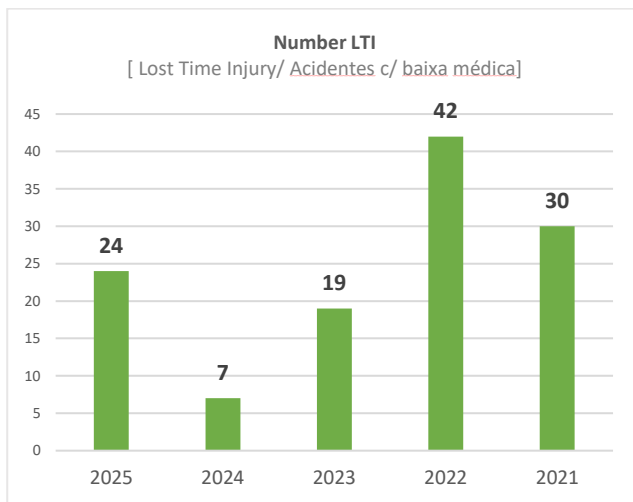
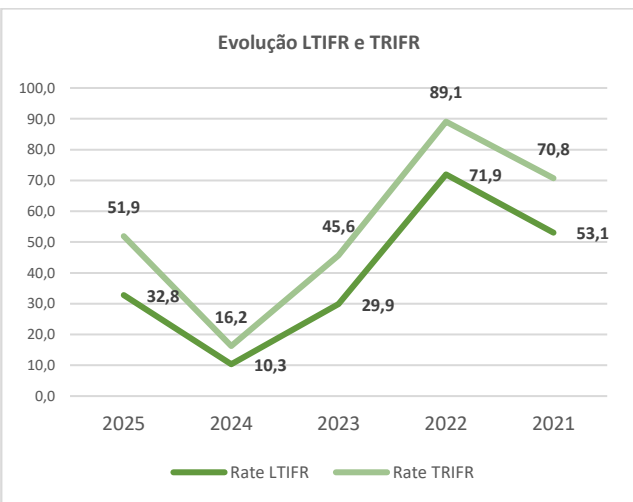


Figura 5. - Evolução LTIFR e TRIFR



### Sinistralidade

Durante o ano de 2025, foram registados os seguintes acidentes, classificados por tipologia:

- 24 acidentes LTI (Lost Time Injury/ Acidentes com baixa médica)
- 13 acidentes MTI (Medical Treatment Injury/ Acidentes sem baixa médica, mas assistidos por Médico)
- 1 acidente RWI (Restricted Work Injury/ Acidente sem baixa, mas com restrições na função)
- 15 acidentes MI (Minor Injury/ Acidente apenas com prestação de primeiros socorros)
- 3 acidentes de trajeto

Foram descaracterizados 8 acidentes de trabalho.

A análise da **sinistralidade por região** revela que a unidade de Bigorne evidencia a maior incidência de acidentes com baixa (LTI), face ao rácio por trabalhador. Enquanto Riba de Ave registou 13 acidentes LTI para 241 colaboradores, Bigorne, com apenas 68 trabalhadores, contabilizou 7 acidentes, refletindo uma proporção de sinistralidade significativamente mais elevada.

Desagregando a **sinistralidade por Unidade de Produção**, verifica-se que a Recolha Seletiva e Transportes é a atividade com a maior incidência de acidentes com baixa (LTI). Com 170 colaboradores, registou 14 acidentes LTI, contrastando com a Unidade de Produção de Riba de Ave, que, com 151 colaboradores, registou apenas 5 acidentes LTI.

Figura 6 – Tipo de Acidentes por Regiões

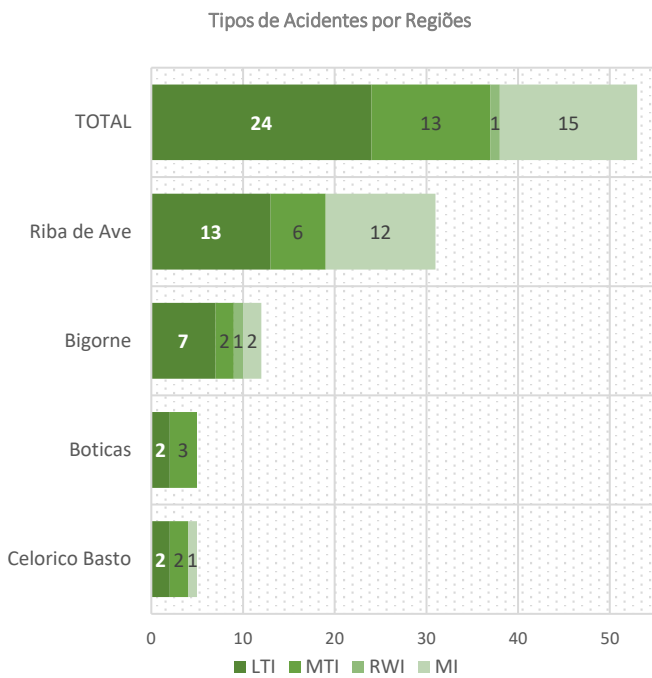
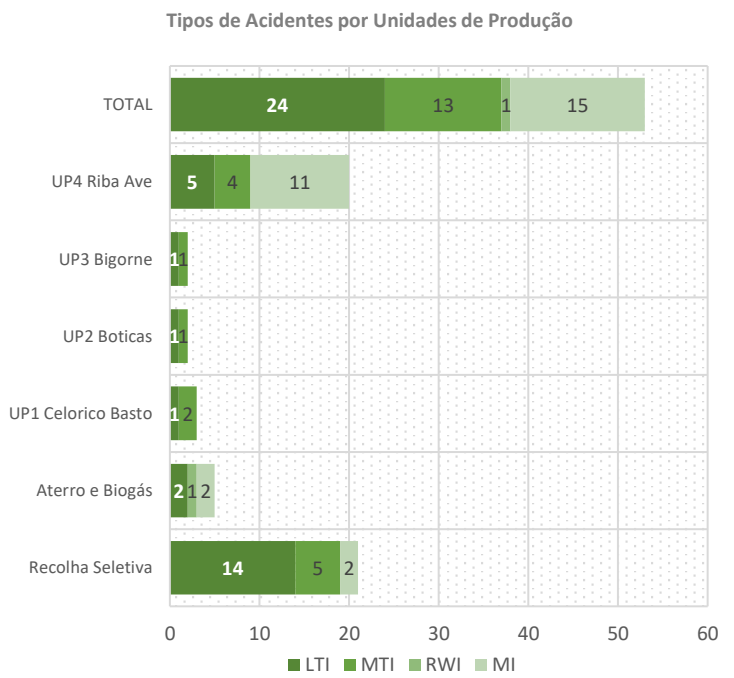


Figura 7. - Tipo de Acidente por Unidade de Produção



Todos os acidentes de trabalho foram investigados para apurar as circunstâncias da sua ocorrência e analisar as causas raiz. Esta análise permitiu definir planos de ação eficazes, mitigando o risco de recorrência e acrescentando valor à melhoria contínua das condições de segurança da organização.

### Estudos de Higiene Ocupacionais

Com o objetivo de reforçar a segurança dos seus colaboradores, a Resinorte realizou, durante o ano de 2025, estudos técnicos sobre Risco Biológico, Mitigação dos níveis de Radão e Riscos Psicossociais.

Para além da conformidade legal em matéria de SST, estes estudos refletem o compromisso da organização com padrões internacionais de segurança e sustentabilidade.

A realização destes estudos de suporte à avaliação de risco deve ser considerada um investimento essencial para garantir a salvaguarda da integridade física e o bem-estar dos trabalhadores.

### Safety Global Stand Down

A Resinorte interrompeu a sua atividade em dois momentos do ano — a 28 de abril e a 5 de dezembro — para a realização do “Safety Global Stand Down”.

Estas sessões de reflexão sobre a sinistralidade, implementadas em todas as empresas do Grupo Mota-Engil, visam consolidar uma cultura de segurança preventiva.

Durante as sessões, reforçou-se o cumprimento das “Golden Rules”: diretrizes claras e de fácil compreensão, baseadas na análise de incidentes reais.

O objetivo é garantir condições de trabalho seguras para todos os colaboradores e subcontratados, reforçando o compromisso com o lema do Grupo de **“Construir um Mundo Melhor, onde a Segurança das Nossas Pessoas é a Nossa Prioridade!”**



### Alteração de EPI na Recolha Seletiva

No primeiro trimestre de 2025, a Resinorte procedeu a uma alteração significativa nos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) dos trabalhadores da Recolha Seletiva, introduzindo a obrigatoriedade de capacetes certificados pela norma EN 1078.

A atividade da Recolha Seletiva tem identificado o risco de *“queda em movimento”* associado ao perigo de *“colisão com objetos em movimento”*.

Foi selecionado um capacete de proteção com certificação EN 1078, como medida preventiva, pois este equipamento foi concebido para absorver a energia de impactos e mitigar o risco de lesões cranianas em caso de queda ou colisão. De acordo com a norma EN 1078, os capacetes são projetados para absorver parte da energia de um impacto, minimizando a força transmitida à cabeça. Não foi selecionado um capacete certificado de acordo com a EN 397, porque os capacetes de segurança industrial destinam-se proteger a parte superior da cabeça do utilizador contra lesões provocadas pela queda de objetos.

Para assegurar a conformidade legal, a entrega deste novo EPI foi acompanhada por ações de informação e formação. Estas focaram-se nos riscos cobertos pelo equipamento, nos procedimentos de segurança e nas boas práticas de utilização e manutenção.

### Saúde

No decorrer de 2025, ocorreu uma reestruturação na modalidade de prestação de serviços de Medicina do Trabalho, com a transição do modelo interno para o externo em julho. Esta transição impulsionou uma forte intervenção na realização de exames de saúde e acompanhando do estado clínico dos trabalhadores, mas também uma série de visitas técnicas aos locais de trabalho, permitindo aos “novos” médicos alinhar o

acompanhamento clínico com a realidade das atividades exercidas pelos colaboradores.

Como resultado, verificou-se um crescimento de 88,7% no volume de exames (de 310 para 585). Este incremento deveu-se à implementação da periodicidade anual para todos os colaboradores, uma medida preventiva estratégica para a mitigação de riscos, nomeadamente a exposição a agentes biológicos.

### Quadro 32 - Exames Médicos 2025

Tipo de Exames de Saúde	2025	2024
Admissão	93	72
Periódico	381	136
Ocasional - Após doença	29	27
Ocasional – Após acidente	16	7
Ocasional – A pedido trabalhador	18	6
Ocasional – A pedido do serviço	30	14
Ocasional – Por mudança de função	5	22
Ocasional – Por alteração das condições de trabalho	1	4
Outro	12	22
<b>TOTAL</b>	<b>585</b>	<b>310</b>

Assegurou-se também a realização de 1921 exames complementares de diagnóstico, que servem de suporte à atividade de Medicina do Trabalho.

### Quadro 33 - ECD realizados em 2025

Exames Complementares de Diagnóstico	N.º trabalhadores
Audiograma	459
Espirometria	203
Teste de Visão	459
ECG (eletrocardiograma)	441
Raio X Torácico	2
Análises Clínicas	351
Outros exames	5
<b>TOTAL</b>	<b>1 921</b>

Dando continuidade à estratégia de vacinação contra a gripe sazonal, a Enfermeira do Trabalho imunizou gratuitamente 153 colaboradores durante o ano de 2025.

No âmbito da implementação do programa de Saúde Mental do Grupo Mota-Engil, o WellME, foi disponibilizado em 2025 o serviço de aconselhamento psicológico gratuito aos colaboradores, incluindo os da Resinorte.

A Integral – Saúde Mental, especialista na promoção da saúde mental e bem-estar, foi o prestador selecionado para as consultas.



A equipa de saúde da Resinorte contribui ativamente para a divulgação deste serviço gratuito durante as consultas de Medicina do Trabalho e de Enfermagem.

### Ambiente

No âmbito ambiental, em 2025, destaca-se o trabalho realizado na Unidade de Produção de Riba de Ave.

Com o objetivo de consolidar a gestão de produtos químicos, foi efetuado um levantamento criterioso das substâncias utilizadas, procedeu-se à atualização das respetivas Fichas de Dados de Segurança e criaram-se Fichas de Leitura Rápida. Estas medidas visam garantir que os trabalhadores conheçam e cumpram as regras de segurança na manipulação e armazenamento dos produtos.



### Qualidade

Embora o processo de harmonização do SGI entre as 11 concessionárias da EGF, onde se inclui a Resinorte, tenha começado em 2024, os trabalhos tiveram continuidade ao longo de 2025.

Importa destacar que processo SHEQ foi concluído em 2025, abrangendo todos os seus subprocessos.

Em 2025, foram realizadas duas auditorias internas ao sistema de gestão integrado (ISO 9001, 14001 e 45001): a primeira em janeiro (dias 22 e 23) e a segunda em outubro (de 01 a 03). Ambas foram conduzidas por auditores da bolsa interna da EGF-Holding.

Quanto à auditoria de conformidade legal, esta foi realizada pela APCER e decorreu entre os dias 21 e 24 de outubro e entre 04 e 07 de novembro de 2025.

Em 2025, a Resinorte não integrou a amostra de empresas para a Auditoria Externa de Certificação realizada pela Bureau Veritas, no âmbito da Certificação Global do Grupo Mota-Engil. Não obstante, todos os registos associados ao Sistema de Gestão Integrado (SGI) foram integralmente assegurados e desenvolvidos.

07



*Desempenho Financeiro*



# Desempenho Financeiro

O capítulo seguinte descreve a análise Económica, Financeira e Patrimonial da empresa dos últimos exercícios.

## Rendimentos

Os rendimentos no ano de 2025 ascenderam a 43 M€, sofrendo uma variação face a 2024 na ordem dos 16,3%, se desconsiderarmos o efeito da aplicação da IFRIC 12 que reflete o investimento da concessão realizado em cada um dos anos.

As variações decorrem essencialmente:

- **Aumento do volume de negócios** por força das prestações de serviços, vendas de energia e composto;
- **Acréscimo dos outros rendimentos operacionais**, derivado do recebimento da indemnização do Seguro relativa ao sinistro de setembro de 2024;
- **Aumento dos rendimentos financeiros**, decorrentes principalmente das disponibilidades de tesouraria que permitiram a constituição de depósitos a prazo no decurso de 2025.

### Quadro 34. Estrutura de Rendimentos (em m€)

	2025	2024	2023
<b>Rendimentos (mil €)</b>			
Volume de Negócios	35 990	31 019	29 066
Subsídios ao Investimento	2 641	2 654	2 780
Outros Rendimentos operacionais	529	177	109
IFRIC 12 (DUI)	3 577	6 940	11 510
Rendimentos Financeiros	267	50	134
<b>Total sem IFRIC 12</b>	<b>39 427</b>	<b>33 900</b>	<b>32 090</b>
Δ	16,3%	5,6%	8,2%
<b>Total</b>	<b>43 003</b>	<b>40 840</b>	<b>43 599</b>

Relativamente ao volume de negócios, em 2025 verificou-se um aumento de 16,3% face ao ano de 2024, destacando-se o seguinte:

- Aumento das vendas de recicláveis de Recolha Seletiva (+ 9.219 m€), face ao ano de 2024, sendo este aumento consequência de dois fatores:



- ✓ Crescimento das retomas de recicláveis provenientes da recolha seletiva e do tratamento mecânico de resíduos indiferenciados 5,2%;
- ✓ Alteração dos preços dos valores de contrapartida de acordo com o novo despacho 10278-A/2024 de 30 de agosto;
- Incremento significativo das vendas de recicláveis de TM comparativamente a 2024 (+475m€), refletindo, à semelhança das retomas da triagem, quer o aumento das quantidades retomadas (+6,3%), quer o aumento do preço dos Valores de contrapartida conforme o novo despacho.
- Decréscimo das vendas de energia de Biogás face a 2024 (-187m€) refletindo, por um lado o início de operação de duas novas células de aterro (Celorico de Basto e Bigorne), e, por outro lado, as avarias e revisões, de alguns motogeradores, com paragens muito prolongadas;
- Impacto no volume de negócios, na rúbrica de prestações de serviços, derivado dos ajustamentos tarifários e conforme se detalha:
  - ✓ +1.9 M€ referente ao consumo do desvio tarifário de 2023;
  - ✓ - 12M€ de constituição de saldo regulatório conforme previsto nas CRP para 2025;
  - ✓ +1.8 M€ relativos ao reconhecimento do desvio tarifário de 2025.

### Quadro 35. Volume de Negócios (em m€)

	2025	2024	2023	Peso % 2025
<b>Volume Negócios (mil €)</b>				
Tarifas	14 785	19 173	18 914	41,1%
Outros serviços	21	84	73	0,1%
Vendas de Recicláveis (RS)	18 319	9 100	7 603	50,9%
Vendas de Recicláveis (TI)	977	501	417	2,7%
Energia	1 868	2 055	1 967	5,2%
Composto	21	105	93	0,1%
<b>Total sem IFRIC 12</b>	<b>35 990</b>	<b>31 019</b>	<b>29 066</b>	<b>100,0%</b>
Δ	16,0%	6,7%	11,8%	

### Gastos

No final de 2025 os gastos da empresa, ascendiam a um montante global de 40,5M€, ligeiramente inferiores face a 2024. No entanto, desconsiderando o efeito da IFRIC 12, reflete-se um aumento de +9,9%. Este acréscimo justifica-se por um aumento da atividade operacional da empresa, nomeadamente ao nível dos gastos com pessoal e FSE. No quadro abaixo evidencia-se de forma mais detalhada este incremento.



## Quadro 36. Estrutura de Gastos (em m€)

	2025	2024	2023	Peso % 2025
<b>Gastos (mil €)</b>				
FSE	14 885	14 346	13 986	36,5%
Gastos com pessoal	10 048	9 002	7 987	24,6%
Varição inventários	188	(392)	(70)	0,5%
Outros Gastos operacionais	410	280	254	1,0%
IFRIC 12 (DUI)	3 577	6 940	11 510	8,8%
Amortizações	9 539	8 094	6 905	23,4%
Imparidades e provisões	434	1	(20)	1,1%
Gastos financeiros	1 714	2 542	2 240	4,2%
<b>Total sem IFRIC 12</b>	<b>37 218</b>	<b>33 873</b>	<b>31 283</b>	<b>91,2%</b>
Δ	9,9%	8,3%	6,4%	
<b>Total</b>	<b>40 794</b>	<b>40 813</b>	<b>42 793</b>	<b>100,0%</b>
Δ	0,0%	-4,6%	40,0%	

Relativamente aos gastos, verificou-se um aumento na generalidade das rubricas, com exceção dos gastos financeiros. Das variações ocorridas destacam-se as seguintes:

- **FSE's (+539m€)** – A RESINORTE nos últimos anos tem vindo a implementar medidas operacionais de forma a melhorar o seu processo produtivo, contudo essa medida tem impactado na estrutura do OPEX da empresa.

Em seguida apresenta-se a variação do OPEX da empresa face a 2024:

- **Subcontratos (+670m€)** – O aumento nesta rubrica resultou, essencialmente, do acréscimo de custos com o tratamento de lixiviados, decorrente do esforço desenvolvido na preparação das lagoas de lixiviados para o período de inverno. Contribuíram igualmente para este aumento os maiores custos associados ao transporte de resíduos urbanos e refugos e ao tratamento de resíduos em aterro, que em 2025 foram superiores aos registados em 2024, em virtude do aumento das distâncias de transporte e da interrupção da utilização do Aterro de Vila Real.
- **Serviços Especializados (+8m€)** – Embora este aumento tenha um impacto pouco significativo em termos globais, a análise rúbrica a rúbrica evidencia desvios relevantes. Destaca-se o acréscimo nos gastos com trabalhos especializados (+168 m€), resultante, sobretudo, do reconhecimento de estudos e projetos associados às fichas do PI 2025-2027 que o concedente não aprovou como investimento. Este efeito foi parcialmente compensado por uma redução nos gastos com conservação e manutenção (-187 m€);
- **Materiais (-54m€)** – Este desvio resultou essencialmente de um menor custo registado em 2025 com os consumíveis das unidades de osmose inversa — designadamente ácido sulfúrico, ácido cítrico, Ultrasil e Vitec ;
- **Energia e Flúidos (-11m€)** – Este desvio está associado ao aumento dos gastos com energia (+50 m€), resultante do acréscimo de atividade verificado ao longo do ano. Este efeito foi,



contudo, mais do que compensado pelo decréscimo dos gastos com combustível e outros fluídos (-62 m€), decorrente da otimização dos circuitos de recolha seletiva.

- **Serviços Diversos (-78m€)** – Nesta rubrica, o desvio resultou essencialmente da redução dos gastos com rendas e alugueres de produção, apesar do acréscimo verificado nos gastos com comunicações.
- **Seguros (+25m€)** – O desvio verificado resulta, essencialmente, do acréscimo dos gastos com seguros da frota, justificado pelo aumento do número de viaturas pesadas, decorrente do investimento previsto no âmbito do PI 2022-2024, cuja concretização apenas foi possível em 2025.
- **Gastos com pessoal (+1M€)** – Este aumento face a 2024 é justificado essencialmente pelos fatores seguintes:
  - Incrementos salariais com a atualização do SMN, bem como medidas para a mitigação compressão salarial por força do aumento do SMN;
  - Substituição de funcionários que saíram por iniciativa própria e que na substituição tivemos a necessidade de contratar por valores superiores, por força do valor do mercado;
  - Contratação de mais motoristas para a recolha seletiva, incrementando assim o número de circuitos realizados.
  - Contratação de triadores para as unidades de triagem com o objetivo de maximizar a eficácia e eficiência das triagens, incrementando as taxas de recuperação de materiais alvo e diminuição da taxa de refugo.

## Outros Gastos

- Amortizações (+1,4M€), relacionado com os investimentos realizados em 2024, bem como a depleção das novas células dos aterros de Bigorne e Celorico.
- Outros Gastos e Perdas (+130m€), relacionado essencialmente com abates referentes ao sinistro de 2024.
- Imparidades e Provisões (+433m€), Este desvio decorre, essencialmente, do registo da provisão associada à reclamação administrativa interposta pela RESINORTE junto da ERSAR, relativa às CRR de 2022 e 2023. Esta provisão resulta do facto de a RESINORTE não aceitar que os juros de mora faturados a clientes, bem como as refaturações entre concessionárias, sejam considerados ajustáveis no apuramento do desvio da tarifa.
- Gastos financeiros (-828m€), decréscimo significativo desta rubrica em 2025 decorrente quer da redução do passivo bancário, quer da redução verificada em 2025 das taxas de juro. Além disso, a capitalização do desvio tarifário de 2025 também contribuiu para este desvio.



## Resultados

O resultado líquido em 2025 foi de 1,4M€, sendo a estrutura dos resultados a que se detalha abaixo:

### Quadro 37. Análise Económica - Resultados (em m€)

	2025	2024	2023
<b>Resultados (mil €)</b>			
EBITDA	10 592	7 982	7 960
EBIT	3 694	2 540	2 931
Resultado Financeiro	(1 447)	(2 492)	(2 106)
RAI	2 247	48	825
Resultado Líquido	1 439	7	606
<b>EBIT Regulatório</b>	<b>3 779</b>	<b>3 500</b>	<b>3 209</b>
Bar média	54 361	54 602	50 069
TRA	6,95%	6,41%	6,41%

Face a 2024, o EBIT aumentou cerca de 45,4%, em consequência do desempenho operacional positivo com o crescimento das recolhas e retomas de recicláveis e do reconhecimento do desvio tarifário de 2025 e uma muito boa prestação ao nível do controlo do OPEX.

O resultado financeiro melhorou, significativamente face a 2024, pelas razões já referidas anteriormente.

### Análise financeira e patrimonial

O Balanço apresenta, no final do exercício de 2025, a seguinte estrutura:

### Quadro 38. Estrutura de Balanço (em m€)

	2025	2024	2023
<b>Balanço (mil €)</b>			
Ativo não Corrente	83 651	86 322	86 910
Ativo Corrente	31 877	19 933	17 759
<b>Ativo</b>	<b>115 528</b>	<b>106 255</b>	<b>104 669</b>
Capital Próprio	39 136	39 209	42 035
Passivo não Corrente	45 700	41 154	38 112
Passivo Corrente	30 691	25 892	24 522
<b>Passivo e Cap. Próprios</b>	<b>115 528</b>	<b>106 255</b>	<b>104 669</b>

### Destaques:

- Ativos não correntes inferiores a 2024, decorrente das amortizações do ano;
- Aumento dos ativos correntes pelo aumento da dívida dos clientes, refletindo o aumento dos preços dos



valores de contrapartida em 2025. Além disso, as disponibilidades à data de 31 dezembro 2025, são bastante superiores às disponibilidades no final de 2024.

- Diminuição do Capital Próprio decorrente do reconhecimento dos subsídios ao investimento, aquando da depreciação dos DUI;
- Passivo não corrente superior ao valor de 2024, essencialmente pela constituição do saldo regulatório associado à tarifa de 2025;
- Passivo corrente, com desvio face a 2024 por diversos fatores:
  - Redução de dívida a fornecedores (grupo e não grupo) (-547m€);
  - Aumento do valor ao Estado e outros entes públicos, relacionado com a TGR a entregar à APA em 2026 (+2,1M€) e estimativa de imposto sobre rendimento (+1,45M€);
  - Aumento com a rubrica de diferimentos pelo registo do desvio tarifário de 2024 como corrente (+3,3M€).

### Dívida Líquida (*Net Debt*)

A 31 dezembro 2025 a RESINORTE tinha as seguintes responsabilidades financeiras:

#### Quadro 39. Responsabilidades Bancárias (em m€)

	2025	2024	2023
<b>NET DEBT</b>			
<b>(mil €)</b>			
Papel Comercial - MLP	0	0	1 216
Empréstimo MLP	24 060	25 129	21 574
Outros MLP	3 186	3 842	4 660
<b>Total MLP</b>	<b>27 246</b>	<b>28 971</b>	<b>27 451</b>
Papel Comercial - CP	0	1 276	2 610
Empréstimo CP	3 277	2 730	3 139
Outros CP	1 604	1 705	1 523
<b>Total CP</b>	<b>4 881</b>	<b>5 711</b>	<b>7 271</b>
<b>Financiamento</b>	<b>32 127</b>	<b>34 682</b>	<b>34 722</b>
Disponibilidades	19 064	9 278	7 915
<b>Dívida Líquida</b>	<b>13 063</b>	<b>25 404</b>	<b>26 807</b>

Em 2025, face a 2024, ocorreu uma redução de 5,95% do endividamento do financiamento de MLP, em virtude do menor número de contratos de locação financeira existentes. Por sua vez, a dívida de curto prazo reduziu 14,54%, resultante da amortização dos empréstimos junto da CCAM, 111m€, do BCP 1,25M€ e da CGD 941m€.

No final de 2025, a RESINORTE tinha aprovado duas linhas de contas correntes caucionadas no valor total de três milhões de euros, sendo que à data de fecho não tinha utilizado qualquer valor.



## Cientes e Evolução do PMR

A dívida de clientes em 2025 aumentou relativamente ao ano transato essencialmente decorrente do aumento das quantidades tratadas e do aumento do preço dos valores de contrapartida das retomas de resíduos TS e TI.

### Quadro 40. Dívida de Clientes (em m€)

	2025	2024	2023
<b>Cientes (mil €)</b>			
Municipais (mlp)	0	0	0
Municipais (corrente)	6 150	4 875	4 603
Outros Clientes	4 195	2 328	1 927
<b>Total</b>	<b>10 345</b>	<b>7 203</b>	<b>6 529</b>
<b>PMR (dias)</b>	<b>68</b>	<b>75</b>	<b>79</b>

Importa, no entanto, realçar a evolução no sentido da diminuição do prazo médio de recebimento (PMR) ao longo dos últimos anos, sendo que em 2025 diminuiu 7 dias face a 2024.

## Investimento

O ano de 2025, foi um ano muito atípico pelo facto de ser o primeiro ano de um novo ciclo regulatório, contudo o investimento do PI 25-27 só foi aprovado em meados de 2025 e, portanto, impactou significativamente a execução do mesmo.

No ano de 2025 a RESINORTE executou, 3,6M€ do plano de investimentos aprovado e que abaixo se referencia.

No decurso do exercício, a Empresa deu continuidade à execução do seu plano de investimentos, com particular enfoque na substituição e reforço de equipamentos operacionais críticos, na recolha seletiva e na modernização de infraestruturas e sistemas de apoio à atividade.

Entre os investimentos realizados, destaca-se, de forma muito expressiva, a substituição de equipamentos das estações de transferência, materializada no investimento **Equipamentos de Substituição Transfer**, no montante de 1 291 290 euros, refletindo a necessidade de assegurar a fiabilidade, eficiência operacional e continuidade do serviço público. Ainda no domínio da recolha seletiva, assume particular relevância o investimento associado à **Recolha Seletiva – Ecopontos**, no valor de 447 615 euros, evidenciando o esforço contínuo de reforço e modernização da rede de deposição seletiva.

No que respeita à modernização tecnológica, registou-se um investimento significativo em **Sistemas de Informação**, no montante de 346 500 euros, bem como em soluções complementares de apoio à gestão e à operação, reforçando a digitalização e a eficiência dos processos internos. Em paralelo, foram igualmente realizados investimentos relevantes na substituição de equipamentos da recolha seletiva, no valor de 320 000 euros, e na substituição de **equipamentos de TM/TMB**, num total de 273 074 euros, fundamentais para a manutenção da capacidade produtiva instalada.

No âmbito das infraestruturas e da exploração, destacam-se ainda os investimentos em **Selagens Provisórias**, no montante de 219 948 euros, e na **Unidade de Triagem Automática de Embalagens de Riba de Ave**, com um investimento de 184 232 euros, contribuindo para o reforço da capacidade de tratamento e para a



melhoria do desempenho ambiental das operações.

Complementarmente, foram efetuados investimentos na substituição de **equipamentos de AS**, no valor de 149 123 euros, e na substituição de **equipamentos de triagem**, no montante de 83 460 euros, assegurando a renovação gradual dos ativos e a mitigação do risco operacional. Registaram-se ainda investimentos de menor expressão relativa, mas relevantes do ponto de vista funcional e de conformidade, nomeadamente em plataformas e infraestruturas, proteção contra incêndio, Cibersegurança, e sistemas de informação adicionais.

No seu conjunto, o investimento realizado reflete uma estratégia claramente orientada para a sustentabilidade operacional, a renovação de equipamentos críticos, a modernização tecnológica e o reforço da recolha seletiva, alinhada com os objetivos estratégicos da Empresa e com as exigências do enquadramento regulatório.

08



*Perspetivas  
para 2026*



# Perspetivas para 2026

Em 2026, a RESINORTE dará continuidade a uma estratégia orientada para a execução, incremento da atividade, otimização das nossas instalações e reforço da atividade como a recolha seletiva, através de inovação responsável e a criação de valor sustentável. A adoção de novas tecnologias, modelos operacionais e soluções digitais será realizada de forma faseada e criteriosa, com foco no aumento da eficiência, na fiabilidade do serviço e na resposta aos desafios ambientais e operacionais do setor.

A inovação será um instrumento ao serviço da decisão e da operação, apoiando a antecipação de riscos, a otimização de processos e a melhoria contínua do desempenho. A digitalização e a automação terão um papel central na gestão da informação, no controlo da operação e no reforço da segurança e da fiabilidade do sistema. A relação com os Municípios e outros *stakeholders* manter-se-á como um eixo estruturante da atuação da RESINORTE. A comunicação, sustentada por dados, conhecimento técnico e proximidade institucional, será determinante para promover decisões informadas, soluções ajustadas às realidades territoriais e uma cooperação mais eficaz.

Em paralelo, a RESINORTE em articulação com a EGF, aprofundará as sinergias internas do Grupo, promovendo práticas harmonizadas, partilha de conhecimento e soluções integradas que reforcem a coerência estratégica e a consistência dos resultados em toda a rede.

Por fim, o ano de 2026 será marcado pela execução de um plano de investimento exigente, que requer disciplina financeira, alinhamento estratégico e capacidade de execução em toda a organização. Com esta abordagem, a RESINORTE e a EGF reforça o seu posicionamento como operador de referência e agente de transformação da economia circular em Portugal, contribuindo ativamente para a valorização dos resíduos, a transição energética e a criação de valor económico, ambiental e social para o presente e para o futuro do setor.

09



*Factos Relevantes  
após o Termo do  
Exercício*

# *Factos Relevantes após o Termo do Exercício*

No âmbito do ofício recebido relativamente à correção de erros manifestos sobre a decisão dos proveitos permitidos totais e tarifas para o período regulatório 2025-2027 recebida em 4 de fevereiro de 2026, esta terá um impacto negativo no montante de 2.250 Euros (sem capitalização) no exercício de 2026.

A ocorrência da **Tempestade Kristin** provocou constrangimentos no funcionamento da operação com gastos não previstos e adicionais que se estão a apurar com impacto significativo. Não obstante dos constrangimentos verificados, a organização tem capacidade de resposta e adaptação assegurando da melhor forma a atividade da empresa.

10



*Considerações  
Finais*



# *Considerações Finais*

O Conselho de Administração deseja expressar o seu profundo reconhecimento:

- Aos Acionistas Câmaras Municipais e Associação de Municípios, pela participação ativa e colaborante nos diversos aspetos da atividade da empresa.
- Ao Acionista EGF pelo contínuo apoio que tornou possível a boa execução dos objetivos da Empresa durante o exercício decorrido.
- Ao Revisor Oficial de Contas e Conselho Fiscal pela disponibilidade e colaboração prestada.
- À ERSAR, APA e CCDR-N pela intervenção institucional prestada.
- A todos os colaboradores da empresa, que com a sua dedicação e competência tornaram e tornam todos os dias possível a concretização dos objetivos e da estratégia definida.



11

*Proposta de  
Aplicação de  
Resultados*



# Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação do Resultado Líquido do Exercício, no valor de 1.438.763,62€:

## Quadro 41. Aplicação De Resultados (em €)

### Aplicação de Resultados (em €)

Reserva Legal (5%)	71 938,18
<b>Distribuição dividendos</b>	<b>1 366 825,44</b>

12

*Anexo  
ao Relatório*

# Anexo ao Relatório

O capital social da RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, SA era, a 31.12.2025, integralmente detido pelos acionistas que constam do Quadro I - Estrutura Acionista.

Codessoso, 26 de fevereiro de 2026

O Conselho de Administração,

Miguel Pires Eurico Lisboa

---

Rui Fernando Santos da Silva

---

Cristina Maria da Cunha Saraiva

---

Francisco Manuel Lopes

---

António Guilherme Pires

---

Mário Artur Correia Lopes

---

Tomás Joaquim de Oliveira Serra

---

Ana Rita Antunes Gonçalves

---

13

# *Demonstrações Financeiras*

# Demonstrações Financeiras

RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)

		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
<b>ATIVO</b>	<b>Notas</b>		
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos intangíveis	6	78 350 087	84 382 826
Outros ativos financeiros		20 841	50 465
Créditos a receber	9	2 390 522	250 903
Ativos por impostos diferidos	11	2 889 580	1 637 976
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>83 651 030</b>	<b>86 322 170</b>
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Inventários	7	530 577	718 746
Clientes	8/19	10 344 644	7 203 115
Estado e outros entes públicos	12	332 746	407 586
Créditos a receber	9	785 264	1 712 705
Diferimentos	10	819 673	612 793
Caixa e depósitos bancários	4	19 063 629	9 278 183
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>31 876 533</b>	<b>19 933 128</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>115 527 563</b>	<b>106 255 299</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital subscrito	13	8 000 000	8 000 000
Reserva legal	13	886 587	886 224
Outras reservas	13	2 270 986	2 270 986
Resultados transitados	13	3 532 398	3 525 500
Outras variações no capital próprio	13	23 006 978	24 518 947
Resultado líquido do período		1 438 764	7 261
<b>Total do capital próprio</b>		<b>39 135 713</b>	<b>39 208 919</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Provisões	14	406 978	79 300
Financiamentos obtidos	15/16	27 246 006	28 970 838
Passivos por impostos diferidos	11	7 465 452	8 658 947
Outras dívidas a pagar	18	25 000	25 000
Diferimentos	10	10 556 997	3 420 275
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>45 700 433</b>	<b>41 154 360</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	17/19	5 960 111	6 449 119
Estado e outros entes públicos	12	14 697 763	10 745 691
Financiamentos obtidos	15/16	4 880 835	5 711 028
Outras dívidas a pagar	18	1 708 056	1 288 440
Diferimentos	10	3 444 653	1 697 741
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>30 691 418</b>	<b>25 892 020</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>76 391 851</b>	<b>67 046 380</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>115 527 563</b>	<b>106 255 299</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2025.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR NATUREZAS

### DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)

<u>RENDIMENTOS E GASTOS</u>	<u>Notas</u>	<u>Exercício de 2025</u>	<u>Exercício de 2024</u>
Vendas e serviços prestados	20	35 989 607	31 018 601
Subsídios à exploração	23	37 508	20 483
Varição nos inventários da produção	7	(188 169)	392 188
Fornecimentos e serviços externos	21	(14 884 891)	(14 345 742)
Gastos com o pessoal	22	(10 047 757)	(9 001 835)
Imparidade de dívidas a receber	8	(106 223)	(1 390)
Provisões	14	(327 678)	-
Outros rendimentos	23	4 105 692	7 117 552
Outros gastos	24	(3 986 313)	(7 219 612)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>10 591 775</b>	<b>7 980 246</b>
Gastos de depreciação e de amortização	25	(9 539 370)	(8 094 304)
Subsídio ao investimento	13	2 641 214	2 653 834
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>3 693 619</b>	<b>2 539 776</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	26	266 974	50 025
Juros e gastos similares suportados	26	(1 713 981)	(2 541 980)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2 246 613</b>	<b>47 820</b>
Impostos sobre o rendimento do período	11	(807 849)	(40 559)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1 438 764</b>	<b>7 261</b>
Resultado por ação	28	0,18	0,00

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)

Descrição	Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio (Nota 13)	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2024		8 000 000	855 928	2 425 748	3 525 500	26 622 121	605 931	42 035 227
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023		-	30 297	-	575 634		(605 931)	-
Distribuição de dividendos				(154 762)	(575 634)			(730 397)
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024		-	-				7 261	7 261
Subsídios ao investimento reconhecidos no exercício		-	-			(2 653 834)		(2 653 834)
Impostos diferidos referentes a subsídios reconhecidos no período		-	-			550 660		550 660
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>8 000 000</b>	<b>886 224</b>	<b>2 270 986</b>	<b>3 525 500</b>	<b>24 518 947</b>	<b>7 261</b>	<b>39 208 919</b>
Saldo em 1 de janeiro de 2025		8 000 000	886 224	2 270 986	3 525 500	24 518 947	7 261	39 208 919
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024		-	363	-	6 898	-	(7 261)	-
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025		-	-	-	-	-	1 438 764	1 438 764
Subsídios ao investimento reconhecidos no exercício		-	-	-	-	(2 641 214)	-	(2 641 214)
Subsídios ao investimento obtidos no exercício		-	-	-	-	447 615	-	447 615
Impostos diferidos referentes a subsídios reconhecidos no período		-	-	-	-	681 630	-	681 630
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>8 000 000</b>	<b>886 587</b>	<b>2 270 986</b>	<b>3 532 398</b>	<b>23 006 978</b>	<b>1 438 764</b>	<b>39 135 713</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2025	2024
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		56 656 030	46 675 959
Pagamentos a fornecedores		(18 399 946)	(18 506 990)
Pagamentos ao pessoal		(6 513 760)	(5 696 338)
<b>Fluxos gerados pelas operações</b>		<b>31 742 324</b>	<b>22 472 631</b>
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(764 963)	26 550
Outros recebimentos / (pagamentos)		(12 860 086)	(8 809 564)
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>18 117 275</b>	<b>13 689 617</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	132 048
Ativos intangíveis		(3 525 204)	(8 396 926)
		<b>(3 525 204)</b>	<b>(8 264 879)</b>
Recebimentos provenientes de:			
Ativos intangíveis		511 408	-
Juros e rendimentos similares		29 624	-
		<b>541 031</b>	<b>-</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>(2 984 173)</b>	<b>(8 264 879)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		2 010 000	6 000 000
		<b>2 010 000</b>	<b>6 000 000</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(6 046 047)	(7 355 990)
Juros e gastos similares		(1 311 609)	(2 013 178)
Dividendos		-	(692 222)
		<b>(7 357 656)</b>	<b>(10 061 390)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(5 347 656)</b>	<b>(4 061 390)</b>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		9 785 446	1 363 349
Reclassificação do fundo de reconstituição de capital			
Constituição de depósitos bancários cativos		89 393	(690 613)
Caixa e seus equivalentes no início do período		8 587 570	7 914 834
Caixa e seus equivalentes no fim do período		18 462 409	8 587 570
Depósitos bancários cativos		601 220	690 613
Caixa e depósitos bancários no fim do exercício		19 063 629	9 278 183

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O CONTABILISTA CERTIFICADOO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em Euros)

### 1. Nota Introdutória

A RESINORTE– Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (adiante designada por “RESINORTE” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima, constituída em 2009 pelo Decreto-Lei nº 235/2009, com sede social em Codessos, 4890-166 Celorico de Basto, e tem como objeto social, em regime de concessão de serviço público, a exploração e a gestão de um sistema multimunicipal de tratamento e recolha seletiva de resíduos urbanos, conforme termos estabelecidos. A realização de atividades no âmbito da concessão, compreende o tratamento de resíduos urbanos gerados no sistema Norte Central integrando como utilizadores os municípios Alijó, Amarante, Armamar, Baião, Boticas, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Chaves, Cinfães, Fafe, Guimarães, Lamego, Marco de Canaveses, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, Penedono, Peso da Régua, Resende, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Santo Tirso, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Trofa, Valpaços, Vila Nova de Famalicão, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real e Vizela.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, o Governo privatizou a Empresa, que anteriormente permanecia como uma sub-holding da empresa Águas de Portugal para o setor dos resíduos. A alienação do capital social da EGF à Suma Tratamento, S.A. (“Suma Tratamento”, empresa detida pelo Grupo Mota-Engil), teve como consequência a alteração do enquadramento jurídico das entidades gestoras dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos. Neste quadro, o Governo reviu o regime jurídico aplicável à atuação das entidades gestoras de sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos.

Desta forma, através do Decreto-Lei 96/2014, de 25 de junho, foram aprovadas as bases da concessão da exploração e gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos, atribuída a entidades de capitais exclusiva ou maioritariamente privados. Foi também aprovado um novo Regime Remuneratório, tendo sido publicado pelo regulador o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTR), com um novo modelo regulatório a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2016. O contrato de concessão foi objeto de reconfiguração, com vista à adaptação do seu conteúdo às novas bases da concessão, tendo o período da respetiva concessão sido alargado até 2034.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a moeda utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 27 de fevereiro de 2026, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral. É entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenhos financeiros e fluxos de caixa.

#### 1.1 Impacto das Decisões da ERSAR

Em dezembro de 2025, a ERSAR informou a RESINORTE, da tarifa aprovada para 2025-2027 e o ajustamento de 2024.

No que respeita ao ajustamento contabilizado no ano 2025 (com capitalização), o montante é de 2.022.028€ (nota 9) e inclui:

- -56.376€ (dos quais 4.121€ capitalização) – referente ao acerto do ajustamento de 2024

- 4.940.425€ (dos quais 336.531€ capitalização) – referente ao acerto da tarifa transitória e tarifa definitiva do ano de 2025
- -2.924.436€ (dos quais 199.214€ capitalização) – referente ao ajustamento de 2025

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e as Normas Interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e o quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela da Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “NCRF” ou “SNC”.

O SNC estabelece que, sempre que as NCRF não deem resposta às necessidades dos utilizadores em termos de tratamento contabilístico de determinadas situações, estes deverão supletivamente recorrer, em primeiro lugar, às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como as normas adotadas pela União Europeia (“IFRS”), de seguida, às outras IFRS ainda não adotadas pela União Europeia.

Neste contexto, é entendido como aplicável ao caso das concessões de serviço público em geral, e ao caso da Empresa em particular, a interpretação efetuada pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) relativamente a esta temática e vertida na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços (“IFRIC 12”).

### 2.2 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior, apresentados como comparativos nas presentes demonstrações financeiras.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### 3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou

outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

### 3.2 Ativos intangíveis

#### Ativos da concessão – IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços

Os ativos adquiridos/construídos pela Empresa, ao abrigo do contrato de concessão, são ativos afetos à concessão, correspondendo à respetiva infraestrutura concessionada.

A IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviço público nos quais o concedente controla (regula):

- os serviços a serem prestados pela Concessionária (mediante a utilização da infraestrutura), a quem e a que preço; e
- quaisquer interesses residuais sobre a infraestrutura no final do contrato.
- A IFRIC 12 aplica-se a infraestruturas:
- construídas ou adquiridas pelo operador a terceiros;
- já existentes e às quais é dado acesso ao operador.

Desta forma, e atendendo ao acima descrito, a concessão da Empresa encontra-se abrangida no âmbito desta IFRIC pelas seguintes razões:

- a Empresa possui um contrato de concessão de serviço público celebrado com o Estado Português (“Concedente”) e por um período pré-definido;
- a Empresa efetua a prestação de serviços públicos mediante a utilização de infraestruturas, conforme definido em detalhe nas Notas 6 e 30;
- o concedente controla os serviços prestados e as condições em que são prestados, através do regulador (ERSAR);
- os diversos ativos utilizados para a prestação dos serviços revertem para o concedente no final do contrato de concessão.

Esta interpretação estabelece os princípios genéricos de reconhecimento e mensuração de direitos e obrigações ao abrigo de contratos de concessão com as características mencionadas anteriormente e define os seguintes modelos:

- i. Modelo do ativo financeiro – quando o operador tem um direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente, correspondente a montantes específicos ou determináveis, o operador deverá registar um ativo financeiro (conta a receber). Neste modelo, a entidade concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento, em virtude de o acordo ser, em geral, legalmente vinculativo.
- ii. Modelo do ativo intangível – quando o operador recebe do concedente o direito de cobrar uma tarifa em função da utilização da infraestrutura, deverá reconhecer um ativo intangível.

- iii. Modelo misto – este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Deste modo e atendendo aos termos do contrato de concessão, nomeadamente no que se refere ao modelo remuneratório, foi entendido que as operações da Empresa são enquadráveis no modelo do ativo intangível, em virtude, essencialmente, das concessionárias terem o direito incondicional de cobrar aos utilizadores e assumirem os riscos operacionais, de investimento e de financiamento da concessão.

Nesse enquadramento e em relação ao valor residual dos ativos afetos à concessão (de acordo com o contrato de concessão, a Empresa tem o direito de ser ressarcida no final da concessão com base no valor líquido contabilístico dos ativos concessionados), este foi integrado, igualmente, como uma parte do ativo intangível, sendo remunerado anualmente de acordo com o regulamento tarifário em vigor.

Atendendo ao enquadramento acima descrito, os ativos afetos à concessão (ativos intangíveis) encontram-se valorizados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Para fins de amortização dos ativos afetos à concessão, foi tido em consideração o método que reflete o modelo pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros dos ativos sejam consumidos pela Empresa. Desta forma, e atendendo ao acima descrito, a Empresa considera que o método de amortização que melhor reflete o padrão de consumo esperado dos benefícios económicos futuros do ativo intangível é a amortização em função das taxas de amortização definidas e aprovadas pelo regulador (ERSAR), por ser esta a base do seu rendimento anual, ou seja, os ativos concessionados são amortizados em conformidade com o modelo de remuneração subjacente ao Regulamento Tarifário.

Importa ainda referir que o direito atribuído no âmbito do contrato de concessão, consiste na possibilidade de a Empresa cobrar tarifas em função dos custos incorridos com as infraestruturas. Assim, tendo em consideração a metodologia de apuramento de tarifas, a base de remuneração é apurada atendendo a cada item de ativo concessionado em específico, o que pressupõe a necessidade de componentização do direito. Consequentemente, considera-se que o direito é componentizável por partes distintas à medida que se vão concretizando as diversas bases de remuneração.

Desta forma, o ativo intangível vai sendo aumentado à medida que se vão concretizando as diversas infraestruturas afetas à concessão, sendo registado com base no seu custo de aquisição/construção e diminuído à medida que se vão consumindo os benefícios económicos futuros.

Relativamente aos subsídios ao investimento afetos aos ativos, estes são reconhecidos na demonstração dos resultados na mesma cadência da amortização dos ativos.

No âmbito do contrato de concessão em vigor enquadrável, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, a RESINORTE não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos à concessão.

### 3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes

responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As locações financeiras são repartidas entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

As locações operacionais são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

### 3.4 Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos, quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

#### Subsídios ao investimento

Os subsídios do Governo não reembolsáveis, relacionados com a aquisição de ativos intangíveis, são reconhecidos inicialmente no capital próprio, juntamente com os respetivos ajustamentos por impostos, sendo posteriormente reconhecidos numa base sistemática como rendimento do exercício, de forma consistente e proporcional com as amortizações dos ativos a cuja aquisição se destinam.

#### Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

### 3.5 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

#### Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

#### Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota, nem provável.

#### Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.6 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo, ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- - Clientes;
- Créditos a receber;
- Fornecedores;
- Outras dívidas a pagar;
- Financiamentos obtidos;
- Caixa e Depósitos Bancários.

### Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários com vencimento inferior a três meses que possam ser imediatamente mobilizáveis ou com risco insignificante de alteração de valor.

### Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo. As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é

refletida em resultados.

### Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade o controlo dos ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

#### 3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de descontos e outros abatimentos. O rédito é reconhecido líquido de impostos.

O rédito proveniente da venda de energia e produtos valorizáveis é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- Montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

A tarifa encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço da venda se encontra definido.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento do serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O reconhecimento do rédito para as atividades concessionadas é efetuado com base na tarifa aprovada pelo regulador (ERSAR) determinada pelos proveitos permitidos em função da quantidade de resíduos da recolha indiferenciada.

A tarifa tem a finalidade de recuperar:

- i. A amortização dos ativos da concessão associados à atividade regulada;

- ii. Retorno no valor médio contábilístico dos ativos associados à atividade regulada, de acordo com as taxas definidas pelo regulador;
- iii. Os custos operacionais associados à atividade regulada.

### Desvios Tarifários

O regulamento tarifário, emitido pela ERSAR, define a fórmula de cálculo dos proveitos permitidos das atividades reguladas e contemplam nessa fórmula de cálculo o apuramento dos desvios tarifários que são recuperados até ao segundo ano após a data em que os mesmos são gerados, encontrando-se assim definido o período no qual estes desvios são recuperados.

Desta forma, a Empresa apura, em cada data de relato e de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSAR, os desvios apurados entre os proveitos permitidos recalculados com base em valores reais e os proveitos faturados.

Atendendo à legislação e enquadramento regulatório em vigor acima descrito, os desvios tarifários apurados pela Empresa em cada exercício cumprem um conjunto de características (fiabilidade de mensuração, direito à sua recuperação, transmissibilidade dos mesmos e incidência de juros) que suportam o seu reconhecimento como rédito, e como ativo, no ano em que são apurados. Tal racional é igualmente válido quando são apurados desvios tarifários a entregar os quais são configuráveis como passivos e menos rédito.

Nas situações em que as concessionárias têm um Desvio Tarifário Ativo, a tarifa foi inferior à definida pela ERSAR, é constituído um acréscimo de rendimentos na medida em que a transação já foi realizada, existe o direito de recuperar, mas a mesma não foi faturada.

Nas situações inversas, ou seja, nos casos em que o Desvio tarifário é Passivo, a tarifa foi superior à definida pelo regulador, este diferencial é tratado como um diferimento, na medida em que este “excesso de tarifa” foi faturado, mas a sua regularização não irá dar origem a um pagamento futuro por parte da concessionária nem à emissão de notas de crédito, sendo este diferencial realizado via redução de faturação subsequente.

À data da aprovação das demonstrações financeiras, não foram ainda submetidas as Contas Reguladas Reais referentes ao ano de 2025, que serão submetidas à ERSAR até 30 de abril de 2026.

### 3.8 Imparidade de ativos intangíveis e ativos fixos tangíveis

Sempre que exista algum indicador que os ativos intangíveis e ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contábilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências

de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

### 3.9 Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Os impostos correntes sobre o rendimento são calculados com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

### 3.10 Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento da sua faturação. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

### 3.11 Inventários

As mercadorias, bem como as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, são valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio para o registo do consumo.

Os subprodutos, produtos acabados e intermédios são valorizados ao seu custo de produção, no entanto, nas situações em que o valor do custo/produção é superior ao valor líquido de realização são registadas perdas por imparidade pela respetiva diferença. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda.

As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na demonstração dos resultados por naturezas.

### 3.12 Encargos Financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição ou construção de infraestruturas são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. Adicionalmente, a capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido. Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

### 3.13 Ativo regulatório/ Passivo regulatório

Em 1 de janeiro de 2016 e tendo como referência as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, as concessionárias aferiram quanto à existência de uma responsabilidade para com o concedente (“Saldo regulatório”), sendo esta determinada tendo por referência os montantes dos acréscimos de gastos referentes a amortizações acumuladas de investimento contratual por realizar, deduzido do montante de imposto diferido que lhe estava associado e do valor contabilístico líquido de amortização e subsídios do conjunto de bens e ativos que não integraram a base de ativos regulados relevante para efeito de apuramento dos proveitos permitidos. Nos casos em que aquele montante foi negativo, aquela responsabilidade, “Passivo Regulatório”, foi registada no passivo, quando positivo, foi registado um “Ativo Regulatório, ou Direito Contratual”. Subsequentemente, quando é estimada uma variação anual de tarifas superior a 2% aos proveitos anualmente permitidos às concessionárias, o excedente àquele valor pode ser deduzido ao Passivo Regulatório, quando este exista. No final das concessões, caso ainda exista Passivo Regulatório, o correspondente montante será deduzido ao valor residual da Base de Ativos Regulados (BAR) a que as concessionárias terão direito. Nos casos em que foi determinado um “Ativo Regulatório”, o mesmo é amortizado ao longo do período da concessão.

### 3.14 Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos após que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anuais foram as seguintes:

- Perdas por imparidade de contas a receber;

- Recuperabilidade dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais;
- Reconhecimento e valorização de provisões;
- Estimativa de desvio tarifário a repercutir em tarifas futuras e especialização de receita tendo por base o modelo regulatório da ERSAR;
- Recuperabilidade dos ativos intangíveis;
- Vida útil estimada dos ativos intangíveis e método de amortização.

### 3.15 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### 3.16 Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto. A Empresa classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os ativos com maturidade inferior a três meses, ou para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende, também, os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de financiamentos obtidos.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, os recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos intangíveis e tangíveis, se aplicável.

As atividades de financiamento abrangem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

## 4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os componentes da rubrica de caixa e depósitos bancários tinham a seguinte composição:

	2025	2024
Caixa	1 250	1 250
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	4 211 160	7 336 320
Outros depósitos bancários	14 250 000	1 250 000
<b>Caixa e equivalentes</b>	<b>18 462 410</b>	<b>8 587 570</b>
Depósitos bancários cativos	601 220	690 613
<b>Caixa e depósitos bancários</b>	<b>19 063 629</b>	<b>9 278 183</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Depósitos bancários cativos”, no montante de 601.220 Euros e 690.613 Euros, respetivamente, dizem respeito a depósitos que não se encontram disponíveis para uso da Empresa, correspondendo a uma garantia prestada à Caixa Geral de Depósitos no âmbito de um contrato de financiamento, para garantir os 6 meses seguintes de serviço da dívida, com vista a reembolsar capital e pagar juros, comissões e outros encargos.

Os outros depósitos bancários no montante de 14.250.000 Euros correspondem a depósitos a prazo, sendo os mesmos imediatamente mobilizáveis.

## 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nem foram reconhecidos erros materiais ou alterações significativas das estimativas contabilísticas relativas a exercícios anteriores.

## 6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2025			
	Direito de Utilização de Infra Estruturas	Investimentos em curso	Outros ativos intangíveis	Total
<b>Ativo bruto:</b>				
Saldo inicial	205 787 127	904 186,80	2 579 219	209 270 533
Adições	-	3 576 532	-	3 576 532
Abates e Alienações	(689 344)	-	-	(689 344)
Transferências	3 220 649	(3 220 649)	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>208 318 431</b>	<b>1 260 070</b>	<b>2 579 219</b>	<b>212 157 720</b>
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo inicial	122 308 488	-	2 579 219	124 887 707
Amortizações do exercício (Nota 25)	9 539 370	-	-	9 539 370
Abates e Alienações	(619 444)	-	-	(619 444)
<b>Saldo final</b>	<b>131 228 414</b>	<b>-</b>	<b>2 579 219</b>	<b>133 807 633</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>77 090 017</b>	<b>1 260 070</b>	<b>-</b>	<b>78 350 087</b>

2024				
	Direito de Utilização de Infra Estruturas	Investimentos em curso	Outros ativos intangíveis	Total
<b>Ativo bruto:</b>				
Saldo inicial	199 480 871	2 347 514,90	2 579 219	204 407 605
Adições	-	6 940 055	-	6 940 055
Abates e Alienações	(2 077 127)	-	-	(2 077 127)
Transferências	8 383 383	(8 383 382,90)	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>205 787 127</b>	<b>904 187</b>	<b>2 579 219</b>	<b>209 270 533</b>
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo inicial	116 281 852	-	2 579 219	118 861 071
Amortizações do exercício (Nota 25)	8 094 304	-	-	8 094 304
Abates e Alienações	(2 067 668)	-	-	(2 067 668)
<b>Saldo final</b>	<b>122 308 488</b>	<b>-</b>	<b>2 579 219</b>	<b>124 887 707</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>83 478 639</b>	<b>904 187</b>	<b>-</b>	<b>84 382 826</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Direito contratual subjacente ao investimento realizado nos ativos que integram as infraestruturas utilizadas na prestação do serviço era conforme segue:

	Classes	Anos
Aterros Sanitários		Metódo de depelação
Selagem de aterros		Período da concessão
Tratamento mecânico		3 - 36
Valorização Orgânica e Biológica		3 - 36
Incineração		3 - 36
Triagem e ecocentros		3 - 36
Transferências e Transportes		10 - 36
Recolha Seletiva		3 - 10
Biogás de aterros		7 - 36
ETAR-ETAL		3 - 36
Produção CDR		7 - 36
Estrutura		3 - 36
Outros		2 - 12

	Classes	Valor Líquido Contabilístico	
		2025	2024
Aterros Sanitários		27 925 432	32 372 602
Tratamento mecânico		21 600 254	22 631 138
Triagem		7 349 838	8 278 833
Transferências e Transportes		6 026 642	5 793 317
Recolha Seletiva		5 619 507	5 882 991
Biogás de aterros		936 070	763 690
ETAR-ETAL		1 482 241	1 915 725
Ecocentros		2 471 180	2 202 445
Estrutura		4 938 923	4 542 085
		<b>78 350 087</b>	<b>84 382 826</b>

Os principais investimentos realizados no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram os

seguintes:

Investimento realizado	Valor
<b>I54-2224 - PI_22_24</b>	<b>2 379 987</b>
I54-222416 - 16- SI	346 500
I54-222421 - 21-Equipamentos de Substituição AS	149 123
I54-222422 - 22-Equipamentos de Substituição Transfer	1 291 290
I54-222424 - 24-Equipamentos de Substituição RS	320 000
I54-222425 - 25-Equipamentos de Substituição TM/TB	273 074
<b>I54-2527 - PI_25_27</b>	<b>1 028 424</b>
I54-252701 - 01-Unidade Triagem Autom/Embalag/Riba de	184 232
I54-252704 - 04-Recolha Seletiva - Ecopontos	447 615
I54-252706 - 06-Constr de plataformas e infraestr na	79 229
I54-252710 - 10- Selagens Provisórias - Exploração	219 948
I54-252712 - 12-ET e Ecocentro de Marco/ Baião	31 455
I54-252716 - 16-Sistemas de Proteção Contra Incêndio	65 945

## 7. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de inventários é composta, essencialmente por embalagens provenientes do processo de recolha seletiva.

	2025	2024
<b>Produtos acabados:</b>		
Embalagens	418 736	600 332
Papel	82 139	56 958
Vidro	29 695	61 456
Outros	7	-
	<b>530 577</b>	<b>718 746</b>

A variação dos inventários da produção dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tinha a seguinte composição:

	2025	2024
<b>Saldo inicial</b>	718 746	326 558
Regularizações de inventários	-	-
Saldo final	530 577	718 746
<b>Variação dos inventários da produção</b>	<b>(188 169)</b>	<b>392 188</b>

## 8. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os clientes têm a seguinte composição:

	2025			2024		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
<b>Não correntes:</b>						
Clientes municipais	-	-	-	-	-	-
<b>Correntes:</b>						
Clientes municipais	6 149 743	-	6 149 743	4 875 335	-	4 875 335
Outras entidades	5 120 390	(925 489)	4 194 901	3 625 340	(1 297 560)	2 327 780
	<b>11 270 133</b>	<b>(925 489)</b>	<b>10 344 644</b>	<b>8 500 675</b>	<b>(1 297 560)</b>	<b>7 203 115</b>
	<b>11 270 133</b>	<b>(925 489)</b>	<b>10 344 644</b>	<b>8 500 675</b>	<b>(1 297 560)</b>	<b>7 203 115</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as contas a receber de clientes incluem saldos com partes relacionadas nos montantes de 2.726.995 Euros e 2.387.009 Euros, respetivamente (Nota 19).

O movimento nas perdas por imparidade de clientes, durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi conforme segue:

	2025	2024
Saldo inicial	1 297 560	1 296 170
Reforços	106 269	1 831
Reversões	(46)	(442)
Utilizações	(478 294)	-
<b>Saldo final</b>	<b>925 489</b>	<b>1 297 560</b>

Em 31 de dezembro de 2025, encontra-se então constituída uma perda por imparidade no montante de:

- 624.805 Euros referente ao valor da comparticipação financeira devida pela Sociedade Ponto Verde – Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S.A. (“SPV”), pelo acréscimo de custos com a triagem de determinados resíduos entregues pela Empresa para reciclagem, que aquela entidade não se reconhece como devedora. No entendimento da Empresa, existem responsabilidades legais e/ou construtivas assumidas por aquela entidade, quer com a Empresa, quer com os organismos públicos responsáveis pelo Ambiente, que vinculam a SPV no pagamento daqueles montantes, razão pela qual as concessionárias a 14 de junho de 2017 apresentaram um litígio em consórcio consolidado, no intuito de cobrar aqueles montantes. No entanto, em face do não reconhecimento da dívida por parte da SPV e pelo facto da cobrança daqueles valores não ser certa, a Empresa decidiu reconhecer uma perda por imparidade para fazer face àqueles valores;
- 300.684 Euros, referente a dívidas de clientes de cobrança duvidosa.

## 9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as contas a receber têm a seguinte composição:

	2025	2024
<b>Não corrente:</b>		
Passivo regulatório	-	250 903
Desvio tarifário de 2023 e 2022 (Provisão)	374 713	-
Desvio tarifário e Tarifa transitória de 2025	2 015 809	-
Saldo regulatório	-	-
	<b>2 390 522</b>	<b>250 903</b>
<b>Corrente:</b>		
Devedores por acréscimo de rendimentos	179 222	-
Outros acréscimos de rendimentos	-	155 075
Desvio tarifário de 2022	19 579	26 854
Saldo regulatório	-	1 393 257
Subsídios a receber	558 320	110 705
Outros créditos a receber	28 144	26 814
	<b>785 264</b>	<b>1 712 705</b>
	<b>3 175 786</b>	<b>1 963 608</b>

Os montantes relativos a desvios tarifários decorrem da diferença entre os proveitos faturados, com base na tarifa deliberada pela ERSAR, e os proveitos permitidos recalculados com base em valores reais.

O desvio tarifário de 2022 e 2023 é relativo à reclamação administrativa que a RESINORTE interpôs à ERSAR relativamente ao ajustamento na tarifa de juros de mora faturados a clientes e refaturações que entendemos não serem sujeitos a ajustamento à luz do Regulamento Tarifário.

O desvio tarifário apurado em 2025, no montante global de 2.015.809 euros, resulta da conjugação de dois efeitos distintos: por um lado, o desvio negativo da tarifa do próprio ano de 2025, no valor de -2.924.436 euros; por outro, o montante associado à recuperação da tarifa transitória de 2025 face à tarifa aprovada, no valor de 4.940.245 euros, o qual deverá igualmente ser refletido na tarifa de 2027.

Nas CRP 2025-2027 a ERSAR determinou a constituição de um saldo regulatório como forma de mitigar os aumentos da estrutura tarifária. Atendendo às quantidades reais de 2025 foi constituído saldo regulatório no montante de 12.039.265 Euros.

Durante os exercícios de 2025 e 2024, o movimento ocorrido na rubrica Saldo Regulatório foi o seguinte:

	2025	2024
Saldo inicial	-	-
Utilizações	(1 644 160)	-
Reforços (Nota 18)	12 039 265	-
<b>Saldo final</b>	<b>10 395 104</b>	<b>-</b>

A rubrica de “Subsídios a receber”, diz respeito a candidaturas apresentadas ao POSEUR e aprovadas em exercícios anteriores, conforme a seguinte desagregação:

	2025	2024
Subsídios a receber		
- POSEUR 2020	110 705	110 705
- Fundo Ambiental	447 615	-
	<b>558 320</b>	<b>110 705</b>

No decurso do período findo, em 31 de dezembro de 2025, não foram recebidos subsídios ao investimento.

## 10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de diferimentos ativos e passivos apresentam os seguintes detalhes:

	2025	2024
<b>Ativo corrente:</b>	-	-
Seguros	289 636	179 508
Combustíveis e materiais consumíveis	420 723	298 229
Encargos de financiamento	-	-
Outros	109 314	135 056
	<b>819 673</b>	<b>612 793</b>
<b>Passivo não corrente:</b>		
Compensação Regulatória / Saldo Regulatório	10 556 997	-
Desvio tarifário de 2024	-	3 420 275
	<b>10 556 997</b>	<b>3 420 275</b>
<b>Passivo corrente:</b>		
Desvio tarifário de 2024	3 315 891	-
Desvio de 2023	-	1 568 979
Outros	128 762	128 762
	<b>3 444 653</b>	<b>1 697 741</b>
	<b>14 001 650</b>	<b>5 118 017</b>

Relativamente à decisão final da ERSAR relativamente às CRR de 2024, foi considerada a correção da mesma no valor de 104.384 euros e reclassificado de não corrente para corrente.

No ano de 2025 foi constituído o saldo regulatório de 12.039.264,85 euros.

## 11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 20% para a matéria coletável, podendo acrescer uma taxa de derrama municipal que varia entre 0,5% a 1,5 % sobre o lucro tributável, resultando num intervalo da taxa de imposto agregada entre 20,5% e 21,5%.

Adicionalmente, os lucros tributáveis do exercício que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87ºA do código do IRC, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros; e
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

A dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável está condicionada ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das

autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2022 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

De acordo com a Lei n.º 24-D/2022, que aprova o Orçamento de Estado para 2023, os prejuízos fiscais apurados passam a ser reportáveis por um período ilimitado. Esta alteração é também aplicável aos prejuízos fiscais apurados em período de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 e cujo período de dedução ainda se encontre em curso àquela data.

A dedução de prejuízos fiscais passa a estar limitada a um montante correspondente a 65% do lucro tributável apurado no período de tributação em questão, mantendo-se o acréscimo de 10 pontos percentuais quando esteja em causa a dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa tem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 0 Euros, sendo que, 736.959 Euros foram deduzidos no decurso do referido exercício. Em 31 de dezembro de 2025 não temos constituídos ativos por impostos diferidos.

Nos termos do artigo 88.º do Código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de imposto sobre o rendimento tem a seguinte composição:

	2025	2024
Imposto corrente (Nota 11)	2 576 756	421 414
Imposto diferido reconhecido no exercício	(1 763 470)	(379 396)
Excesso de estimativa de imposto do exercício anterior	(5 438)	(1 458)
	<b>807 849</b>	<b>40 559</b>

Em 31 de dezembro de 2024, a RESINORTE tinha prejuízos fiscais conforme mapa seguinte, os quais foram deduzidos na estimativa de imposto do exercício de 2025.

Ano	Montante	Prazo
2019	164 887	
2022	572 072	
	<b>736 959</b>	

#### a) Movimentos nos ativos e passivos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi o seguinte:

2025

	Demonstração dos resultados			Capital próprio		
	Saldo inicial	Constituição/ (Reversão)	Alteração da Taxa	Constituição/ (Reversão)	Alteração da Taxa	Saldo final
<b>Ativos por impostos diferidos</b>						
Perdas por imparidade de clientes	65 364	26 061	(1 808)	-	-	89 616
Desvio tarifário	1 128 247	(942 008)	53 479	-	-	239 718
Ativos intangíveis	54 862	(21 714)	(1 518)	-	-	31 631
Passivo Regulatório	(56 821)	56 821	-	-	-	-
Compensação Regulatória / Saldo Regulatório	-	2 352 532	-	-	-	2 352 532
Prejuízo fiscal reportável	186 540	(186 540)	-	-	-	-
Ajustamento de transição - subsídios	202 963	(21 264)	(5 615)	-	-	176 083
	<b>1 581 155</b>	<b>1 263 888</b>	<b>44 538</b>	-	-	<b>2 889 580</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>						
Ajustamento de transição	900 862	(87 594)	(24 924)	-	-	788 345
Subsídio ao investimento (Nota 13)	7 178 342	-	-	(483 031)	(198 599)	6 496 712
Desvio tarifário (Nota 10)	319 959	(302 615)	(13 032)	-	-	4 311
Ajustamento de transição - subsídios	202 963	(21 264)	(5 615)	-	-	176 084
	<b>8 602 126</b>	<b>(411 473)</b>	<b>(43 571)</b>	<b>(483 031)</b>	<b>(198 599)</b>	<b>7 465 452</b>

2024

	Demonstração dos resultados			Capital próprio		
	Saldo inicial	Constituição/ (Reversão)	Alteração da Taxa	Constituição/ (Reversão)	Alteração da Taxa	Saldo final
<b>Ativos por impostos diferidos</b>						
Perdas por imparidade de clientes	64 941	-	423	-	-	65 364
Desvio tarifário (Nota 9)	295 520	830 801	1 925	-	-	1 128 247
Ativos intangíveis	51 862	2 663	338	-	-	54 862
Passivo Regulatório	-	-	-	-	-	-
Compensação Regulatória / Saldo Regulatório	-	-	-	-	-	-
Prejuízo fiscal reportável	717 033	(535 497)	5 004	-	-	186 540
Ajustamento de transição - subsídios	219 537	(18 004)	1 430	-	-	202 963
	<b>1 348 893</b>	<b>279 963</b>	<b>9 119</b>	-	-	<b>1 637 976</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>						
Ajustamento de transição	984 536	(90 086)	6 413	-	-	900 862
Passivo Regulatório	56 453	-	368	-	-	56 821
Subsídio ao investimento (Nota 13)	7 729 002	-	-	(601 002)	50 341	7 178 342
Desvio tarifário (Nota 10)	310 392	7 545	2 022	-	-	319 959
Ajustamento de transição - subsídios	219 538	(18 004)	1 430	-	-	202 963
	<b>9 299 921</b>	<b>(100 546)</b>	<b>10 232</b>	<b>(601 002)</b>	<b>50 341</b>	<b>8 658 947</b>

A dezembro de 2017, foi obtida a resposta do pedido de informação vinculativo submetido à Administração Tributária pela EGF, como representante das concessionárias, relativo à dedução fiscal do desreconhecimento dos ativos não afetos à BAR, o que originou a correção do prejuízo fiscal reportável referente ao exercício de 2016, passando parte substancial dos ativos desreconhecidos na sequência da alteração do modelo regulatório, a ser recuperada no futuro através da sua amortização fiscal.

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, as diferenças temporárias denominadas "Ajustamentos de transição" resultam dos ajustamentos de transição apurados, em 2009, por força da alteração do POC para os IFRS (sendo que posteriormente o grupo passou a adotar o SNC). Tais diferenças resultam, essencialmente, de acréscimos de gastos para investimento contratual realizado e de amortizações referentes a investimentos realizados, bem como do reconhecimento dos respetivos subsídios, as quais, face às disposições normativas aplicáveis, serão relevadas, para efeitos fiscais, durante o período remanescente dos contratos de concessão.

As restantes diferenças temporárias decorrem, essencialmente, do registo da especialização de amortizações para investimento contratual futuro (conforme modelo regulatório em vigor até 31 de dezembro de 2015), do registo de subsídios ao investimento em capital próprio e da movimentação de desvios tarifários.

Sem prejuízo do histórico de prejuízos fiscais ocorridos nos últimos anos, a Administração registou Imposto diferido ativo decorrente de prejuízos fiscais tendo por base o modelo de concessão inerente ao negócio da Empresa quanto à estimativa de resultados tributáveis positivos até ao final da concessão. Adicionalmente,

refira-se que estes prejuízos fiscais decorrem essencialmente dos Desvios tarifários reconhecidos no ano versus a sua tributação no momento da respetiva faturação, sendo que tendencialmente e face ao modelo regulatório, se espera que os mesmos sejam imateriais.

#### b) Reconciliação da taxa de imposto

	2025	2024
Resultado antes de impostos	2 246 613	47 820
Taxa nominal de imposto	20%	21%
	<b>449 323</b>	<b>10 042</b>
Diferenças permanentes	(170 627)	(100 959)
Diferenças temporárias		-
Tributação autónoma	17 335	25 434
Derrama estadual	352 889	76 856
Derrama municipal	164 367	30 643
(Excesso)/Insuficiência de estimativa de imposto	(5 438)	(1 458)
Outros		-
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>807 849</b>	<b>40 559</b>

## 12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>IRC:</b>				
Retenções na fonte	-	-	2 243	-
Estimativa de imposto (Nota 11)	-	2 218 981	-	421 414
Imposto a recuperar	7 843	-	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	324 903	-	405 343	-
Retenções de impostos sobre o rendimento	-	26 108	-	22 858
Taxa de Gestão de Resíduos (i)	-	12 276 131	-	10 137 644
Contribuições para a Segurança Social	-	175 981	-	163 215
Outros impostos	-	561	-	561
	<b>332 746</b>	<b>14 697 763</b>	<b>407 586</b>	<b>10 745 691</b>

- i) A taxa de gestão de resíduos (TGR) corresponde a valores faturados a clientes e que serão devolvidos à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), cujo valor em 2025 é de 35 Euros/tonelada e em 2024 foi 30 Euros/tonelada.

## 13. CAPITAL, RESERVAS E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

### Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital da Empresa encontrava-se totalmente subscrito e realizado e estava representado por 8.000.000 ações com o valor nominal de um Euro.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital da Empresa era detido como segue:

Acionistas	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Número de ações	Montante	Percentagem de participação	Número de ações	Montante	Percentagem de participação
AMVDN	423 683	423 683	5,30%	423 683	423 683	5,30%
EGF SA	6 008 940	6 008 940	75,11%	6 008 940	6 008 940	75,11%
Município de Amarante	244 470	244 470	3,06%	244 470	244 470	3,06%
Município de Armamar	28 428	28 428	0,36%	28 428	28 428	0,36%
Município de Baião	83 105	83 105	1,04%	83 105	83 105	1,04%
Município de Boticas	67 832	67 832	0,85%	67 832	67 832	0,85%
Município de Cabeceiras de Basto	70 348	70 348	0,88%	70 348	70 348	0,88%
Município de Celorico de Basto	78 972	78 972	0,99%	78 972	78 972	0,99%
Município de Chaves	67 832	67 832	0,85%	67 832	67 832	0,85%
Município de Cinfães	81 448	81 448	1,02%	81 448	81 448	1,02%
Município de Lamego	104 033	104 033	1,30%	104 033	104 033	1,30%
Município de Marco de Canaveses	218 745	218 745	2,73%	218 745	218 745	2,73%
Município de Moimenta da Beira	43 657	43 657	0,55%	43 657	43 657	0,55%
Município de Mondim de Basto	33 073	33 073	0,41%	33 073	33 073	0,41%
Município de Montalegre	67 832	67 832	0,85%	67 832	67 832	0,85%
Município de Penedono	13 202	13 202	0,17%	13 202	13 202	0,17%
Município de Resende	46 423	46 423	0,58%	46 423	46 423	0,58%
Município de Ribeira de Pena	67 832	67 832	0,85%	67 832	67 832	0,85%
Município de São João da Pesqueira	32 251	32 251	0,40%	32 251	32 251	0,40%
Município de Sernancelhe	24 084	24 084	0,30%	24 084	24 084	0,30%
Município de Tabuaço	24 922	24 922	0,31%	24 922	24 922	0,31%
Município de Tarouca	33 224	33 224	0,42%	33 224	33 224	0,42%
Município de Valpaços	67 832	67 832	0,85%	67 832	67 832	0,85%
Município de Vila Pouca de Aguiar	67 832	67 832	0,85%	67 832	67 832	0,85%
	<b>8 000 000</b>	<b>8 000 000</b>	<b>100%</b>	<b>8 000 000</b>	<b>8 000 000</b>	<b>100%</b>

## Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

## Outras reservas

Estas reservas constituem-se como reservas livres, disponíveis para distribuição.

Em 31 de dezembro de 2025 o montante desta rubrica era de 2.270.986 Euros.

## Outras variações no capital próprio

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica outras variações no capital próprio corresponde a subsídios ao investimento, os quais são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo depois reconhecidos em resultados como rendimentos em base sistemática de forma a balanceá-los com os gastos a que dizem respeito.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido na rubrica de subsídios ao investimento foi o seguinte:

Saldo em 1 de janeiro de 2024	34 351 123
Aumentos	-
Regularizações	-
<b>Rendimentos reconhecidos</b>	<b>(2 653 834)</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	31 697 289
Aumentos	447 615
Regularizações	-
Rendimentos reconhecidos	(2 641 214)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>29 503 690</b>
Imposto diferido (Nota 11)	(6 496 712)
	<b>23 006 978</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o montante a receber de subsídios relacionados com ativos ascende a 558.320 Euros e 110.705 Euros, respetivamente (Nota 9).

### Aplicação do resultado líquido do exercício

De acordo com a Assembleia Geral de Acionistas de 25 de março de 2025, o resultado líquido positivo do exercício de 2024 no montante de 7.261 Euros foi transferido em 363,06 Euros para Reserva Legal e em 6.898,08 Euros para Resultados Transitados.

Relativamente ao resultado líquido do exercício de 2025, no montante de 1.438.763,62 Euros, propõe-se que seja aplicado 71.938,18 para Reserva Legal e 1.366.825,44 para distribuição de dividendos.

## 14. PROVISÕES

Esta rubrica respeita a provisões para processos judiciais e durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, considerou-se uma provisão no valor de 327.678 euros, referente à reclamação administrativa que a RESINORTE interpôs relativamente às CRR de 2022 e 2023 pelo facto de a RESINORTE não aceitar que os juros de mora e as refaturações entre concessionárias sejam ajustáveis no desvio da tarifa.

Na opinião do Conselho de Administração, com base na avaliação do risco que fazem dos processos judiciais e fiscais em curso, não se prevê que dessas ações venham a resultar responsabilidades de valores significativos que não se encontrem cobertas por provisões registadas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, as quais correspondem à melhor estimativa de possíveis desembolsos resultantes daqueles processos naquela data.

	2025			
	Saldo inicial	Reforços	Reversões	Saldo final
Outras provisões	79 300	327 678	-	406 978
	<b>79 300</b>	<b>327 678</b>	-	<b>406 978</b>

	2024			
	Saldo inicial	Reforços	Reversões	Saldo final
Outras provisões	79 300	-	-	79 300
	<b>79 300</b>	-	-	<b>79 300</b>

## 15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, têm a seguinte composição:

	2025		2024	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
Empréstimos Bancários:				
Empréstimos Bancários: Banco Europeu de Investimento ("BEI")	19 344 538	1 621 317	19 000 000	138 757
Empréstimos Bancários: Papel Comercial	-	-	-	1 275 559
Empréstimos Bancários: PI 19-21	4 705 882	1 652 580	6 129 202	2 479 776
Empréstimos Bancários: Linha COVID-19	-	-	-	111 761
Empréstimos Bancários: PI 25-27	10 000	-	-	-
Empréstimos Bancários: Contas Caucionadas	-	3 143	-	29
Empréstimos Bancários: Locação Financeira	3 185 586	1 603 796	3 841 636	1 705 146
	<b>27 246 006</b>	<b>4 880 835</b>	<b>28 970 838</b>	<b>5 711 028</b>

Relativamente aos covenants financeiros para o ano 2025, o Conselho de Administração entende que não existe qualquer incumprimento das obrigações decorrentes, dos mesmos mencionados abaixo:

- BEI II e III: Dívida líquida/BAR, EBITDA /Juros vencidos e Dívida Líquida/ EBITDA

- Millennium BCP: Dívida Líquida/Base de Ativos Regulados e Dívida Líquida/BAR e Dívida Líquida Consolidada / EBITDA(Consolidado) e Autonomia Financeira – Consolidado
- Novo Banco: Dívida Total/EBITDA
- Caixa Crédito Agrícola - CCCAM: Dívida Líquida/ EBITDA e Autonomia Financeira
- Banco Montepio: Dívida Líquida/ EBITDA e Dívida Líquida/Ativo Fixo Intangível

Relativamente à CGD os covenants são:

- CGD: Dívida Líquida/ EBITDA, Dívida Líquida/BAR, Dívida Líquida/ EBITDA para distribuição de dividendos, Net capex e Autonomia Financeira.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os empréstimos bancários e suprimentos tinham a seguinte composição:

	2025		2024		Vencimento	Taxa de Juro
	Valor Nominal	Valor de Balanço	Valor Nominal	Valor de Balanço		
CCAM	-	-	1 275 559	1 275 559	11/02/2025	2,500%
BCP - Linha Financiamento PI 19-21	627 454	627 454	1 883 086	1 883 086	03/06/2026	3,125%
CGD - Linha Financiamento PI 19-21	5 731 008	5 731 008	6 725 891	6 725 891	26/08/2031	2,150%
Linha COVID-19	-	-	111 761	111 761	26/05/2024	1,500%
BCP - Linha Financiamento PI 25-27	10 000	10 000	-	-	24/10/2033	1,000%
BEI	20 965 854	20 965 854	19 138 757	19 138 757		
CC CGD e BCP	3 143	3 143	29	29		
Locação Financeira	4 789 381	4 789 381	5 546 783	5 546 783		
	<b>32 126 841</b>	<b>32 126 841</b>	<b>34 681 865</b>	<b>34 681 865</b>		

O plano de pagamentos dos empréstimos bancários obtidos e suprimentos é o seguinte:

	2025	2024
Até 1 ano	3 277 039	4 005 882
Até 2 anos	2 676 004	3 078 782
Até 3 anos	3 343 170	2 676 004
Até 4 anos	3 708 307	3 342 670
Até 5 anos	9 002 424	3 342 670
Mais de 5 anos	5 330 515	12 689 076
	<b>27 337 460</b>	<b>29 135 083</b>

## 16. LOCAÇÕES

### Locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2025			2024		
	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Equipamento básico	2 902 519	(1 473 260)	1 429 259	2 823 519	(1 093 196)	1 730 324
Equipamento de transporte	7 838 292	(2 427 613)	5 410 679	6 667 692	(1 676 744)	4 990 948
	<b>10 740 811</b>	<b>(3 900 873)</b>	<b>6 839 938</b>	<b>9 491 211</b>	<b>(2 769 939)</b>	<b>6 721 272</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as responsabilidades da Empresa por rendas vincendas de locação financeira vencem-se nos próximos exercícios, como segue:

	2025	2024
Até 1 ano	1 603 796	1 705 146
Entre 1 a 5 anos	3 044 621	3 571 011
Mais de 5 anos	140 965	270 625
	<b>4 789 381</b>	<b>5 546 783</b>

## 17. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica Fornecedores apresenta a seguinte composição:

	2025		2024	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores de investimento	1 824 247	-	2 341 234	-
Fornecedores gerais	3 062 681	-	2 438 429	-
Partes relacionadas (Nota 19)	932 331	-	1 586 821	-
Fornecedores, faturas em receção e conferência	140 852	-	82 636	-
	<b>5 960 111</b>	<b>-</b>	<b>6 449 119</b>	<b>-</b>

## 18. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica outras dívidas a pagar, tem a seguinte composição:

	2025		2024	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Credores por acréscimos de gastos:</b>				
Remunerações a liquidar	1 223 742	-	1 041 124	-
Outros	(60 701)	-	(18 693)	-
Partes relacionadas (Nota 19)	219 280	-	219 280	-
Outras dívidas a pagar	325 735	25 000	46 729	25 000
	<b>1 708 056</b>	<b>25 000</b>	<b>1 288 440</b>	<b>25 000</b>

- a) Durante os exercícios de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nas rubricas Passivo Regulatório e Saldo Regulatório foi o seguinte:

	2025	2024
Saldo inicial	(250 903)	(250 903)
Utilização	250 903	250 903
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 19. PARTES RELACIONADAS

### Identificação das partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota 13, a Empresa é detida maioritariamente pela EGF, que é detida maioritariamente pela Suma Tratamento. Pelo que são consideradas como partes relacionadas todos os acionistas da Empresa, bem como todas as empresas e partes relacionadas dos Grupos EGF, Suma e Mota-Engil, assim como todos os seus acionistas, administradores e empresas com influência significativa.

### Transações com partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram efetuadas as seguintes transações



com partes relacionadas:

	2025						
	Vendas e prestação de serviços	Custo das Merc.Vend.e das Matérias Cons.	Fornecimentos e serviços externos	Gastos com Pessoal	Outros rendimentos	Juros e gastos similares suportados	Aquisição de Ativos Intangíveis
<b>Acionistas:</b>							
EGF - Empresa Geral do Fomento, S.A.	-	-	836 465	200 939	1 552	130 874	2 407
Município de Amarante	1 295 654	-	-	-	-	-	-
Município de Armamar	136 496	-	-	-	-	-	-
Município de Baião	477 217	-	-	-	-	-	-
Município de Boticas	138 634	-	-	-	-	-	-
Município de Cabeceiras de Basto	391 918	-	-	-	-	-	-
Município de Celorico de Basto	376 501	-	-	-	-	-	-
Município de Chaves	1 045 242	-	-	-	-	-	-
Município de Cinfães	404 147	-	-	-	-	-	-
Município de Lamego	759 199	-	-	-	-	-	-
Município de Marco de Canaveses	1 402 630	-	-	-	-	-	-
Município de Moimenta da Beira	262 794	-	-	-	-	-	-
Município de Mondim de Basto	158 437	-	-	-	-	-	-
Município de Montalegre	258 299	-	-	-	-	-	-
Município de Penedono	68 703	-	-	-	-	-	-
Município de Resende	247 338	-	-	-	-	-	-
Município de Ribeira de Pena	140 418	-	-	-	-	-	-
Município de São João da Pesqueira	182 903	-	-	-	-	-	-
Município de Semancelhe	111 209	-	-	-	-	-	-
Município de Tabuaço	115 859	-	-	-	-	-	-
Município de Tarouca	170 266	-	-	-	-	-	-
Município de Valpaços	369 027	-	-	-	-	-	-
Município de Vila Pouca de Aguiar	283 094	-	-	-	-	-	-
<b>Outras partes relacionadas:</b>							
SUMA, Serviços Urbanos e Meio Ambiente	-	-	-	-	-	-	3 500
SUMALAB SA	-	-	53 711	-	-	-	-
REAL VERDE - Técnicas do Ambiente, SA	-	-	558 499	-	-	-	-
Correia e Correia, Lda.	-	-	1 062	-	-	-	-
MOTA-ENGIL ATIV - Gestão e Manutenção de Ativos, SA	-	-	1 188 736	-	-	-	71 222
MOTA-ENGIL GLOBAL - Serv. Partilhados Admin. Técnicos	-	-	91 894	-	-	-	2 099
MOTA-ENGIL - Eng. e Construção, SA	-	-	780 118	-	-	-	-
CARLOS AUGUSTO P. SANTOS FILHOS SA	-	-	32 988	-	-	-	23 382
MOTA-ENGIL, SGPS S.A.	-	-	499	463	-	-	-
MOTA-ENGIL RENEWING SA	-	-	8 916	-	-	-	-
VALORSUL-VALOR.E TRATAM.RESID. SOLIDOS	-	-	-	736	-	-	-
INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA-G.A.S.T.T	-	-	468	-	-	-	-
Resiestrela - Val. Trat. Resíduos Sólidos, S.A.	-	-	-	-	4 500	-	-
Valnor - Val. Trat. Resíduos Sólidos, S.A.	-	-	-	-	4 500	-	-
	<b>8 795 983</b>	<b>-</b>	<b>3 553 355</b>	<b>202 138</b>	<b>10 552</b>	<b>130 874</b>	<b>102 610</b>

	2024						
	Vendas e prestação de serviços	Custo das Merc.Vend.e das Matérias Cons.	Fornecimentos e serviços externos	Gastos com Pessoal	Outros rendimentos	Juros e gastos similares suportados	Aquisição de Ativos Intangíveis
<b>Acionistas:</b>							
EGF - Empresa Geral do Fomento, S.A.	-	-	873 408	187 818	1 514	162 203	11 754
Município de Amarante	1 255 147	-	-	-	-	-	-
Município de Armamar	142 855	-	-	-	-	-	-
Município de Baião	445 799	-	-	-	-	-	-
Município de Boticas	131 956	-	-	-	-	-	-
Município de Cabeceiras de Basto	374 584	-	-	-	-	-	-
Município de Celorico de Basto	364 605	-	-	-	-	-	-
Município de Chaves	1 011 059	-	-	-	-	-	-
Município de Cinfães	395 096	-	-	-	-	-	-
Município de Lamego	745 483	-	-	-	-	-	-
Município de Marco de Canaveses	1 368 090	-	-	-	-	-	-
Município de Moimenta da Beira	254 016	-	-	-	-	-	-
Município de Mondim de Basto	153 431	-	-	-	-	-	-
Município de Montalegre	253 607	-	-	-	-	-	-
Município de Penedono	68 350	-	-	-	-	-	-
Município de Resende	247 081	-	-	-	-	-	-
Município de Ribeira de Pena	137 198	-	-	-	-	-	-
Município de São João da Pesqueira	185 482	-	-	-	-	-	-
Município de Semancelhe	110 431	-	-	-	-	-	-
Município de Tabuaço	112 349	-	-	-	-	-	-
Município de Tarouca	170 643	-	-	-	-	-	-
Município de Valpaços	358 103	-	-	-	-	-	-
Município de Vila Pouca de Aguiar	276 358	-	-	-	-	-	-
<b>Outras partes relacionadas:</b>							
SUMA, Serviços Urbanos e Meio Ambiente	-	-	-	-	-	-	-
Correia e Correia, Lda.	-	-	-	-	-	-	-
SUMALAB, S.A.	-	-	40 922	-	-	-	-
REAL VERDE - Técnicas do Ambiente, SA	-	-	455 124	-	-	-	-
MOTA-ENGIL - Eng. e Construção, SA	-	-	-	3 740	-	-	-
MOTA-ENGIL ATIV - Gestão e Manutenção de Ativos, SA	-	-	616 311	-	-	-	-
MOTA-ENGIL GLOBAL - Serv. Partilhados Admin. Técnicos	-	-	79 608	-	-	-	23 444
MOTA-ENGIL - Eng. e Construção, SA	-	-	690 413	-	-	-	-
CARLOS AUGUSTO P. SANTOS FILHOS SA	-	-	-	-	-	-	711 141
MOTA-ENGIL, SGPS S.A.	-	-	450	4 926	-	-	-
LARGO DO PAÇO, LDA	-	-	397	-	-	-	-
VALORSUL-VALOR.E TRATAM.RESID. SÓLIDOS	-	-	-	-	-	-	-
MOTA-ENGIL ENG. E CONSTRUCAO AFRICA	-	-	-	-	-	-	-
Resiestrela - Val. Trat. Resíduos Sólidos, S.A.	-	-	-	-	4 500	-	-
Valnor - Val. Trat. Resíduos Sólidos, S.A.	-	-	-	-	4 500	-	-
SULDOURO - Val. Trat. Resíduos Sólidos, S.A.	-	-	-	-	-	-	-
MOTA-ENGIL RENEWING SA	-	-	8 950	-	-	-	-
ASCENDI O&M SA	-	-	36	-	-	-	-
INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA-G.A.S.T.T	-	-	526	-	-	-	-
	<b>8 561 723</b>	<b>-</b>	<b>2 766 145</b>	<b>196 483</b>	<b>10 514</b>	<b>162 203</b>	<b>746 339</b>

As prestações de serviço de tratamento e valorização de resíduos são transacionadas à tarifa aprovada pelo regulador (ERSAR), conforme regime regulatório aplicável à concessão.

As aquisições de serviço são transacionadas a preços de mercado.

Salienta-se o facto dos serviços contratados à Mota Engil Eng.º e Construção, SA, Mota-Engil ATIV SA, e Suma SA, Real Verde SA, terem por base consultas efetuadas ao mercado e o valor dos serviços de administração e gestão, contratados à EGF, tendo por base um Despacho do Ministério do Ambiente, datado de setembro de 2009, atualizado contratualmente com a EGF em 2018.

Apresentam-se abaixo os vários tipos de operações mais relevantes que compõem estas transações:

		2025	2024
<b>Mota Engil</b>	Transporte de Resíduos	960 402	632 676
<b>Real Verde</b>	Exploração AS	555 324	633 637
<b>Mota Engil - ATIV</b>	Conservação e Reparação	1 162 445	349 789
		<b>2 678 172</b>	<b>1 616 102</b>

## Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2025				
	Cientes (Nota 8)	Outros créditos a receber (Nota 9)	Fornecedores (Nota 17)	Outras dívidas a pagar (Nota 18)	Financiamentos obtidos (Nota 15)
<b>Acionistas:</b>					
EGF - Empresa Geral do Fomento, S.A.	271	-	129 286	-	-
Município de Amarante	167 920	-	-	-	-
Município de Armamar	16 582	-	-	-	-
Município de Baião	61 814	-	-	-	-
Município de Botiças	1 334 597	-	-	-	-
Município de Cabeceiras de Basto	162 410	-	-	-	-
Município de Celorico de Basto	46 710	-	-	-	-
Município de Chaves	(63 247)	-	-	73 350	-
Município de Cinfães	52 020	-	-	-	-
Município de Lamego	306 024	-	-	-	-
Município de Marco de Canaveses	180 417	-	-	-	-
Município de Moimenta da Beira	102 826	-	-	-	-
Município de Mondim de Basto	20 983	-	-	-	-
Município de Montalegre	7 947	-	-	40 252	-
Município de Penedono	7 745	-	-	-	-
Município de Resende	31 935	-	-	-	-
Município de Ribeira de Pena	94 647	-	-	-	-
Município de São João da Pesqueira	44 902	-	-	-	-
Município de Sernancelhe	13 689	-	-	-	-
Município de Tabuaço	50 771	-	-	-	-
Município de Tarouca	149 325	-	-	-	-
Município de Valpaços	14 135	-	-	97 094	-
Município de Vila Pouca de Aguiar	108 971	-	-	8 584	-
<b>Outras partes relacionadas:</b>					
SUMA, Serviços Urbanos e Meio Ambiente	5 931	-	-	-	-
Correia e Correia, Lda.	254	-	1 126	-	-
SUMALAB,S.A.	-	-	15 693	-	-
REAL VERDE - Técnicas do Ambiente, SA	-	-	73 283	-	-
MOTA-ENGIL ATIV - Gestão e Manutenção de Ati	-	-	221 403	-	-
MOTA-ENGIL GLOBAL - Serv. Part. Admin. e Técnico	-	-	15 277	-	-
MOTA-ENGIL - Eng. e Construção, SA	25 773	-	139 840	-	-
CARLOS AUGUSTO P. SANTOS FILHOS SA	-	-	333 957	-	-
LARGO DO PAÇO, LDA	-	-	-	-	-
VALORSUL-VALOR.E TRATAM.RESÍD. SÓLIDOS	-	-	-	-	-
Resiestrela - Val. Trat. Resíduos Sólidos, S.A.	461	-	-	-	-
Valnor - Val. Trat. Resíduos Sólidos, S.A.	461	-	-	-	-
RIMA-RESIDUOS IND.MEIO AMBIENTE,SA	-	-	-	-	-
ASCENDI O&M SA	-	-	34	-	-
AGRIMOTA	-	-	-	-	-
MOTA-ENGIL RENEWING SA	-	-	2 432	-	-
INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA-G.A.S.T.T	-	-	-	-	-
	<b>2 946 275</b>	-	<b>932 331</b>	<b>219 280</b>	-

	2024				
	Cientes (Nota 8)	Outros créditos a receber (Nota 9)	Fornecedores (Nota 17)	Outras dívidas a pagar (Nota 18)	Financiamentos obtidos (Nota 15)
<b>Acionistas:</b>					
EGF - Empresa Geral do Fomento, S.A.	14 902	-	285 383	-	-
Município de Amarante	168 235	-	-	-	-
Município de Armamar	17 879	-	-	-	-
Município de Baião	112 644	-	-	-	-
Município de Boticas	1 126 285	-	-	-	-
Município de Cabeceiras de Basto	49 183	-	-	-	-
Município de Celorico de Basto	47 550	-	-	-	-
Município de Chaves	(7 214)	-	-	73 350	-
Município de Cinfães	50 214	-	-	-	-
Município de Lamego	201 641	-	-	-	-
Município de Marco de Canaveses	179 883	-	-	-	-
Município de Moimenta da Beira	34 790	-	-	-	-
Município de Mondim de Basto	19 984	-	-	-	-
Município de Montalegre	(32 261)	-	-	40 252	-
Município de Penedono	8 272	-	-	-	-
Município de Resende	31 371	-	-	-	-
Município de Ribeira de Pena	32 617	-	-	-	-
Município de São João da Pesqueira	47 163	-	-	-	-
Município de Sernancelhe	13 512	-	-	-	-
Município de Tabuaço	47 441	-	-	-	-
Município de Tarouca	89 256	-	-	-	-
Município de Valpaços	(84 169)	-	-	97 094	-
Município de Vila Pouca de Aguiar	96 518	-	-	8 584	-
<b>Outras partes relacionadas:</b>					
SUMA, Serviços Urbanos e Meio Ambiente	-	-	-	-	-
Correia e Correia, Lda.	254	-	-	-	-
SUMALAB,S.A.	-	-	9 905	-	-
REAL VERDE - Técnicas do Ambiente, SA	-	-	125 871	-	-
MOTA-ENGIL ATIV - Gestão e Manutenção de Ativ	-	-	203 883	-	-
MOTA-ENGIL GLOBAL - Serv. Part. Admin. e Técnico	-	-	491	-	-
MOTA-ENGIL - Eng. e Construção, SA	119 214	-	244 494	-	-
CARLOS AUGUSTO P. SANTOS FILHOS SA	-	-	705 572	-	-
Resiestrela - Val. Trat. Resíduos Sólidos, S.A.	461	-	-	-	-
Valnor - Val. Trat. Resíduos Sólidos, S.A.	1 384	-	-	-	-
ASCENDI O&M SA	-	-	34	-	-
MOTA-ENGIL RENEWING SA	-	-	11 009	-	-
INDAQUA SANTO TIRSO/TROFA-G.A.S.T.T	-	-	179	-	-
	<b>2 387 009</b>	-	<b>1 575 633</b>	<b>219 280</b>	-

## 20. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica vendas e serviços prestados foram:

	2025	2024
Vendas	21 183 566	11 761 451
Serviços prestados	14 806 041	19 257 151
	<b>35 989 607</b>	<b>31 018 601</b>

### Vendas

As vendas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 referem-se, essencialmente, a materiais recicláveis, resultantes tanto da recolha seletiva como do tratamento dos resíduos provenientes da recolha indiferenciada, energia e composto.

Em 31 de dezembro 2025 e 2024, a rubrica Vendas detalha-se do seguinte modo:

	2025	2024
Energia	1 867 596	2 055 063
Material reciclável	19 295 308	9 601 263
Composto	20 662	105 124
	<b>21 183 566</b>	<b>11 761 451</b>

### Prestação de serviços

Os serviços prestados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 referem-se, essencialmente, ao tratamento e valorização de resíduos provenientes da recolha indiferenciada a clientes municipais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica Prestação de serviços detalha-se conforme segue:

	2025	2024
Tratamento de resíduos a municípios	14 785 069	19 172 873
Tratamento de resíduos a particulares	20 972	84 278
	<b>14 806 041</b>	<b>19 257 151</b>

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tal como referido na Nota 1.1, a Empresa refletiu nas suas prestações de serviços o desvio tarifário estimado de 2025 no montante de 2.725.222 Euros e 4.603.714 referente à recuperação da tarifa transitória de 2025 e por contrapartida de contas a receber (Nota 9) e 63.063 relativo ao registo da decisão final da ERSAR das CRR de 2024 por contrapartida de diferimentos passivos (Nota 10).

## 21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os fornecimentos e serviços externos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 tinham a seguinte composição:

	2025	2024
Conservação e reparação	3 298 451	3 383 944
Subcontratos	4 270 530	3 600 437
Trabalhos especializados	1 626 000	1 466 259
Energia e fluídos	3 328 475	3 339 530
Vigilância e segurança	556 555	621 743
Seguros	683 277	658 156
Rendas e alugueres	322 770	415 205
Limpeza, higiene e conforto	188 059	175 866
Outros fornecimentos e serviços externos	610 774	684 603
	<b>14 884 891</b>	<b>14 345 742</b>

No exercício de 2025, salienta-se um aumento global de 3,76% em FSE contribuindo de forma decisiva para este aumento a rúbrica de subcontratos com a contratação de serviços de:

- Tratamento Externo de Lixiviados
- Transporte de Lixiviados

- Transporte de RSU entre instalações da RESIINORTE
- Tratamento de resíduos em aterro.

Contudo e por força de alguma contenção de gastos implementada pela RESINORTE em 2025, de forma a assegurar o risco da incerteza regulatória de 2025, existiram algumas rubricas como o caso, da Vigilância, rendas e alugueres e outros fornecimentos e serviços, que se constatou uma redução face a 2024.

## 22. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 tem a seguinte composição:

	2025	2024
Remunerações dos órgãos sociais	204 036	190 856
Remunerações do pessoal	7 385 491	6 590 922
Encargos sobre as remunerações	1 534 136	1 380 584
Seguros	400 225	365 011
Outros gastos com o pessoal	523 869	474 461
	<b>10 047 757</b>	<b>9 001 835</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa teve em média 429 e 366 trabalhadores ao seu serviço, respetivamente.

## 23. OUTROS RENDIMENTOS E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 tem a seguinte composição:

	2025	2024
Rendimentos de construção em Direito de Utilização de Infraestruturas	3 576 532	6 940 055
Indemnizações associadas a sinistros	480 658	9 129
Rendimentos suplementares	20 294	58 320
Mais-Valias	25 000	109 856
Juros de mora	3 011	-
Outros rendimentos e ganhos	198	191
	<b>4 105 692</b>	<b>7 117 552</b>

A rubrica de “Subsídios à exploração” no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 tem a seguinte composição:

	2025	2024
Subsídios à exploração	37 508	20 483
	<b>37 508</b>	<b>20 483</b>

## 24. OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 tem a seguinte composição:

	2025	2024
Gastos de construção em Direito de Utilização de Infraestruturas	3 576 532	6 940 055
Impostos	305 383	262 689
Outros gastos e perdas	104 398	16 868
	<b>3 986 313</b>	<b>7 219 612</b>

## 25. GASTOS/Reversões de DEPRECIAÇÕES e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica, tem a seguinte composição:

	2025	2024
Ativos intangíveis (Nota 6)	9 539 370	8 094 304
	<b>9 539 370</b>	<b>8 094 304</b>

## 26. JUROS E RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os juros e gastos similares suportados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 tinham a seguinte composição:

	2025	2024
Juros suportados	1 331 522	1 934 181
Comissões bancárias	220 508	241 454
Outros gastos e perdas financeiros	161 952	366 345
	<b>1 713 981</b>	<b>2 541 980</b>

Os gastos refletidos em outros em 2025 são relativos à capitalização do saldo regulatório constituído, sendo que em 2024 é referente a desvios tarifários e saldo regulatório.

Os juros e rendimentos similares obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 tinham a seguinte composição:

	2025	2024
Juros obtidos de aplicações financeiras	82 117	13 285
Outros	184 858	36 740
	<b>266 974</b>	<b>50 025</b>

O valor refletido em outros, diz respeito à capitalização do desvio tarifário de 2025 e a recuperação da tarifa transitória de 2025 (143.537 euros) registado por contrapartida de Contas a Receber (nota 9) e ao registo da decisão final da ERSAR das CRR 2024 no valor de 41.321 euros por contrapartida de diferimentos passivos (nota 10).

## 27. PASSIVOS CONTINGENTES E RESPONSABILIDADES NÃO ASSUMIDAS NO BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa tinha solicitado a prestação a favor de terceiros de garantias, como segue:

	2025	2024
Garantias bancárias de execução	954 584	954 584
Garantias bancárias financeiras	-	-
	<b>954 584</b>	<b>954 584</b>

O detalhe das garantias apresenta-se de seguida:

Beneficiário	Montante	Banco	Natureza
<b>Garantias bancárias de execução:</b>			
Município de Boticas	20 854	Santander	Garantia de execução no âmbito da Recolha de RSU
Município de Montalegre	11 404	BPI	Garantia de execução no âmbito da Recolha de RSU
Contrato de concessão	922 326	Santander	Contrato de Concessão
	<b>954 584</b>		

## 28. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído	1 438 764	7 261
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído	8 000 000	8 000 000
<b>Resultado líquido por ação básico e diluído</b>	<b>0,18</b>	<b>0,00</b>

## 29. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Empresa encontra-se exposta, essencialmente, aos seguintes riscos financeiros:

### 29.1 Risco de taxa de juro

Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com a contratação de diversos financiamentos com taxas de juro variáveis.

### 29.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Para reduzir este risco, o Grupo procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados. No entendimento do Conselho de Administração, tendo em consideração as principais projeções de cash-flow para 2026 e a estrutura e tipologia dos seus ativos, o Grupo não antevê dificuldades em liquidar as suas responsabilidades financeiras correntes.

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa apresenta fundo de maneiio positivo no valor de 1,2M Euros, salienta-se que a esta data os montantes de crédito disponível e não utilizado ascendem a 10,2 milhões de Euros.

### 29.3 Risco Regulatório

Os ganhos registados em cada exercício por cada concessionária resultam essencialmente dos pressupostos considerados pelo regulador (ERSAR), na definição das tarifas reguladas para o setor do tratamento e gestão de resíduos.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da ERSAR. Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo. De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigo 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e 11.º). Em face das alterações em concretização, no setor dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constituiu um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas. Era e é expetativa que, com este reforço de poderes da ERSAR, o setor integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.

Durante o ano de 2014, em concretização do novo poder regulamentar da ERSAR, o RTR - regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos, deliberação n.º 928/2014, foi publicado em Diário da República, 2.ª série, de 15 de abril. Este regulamento produziu efeitos em 1 de janeiro de 2016, e acarretou uma alteração do modelo regulatório em vigor, passando-se de um modelo de custo de serviço (cost plus) para um modelo de proveitos permitidos (revenue cap), o qual remunera uma base de ativos ao custo de capital e permite a recuperação dos gastos operacionais num cenário de eficiência produtiva.

Ao longo dos anos 2016 e 2017, foram publicados três Documentos complementares ao RTR com clarificações acerca das metodologias regulatórias, e já em finais de 2017, foi publicitada uma Consulta Pública pela ERSAR, n.º 05/2017 do “Projeto de alteração do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos”, tendo decorrido um período para envio de contributos à consulta entre 07 de novembro e 20 de dezembro de 2017. As alterações previstas neste documento foram muito significativas, alterando conceptualmente o modelo regulatório então vigente.

Já durante 2018, foi publicado pela ERSAR uma Revisão do RTR, Regulamento 52/2018 de 23 de janeiro, no qual, face à experiência do primeiro período regulatório se procurou introduzir alguns ajustamentos ao RTR tendo em vista a simplificação, flexibilização e clarificação de algumas das suas disposições. A revisão ao RTR veio exigir a revisão e adaptação também dos modelos de reporte, assim, ainda em 2018 foram aprovados e revistos dois dos Documentos Complementares, a saber:

(a) Regulamento n.º 222/2018, publicado em Diário da República de 13 de abril (1º Documento Complementar) com o objetivo de clarificar e adaptar ao novo RTR conceitos relacionados com a apresentação das Contas Reguladas Previsionais sendo revogado o anterior Documento complementar 1, Regulamento n.º 817/2016, de 18 de agosto.

(b) Regulamento n.º 395/2018 publicado em Diário da República de 29 de junho (3º Documento Complementar) onde se consagraram mecanismos que premeiam bons desempenhos com o objetivo de majorar mais valias ambientais e económicas.

À data da aprovação das demonstrações financeiras, não foram submetidas as Contas Reguladas Reais referentes ao ano de 2025, que serão submetidas à ERSAR até finais de abril de 2026, e conseqüentemente não é conhecida a decisão da ERSAR sobre as mesmas (Nota 20).

### 30. INFORMAÇÃO SOBRE OS CONTRATOS DE CONCESSÃO

A concessão em regime exclusivo por um período de 19 anos, com termo em 2034, da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de tratamento e de recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos do Sistema Multimunicipal do Norte Central, em regime de serviço público, foi atribuída à RESINORTE através da celebração de um contrato de concessão entre o Estado Português e a Empresa em 20 de setembro de 2009, reconfigurado em 20 de setembro de 2015.

A atividade objeto da concessão compreende o tratamento dos resíduos urbanos gerados nas áreas dos municípios utilizadores, incluindo a sua valorização e a disponibilização de subprodutos, assim como a recolha seletiva de resíduos urbanos, encontrando-se os municípios e empresas municipais obrigados a entregar à Empresa todos os resíduos urbanos cuja gestão se encontre sob sua responsabilidade.

A fiscalização da concessão é da competência da ERSAR, tendo esta a competência na definição dos proveitos permitidos e consequentemente das tarifas a aplicar, assim como na aprovação das Contas Reguladas e nos planos de investimento da Empresa a aprovação é efetuada pelo concedente após apreciação da ERSAR.

A exploração e a gestão, anteriormente referida, compreende também a conceção, a construção, a aquisição, a extensão, a reparação, a renovação, a manutenção e a otimização de obras e equipamentos necessários ao exercício da atividade da Empresa.

As bases da concessão definem que a Empresa terá como atividade principal, a atividade relativa à exploração e à gestão do sistema multimunicipal de resíduos urbanos, compreendendo o tratamento de resíduos urbanos resultantes da recolha indiferenciada e a recolha seletiva de resíduos urbanos, incluindo a triagem, e como atividades complementares, as atividades que, não se integrando na atividade principal, utilizam ativos afetos a esta, permitindo otimizar a respetiva rentabilidade. O exercício das atividades complementares depende de autorização do concedente, precedida de pareceres da Autoridade da Concorrência e da ERSAR.

Consideram-se como bens afetos à concessão:

- As infraestruturas relativas ao tratamento e valorização de resíduos urbanos indiferenciados e seletivos, bem como os bens utilizados na recolha seletiva de resíduos urbanos: as estações de transferência, os ecocentros, as centrais de processamento, triagem e valorização e os respetivos acessos, as infraestruturas associadas, os aterros, os ecopontos e os meios de transporte de resíduos;
- Os equipamentos necessários à operação das infraestruturas e ao acompanhamento e controlo da sua exploração;
- Todas as obras, máquinas e aparelhagens e respetivos acessórios utilizados para a receção e tratamento dos resíduos e para a manutenção dos equipamentos e gestão do sistema multimunicipal não referidos acima;
- Os equipamentos, máquinas, veículos, aparelhagem e respetivos acessórios utilizados para a recolha seletiva de resíduos urbanos;

Adicionalmente, são também considerados como ativos afetos à concessão:

- Os imóveis adquiridos por via do direito privado ou mediante expropriação para implantação das infraestruturas;
- Os direitos privativos de propriedade intelectual e industrial de que a Empresa seja titular;
- Outros bens e direitos que se encontrem relacionados com a continuidade da exploração da concessão,

nomeadamente laborais, de empreitada, de locação e de prestação de serviços.

A Empresa deve elaborar e manter o inventário dos bens e direitos afetos à concessão, devendo, anualmente, enviar à ERSAR informação detalhada sobre os mesmos, assim como dos abates efetuados.

A Empresa tem a obrigação de, durante o prazo de vigência da concessão, manter o bom estado de funcionamento, conservação e segurança dos ativos e meios a ela afetos, efetuando todas as reparações, renovações e adaptações necessárias para a manutenção dos ativos nas condições técnicas requeridas.

A Empresa mantém o direito de explorar os ativos afetos à concessão até à extinção desta. Os ativos afetos à concessão apenas podem ser utilizados para o fim previsto na concessão. Na data da extinção da concessão, os bens a ela afetos reverterem para uma Entidade Intermunicipal, Associação de municípios, o conjunto dos Municípios utilizadores, ou o Estado, mediante o exercício do respetivo direito de opção e o pagamento à concessionária, nos termos previstos nas Bases e no contrato de concessão, de uma indemnização correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens.

O regime remuneratório da concessão baseia-se no reconhecimento à Empresa dos proveitos permitidos, a serem refletidos nas tarifas a aplicar aos utilizadores do sistema. A Empresa é responsável pelos riscos inerentes à concessão nos termos da legislação aplicável, assumindo os respetivos riscos operacionais. A Empresa é responsável pela obtenção do financiamento necessário ao desenvolvimento do objeto da concessão, por forma a cumprir cabal e atempadamente as obrigações assumidas no contrato de concessão, assumindo os respetivos riscos de investimento e de financiamento.

Os proveitos permitidos anualmente à Empresa, no âmbito da atividade concessionada, são definidos pela ERSAR para um horizonte temporal de três a cinco anos ("Período regulatório"). O modelo regulatório é fixado pela ERSAR e assenta, entre outros, nos seguintes pressupostos:

- Elegibilidade dos custos de exploração, para efeitos de determinação dos proveitos permitidos, por referência a um cenário de eficiência produtiva da exploração e gestão do sistema multimunicipal;
- Remuneração do capital com base no custo médio ponderado, com parâmetros definidos em referência a valores de mercado e ao desempenho de entidades representativas comparáveis;
- Definição de uma base de ativos, constituída pelos bens afetos à concessão, como incidência da remuneração do capital;
- Adoção de mecanismos de incentivo à eficiência;
- Repercussão adequada nos proveitos permitidos das diferenças registadas entre as quantidades estimadas e as quantidades de resíduos urbanos entregues à Empresa.

Adicionalmente, a definição da base de custos de exploração deve atender ao seu controlo efetivo pela Empresa, às tecnologias e capacidades instaladas, bem como às oscilações da procura.

Assim, as tarifas a aplicar aos utilizadores devem proporcionar à Empresa os proveitos permitidos nos termos das bases anteriores e correspondem ao resultado da divisão dos proveitos permitidos anualmente à Empresa pelas quantidades estimadas de consumo para esse ano.

O contrato de concessão em vigor, permite um equilíbrio contratual nas condições de uma gestão eficiente, promovendo um investimento mais racional e uma maior eficiência operacional, através do reconhecimento dos custos de investimento, de operação e manutenção e na adequada remuneração dos ativos afetos à concessão, a serem refletidos nas tarifas aplicáveis à Empresa, as quais permitirão recuperar os custos de exploração e obter uma determinada remuneração sobre os ativos.

A concessão pode ser extinta por acordo entre as partes, por rescisão, por resgate e pelo decurso do prazo. A extinção da concessão opera a transmissão para os Municípios ou para o Estado dos bens e meios a ela afetos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido pelo concedente se ocorrer qualquer uma das situações a seguir descritas, com impacto significativo nas operações da concessão: desvio do objeto da concessão; interrupção prolongada da exploração por facto imputável à Empresa; oposição reiterada ao exercício da fiscalização ou repetida desobediência às determinações do concedente ou, ainda, sistemática inobservância das leis e regulamentos aplicáveis à exploração; recusa em proceder à adequada conservação e reparação das infraestruturas; cobrança reiterada de valores superiores aos fixados nos contratos de concessão e nos contratos celebrados com os utilizadores; dissolução ou insolvência da Empresa; trespasse da concessão ou subconcessão não autorizadas; alienação não autorizada de participações no capital da Empresa; oneração de participações no capital da Empresa em inobservância do disposto no contrato de concessão; aumento ou redução não autorizados, quando aplicável, do capital social da Empresa; falta de prestação da caução ou de renovação do respetivo valor nos termos e prazos previstos; e recusa ou impossibilidade da Empresa em retomar a concessão.

O concedente pode resgatar a concessão, assumindo a gestão direta do serviço público concedido, sempre que motivos de interesse público o justifiquem e decorrido que seja pelo menos dois terços do prazo contratual, mediante aviso prévio feito à Empresa, por carta registada com aviso de receção, com, pelo menos, um ano de antecedência relativamente à data de produção de efeitos do resgate.

Pelo resgate, a Empresa tem direito a uma indemnização que deve atender ao valor contabilístico à data do resgate dos bens revertidos, do valor dos créditos existentes, bem como ao valor de eventuais lucros cessantes, tendo em consideração o número de anos que restem para o termo da concessão.

## 31. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Subsequentemente a 31 de dezembro de 2025, no âmbito do ofício recebido relativamente à correção de erros manifestos sobre a decisão dos proveitos permitidos totais e tarifas para o período regulatório 2025-2027, recebida em 4 de fevereiro de 2026, esta terá um impacto negativo no montante de 2.250 Euros (sem capitalização) no exercício de 2026.

A ocorrência da **Tempestade Kristin** provocou constrangimentos no funcionamento da operação com gastos não previstos e adicionais que se estão a apurar com impacto significativo. Não obstante dos constrangimentos verificados, a organização tem capacidade de resposta e adaptação assegurando da melhor forma a atividade da empresa.

## 32. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Segurança Social e Autoridade Tributária:

Nos termos do n.º 1 do art.º 21 do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, não existem dívidas em mora à Segurança Social. Adicionalmente, a Empresa confirma não ser devedora de qualquer dívida em mora perante a Autoridade Tributária.

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas:

Os honorários faturados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a Revisão legal das contas anuais ascenderam a 10.702 Euros.

Celorico de Basto, 27 de fevereiro de 2026

O CONTABILISTICA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





14

*Relatório e  
Parecer do  
Conselho Fiscal*

## RELATÓRIO e PARECER do CONSELHO FISCAL

Aos Acionistas da

RESINORTE – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

### INTRODUÇÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal apresenta o seu relatório e parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras da **RESINORTE – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.** (“Entidade”), preparados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.


### FISCALIZAÇÃO

O Conselho Fiscal acompanhou a gestão e a evolução da atividade da Entidade através de reuniões formais e informais com os seus responsáveis com a frequência e extensão que considerou adequadas, mantendo igualmente contacto com o Revisor Oficial de Contas que nos informou da planificação das suas intervenções, do seu âmbito e natureza, bem como das conclusões dos trabalhos realizados. Foi ainda este Conselho Fiscal informado do desenvolvimento do processo de preparação e de divulgação de informação financeira, bem como a revisão das demonstrações financeiras.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o Balanço em 31 de dezembro de 2025, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo para o exercício findo naquela data, os quais mereceram a sua concordância.

Procedeu ainda à apreciação do Relatório de Gestão preparado pelo Conselho de Administração e da Certificação Legal de Contas, sem qualquer reserva, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, os quais merecem igualmente a concordância do Conselho Fiscal.

No cumprimento das suas funções o Conselho Fiscal obteve do Conselho de Administração, dos Serviços da Entidade e do Revisor Oficial de Contas todas as informações e esclarecimentos solicitados, cobrindo a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, não tendo tomado conhecimento de violações à Lei ou aos Estatutos da Entidade.



## **PARECER**

Tendo em consideração o exposto acima, somos de parecer que sejam aprovados:

1. O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração relativos ao exercício de 2025;
2. A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando o Relatório e Contas do exercício de 2025, apresentado pelo Conselho de Administração;

Considerando a análise rigorosa efetuada por este Conselho Fiscal à situação económica, financeira e patrimonial da Entidade;

Considerando que a gestão demonstrou, ao longo do ano, elevado profissionalismo, empenho e dedicação, traduzidos em resultados líquidos superiores aos inicialmente orçamentados e aos registados no exercício anterior;

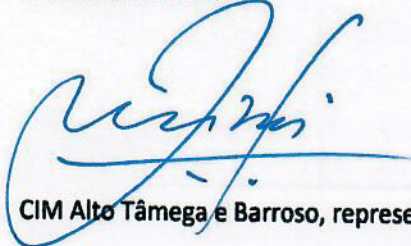
Considerando, ainda, a criação de valor para os acionistas / associados e o reforço da posição da empresa no mercado;

**O Presidente do Conselho Fiscal propõe que a Assembleia Geral:**

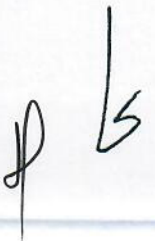
1. **Aprove um Voto de Louvor e Agradecimento ao Conselho de Administração, na pessoa do seu Presidente, pelo excelente trabalho desenvolvido, pela competência demonstrada na condução dos destinos da sociedade e pelos resultados extraordinários alcançados no exercício de 2025;**
2. **Estenda este voto de louvor a todos os colaboradores da Entidade, cujo empenho, dedicação e profissionalismo foram determinantes para a concretização dos objetivos estratégicos definidos.**

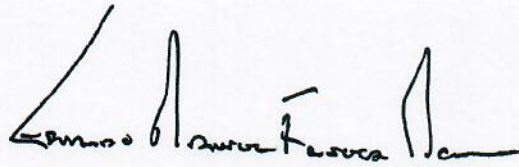
Codessoso, 10 de março de 2026

**O CONSELHO FISCAL**

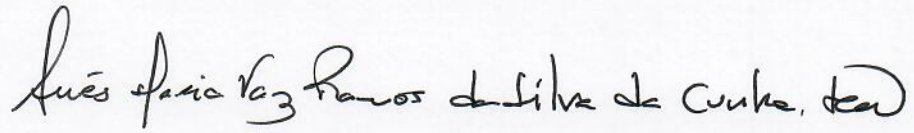


CIM Alto Tâmega e Barroso, representada por Jorge Manuel da Mata Pires - Presidente





Eduardo Manuel Fonseca Moura - Vogal



Inês Maria Vaz Ramos da Silva da Cunha Leão - Vogal



15

# *Certificação Legal de Contas*



## Certificação Legal das Contas

### Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Resinorte - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 115.527.563 euros e um total de capital próprio de 39.135.713 euros, incluindo um resultado líquido de 1.438.764 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Resinorte - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

---

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000 | Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social 314.000 EUR

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 2016148

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

DocID: NjdmZTEwNjZlU4MzYxZmJlZmY5YmQ3IjEzMDA5ODQ5NzM4NDE5MjE3Nzc2fENMQw==

e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

9 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

Signed by:  
  
80AD01EFFED046C...

António Alberto Martins Afonso, ROC n.º 999  
Registado na CMVM com o n.º 20160614



**Morada**

RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA  
Codessoso - Apartado 27  
4890-166 Celorico de Basto

**Website**

[www.resinorte.pt](http://www.resinorte.pt)

**Contacto Telefónico**

(+351) 255 320 280